

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MARIA DE FÁTIMA CARDOSO

FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM
ÁREAS URBANAS: *O CASO DO PROGRAMA RIBEIRA
AZUL EM SALVADOR.*

SALVADOR

2009

MARIA DE FÁTIMA CARDOSO

FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM
ÁREAS URBANAS: *O CASO DO PROGRAMA RIBEIRA
AZUL EM SALVADOR.*

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Planejamento Territorial e Desenvolvimento
Social da Universidade Católica do Salvador,
como requisito parcial para obtenção do grau de
mestre.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Iracema Reimão Silva.

Salvador

2009

Ficha Catalográfica

Cardoso, Maria de Fátima
C268 Fomento ao desenvolvimento social em áreas urbanas: o caso do
Programa Ribeira Azul em Salvador/ Maria de Fátima Cardoso. 2009.
116fls.: il.

Orientadora: Profª. Drª. Iracema Reimão Silva
Dissertação (mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Superintendência
de Pesquisa e Pós-graduação. 2009

1. Reforma Social -Favela – Salvador. 2. Alagados (Salvador,BA) - Condições
Sociais. I. Cardoso, Maria de Fátima. II. Título

CDU: 304:301.36(814.21)



Universidade Católica do Salvador

Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

TERMO DE APROVAÇÃO

Maria de Fátima Cardoso

Fomento ao Desenvolvimento Social em áreas urbanas: o caso do Programa Ribeira Azul em Salvador.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 30 de dezembro de 2008.

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a).

Orientador (a) Iracema Reimão Silva

Doutor em Geologia

Universidade Católica do Salvador - UCSal

Prof(a). Dr(a).

Humberto Miranda do Nascimento

Doutor em Economia Aplicada

Universidade Católica do Salvador - UCSal

Prof(a). Dr(a).

Giancarlo Petrini

Doutor em Ciências Sociais

Universidade Católica do Salvador - UCSal

A

Edlla, pela doce presença na minha vida.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, pela confiança e incentivo. Sem seus perseverantes conselhos, não teria chegado aqui.

A Dom João Petrini, por ter conduzido meus passos até Alagados em 1989. Com sua ajuda, vivenciei, nesse lugar, demonstrações concretas de solidariedade, confiança e amizade.

Ao professor Humberto Miranda, por todas as vezes que me ofereceu seus valiosos conhecimentos. Meu pedido de desculpas por não ter aproveitado as oportunidades.

A todos os professores do Mestrado. Foi enriquecedor conviver com a seriedade e sabedoria de todos vocês.

Ao meu querido amigo, Prof. Eduardo Machado, com quem venho compartilhando, ao longo dos anos, inúmeras reflexões sobre os Alagados.

Ao POVO de Alagados: não consigo imaginar minha vida sem ter transitado no “farto território” construído pelas mãos de vocês.

A todos os amigos e colegas que ajudaram e colaboraram com conselhos, motivações e confiança, em especial Sr. Ramos, Mônica Moreira, Jurandir Fonseca, César Ramos, Carlos Médici, Ivo Imparato, Marcele Andrade, Ângela Accioly. Os não citados “sabem”, o quanto lhes sou grata.

“Há muitos motivos para descrever-se um ser humano como notável; para Gurdjieff a qualidade essencial de um homem ou de uma mulher notável era a capacidade de cuidar da mesma maneira “do carneiro e do lobo” que estavam sob sua responsabilidade. Tratar com carinho da ternura de um e da ferocidade do outro, dar a cada um o seu lugar, é possível somente se há um tipo especial de presença que os reconcilia, que os une e mantém-nos em equilíbrio.”

Peter Brook

RESUMO

As intervenções em áreas urbanas degradadas, nas grandes Metrópoles, têm sido objeto de inúmeros estudos e discussões. Busca-se, por meio delas, encontrar formas de reduzir os quadros de degradação física e social representados pelas favelas. Nas intervenções voltadas para a recuperação das áreas ocupadas informalmente, têm-se praticado diversas estratégias de promoção social através de ações integradas. Algumas experiências vêm sendo destacadas no cenário nacional, e uma delas é o Programa Ribeira Azul, implementado pelo Governo do Estado da Bahia, na cidade de Salvador, em parceria com outros organismos nacionais e internacionais. Esta dissertação descreve esse Programa integrado, implementado na capital baiana, onde está localizada uma das piores formas de moradia, representada pelas palafitas. O trabalho mostrará também que as dificuldades de acesso à infra estrutura e aos serviços sociais básicos não enfraqueceram os moradores, que, com determinação, fortaleceram os seus vínculos organizativos, desenvolveram formas de minimizar os principais problemas cotidianos e vêm desenvolvendo, juntamente com o poder público, projetos de intervenção para melhorar a qualidade de vida. Também serão apresentadas as experiências e as formas de parceria estabelecidas, que visam a fortalecer as organizações comunitárias e dar prosseguimento ao processo de desenvolvimento social da região.

Palavras-chave: intervenção integrada, desenvolvimento social e organizações comunitárias.

ABSTRACT

The many interventions in urban areas in degradation in any large metropolis have been the object of a number of studies and discussions, by means of which it is aimed to find ways of reducing the condition of both social and physical degradation, represented by slums or shanty towns. By intervening to recover areas informally occupied, several strategies of social promotion through integrated actions have been put into practice. Some of those stand out nationally, such as "Programa Ribeira Azul", implemented by the State of Bahia in the city of Salvador, in partnership with domestic and foreign organisms. This thesis describes the integrated Programme in question in Salvador, where one of the worst and most degrading forms of dwelling persists: houses on stilts. This work also highlights the power of people from such areas to overcome the difficulties of access to infra-structure and basic social services, people who strengthened their organizational bonds so as to create ways of minimizing their everyday problems; together with the authorities in charge, they develop projects to improve their quality of life. The experiences throughout and the forms of partnership which fortified the community organizations, as well as the process of social development in the area, are also presented.

KEYWORDS: integrated intervention, social development and community organizations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Alagados: condições de moradia em palafitas.....	43
Figura 2 - Degradação ambiental e precariedade de moradia em Alagados.....	44
Figura 3 - Corredores de acesso às habitações (palafitas).....	45
Figura 4 - Ocupação da maré nas Enseadas do Cabrito e dos Tainheiros	50
Figura 4 - Mapa com a divisão da comunidade em setores. Cada setor possuía um representante comunitário para atuar como interlocutor entre o projeto e seu grupo de vizinhança.....	54
Figura 6 - Novos Alagados antes da intervenção física: 1996.....	55
Figura 7 - Novos Alagados depois da intervenção física: 2003.....	55
Figura 8 - Requalificação do manguezal	57
Figura 9 - Mapa das Áreas de Intervenção do PRA	61
Figura 10 - Área do Programa Ribeira Azul dividida por setores.....	70
Figura 11 - Mercado do Peixe em Novos Alagados	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Entidades por áreas temáticas e setor em 2003	73
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição de Investimento e Parceiros (US\$).....	63
Quadro 2 - Formação do Conselho Consultivo por Setor.....	69
Quadro 3 - Projetos sociais realizados pelo PAT	93
Quadro 4 - Construção e reforma de equipamentos comunitários	94
Quadro 5 - Ações na área de <i>Habitação</i>	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
AVSI	Associação Voluntários para o Serviço Internacional
ADOCI	Associação de Doceiras, Cozinheiras e Confeiteiras de Itapagipe
AMESA	Alagados Melhoramentos S. A
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BID-HBB	Programa Habitar Brasil
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAMMPI	Comissão de Mobilização e Articulação da Península de Itapagipe
CONDER	Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador
COOPERCONFEC	Cooperativa das Costureiras do Parque São Bartolomeu
COOPESBA	Cooperativa de Pescadores da Bahia de Todos os Santos
COTRACIV	Cooperativa dos Trabalhadores da Construção Civil
GEPAB	Grupo de Estudos para os Alagados da Bahia
HAMESA	Habitação Melhoramentos S.A.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDES	Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
MAE	Ministério das Relações Exteriores
PANGEA	Centro de Estudos Sócio Ambientais
PATS	Projeto de Apoio Técnico Social
PENUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PRA	Programa Ribeira Azul
SEPLANTEC	Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Planejamento
UGP	Unidade de Gestão do Projeto
URBIS	Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S.A.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. BREVES CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS	25
2.1 TERRITÓRIO.....	25
2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	28
2.3 SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS	34
2.4 CAPITAL SOCIAL.....	36
3. O PROGRAMA RIBEIRA AZUL	43
3.1 UM POUCO DE HISTÓRIA DOS ANTIGOS E NOVOS ALAGADOS.....	43
3.2 NOVOS ALAGADOS: CENÁRIO QUE ESTIMULOU A CRIAÇÃO DO <i>PROGRAMA RIBEIRA AZUL</i>	49
3.3 TRILHAS INICIAIS PARA O PROCESSO DE INTERVENÇÃO EM NOVOS ALAGADOS	51
3.4 O PROGRAMA RIBEIRA AZUL.....	58
3.5 ORIGEM E FONTES DE FINANCIAMENTO	62
3.6 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	63
4. PERFIL DO TRABALHO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA REGIÃO DO <i>PROGRAMA RIBEIRA AZUL</i>	66
4.1 O PROGRAMA RIBEIRA AZUL E SUAS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DOS ATORES SOCIAIS LOCAIS.....	71
4.2 AS ÁREAS TEMÁTICAS E OS ACHADOS	72
4.3 BREVE OLHAR SOBRE ALGUNS PROJETOS SOCIAIS IMPLEMENTADOS PELO PROGRAMA	92
5. CONCLUSÕES	101
REFERÊNCIAS	104
ANEXO A - Lista das entidades pesquisadas e projetos em andamento	111

1. INTRODUÇÃO

A atração pela cidade favoreceu o crescimento dos centros urbanos no que diz respeito à dimensão espacial e populacional, nos últimos setenta anos. Concomitantemente, emergiram fenômenos sociais gerados principalmente pela dificuldade de acesso ao chamariz da migração campo – cidade: o setor industrial. O crescimento e o desenvolvimento do setor industrial, que foi o estopim para a geração de problemas nas grandes cidades, ganharam força com a globalização. A literatura que trata da questão urbana aborda os aspectos relacionados às origens dessa questão, a exemplo do que explicam Santos e Silveira (2001, p. 285-286): “... nas condições de globalização, novas fontes de riqueza e novas razões de pobreza se estabelecem nas grandes cidades”.

No que diz respeito à relação entre industrialização, crescimento das cidades, globalização e pobreza, Santos e Silveira (2001, p. 285-286) afirmam que, “... como a grande cidade já era um lugar atrativo para os pobres desde o período anterior à globalização, contribui para aumentar tal atratividade”.

O crescimento urbano desordenado deu origem a alternativas habitacionais criadas por uma significativa parcela da população brasileira cujas condições de sobrevivência se configura num grande desafio. Tais alternativas constituem espaços marcados pela ausência de infraestrutura básica e serviços sociais, dentre outras carências, o que resulta numa acentuada precariedade social, ou seja, em situação de pobreza extrema. Segundo o Banco Mundial, o Brasil está entre os países mais urbanos do mundo, e 90% do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil são gerados na área urbana, onde mais da metade da população pobre também reside.

O problema das ocupações informais precárias, ou favelas, vem sendo objeto de discussão e de busca de solução, pois tais ocupações se constituem num grande desafio para os gestores públicos. Silva (2005) aborda com propriedade as questões que envolvem esse “enigma” e propõe prioridade na busca de soluções para se superarem as péssimas condições de habitabilidade em tais espaços:

A favela não é um problema, nem uma solução. A favela é uma das mais contundentes expressões das desigualdades que marcam a vida em sociedade em nosso país, em especial nas grandes e médias cidades brasileiras. É nesse plano, portanto, que as favelas devem ser tratadas, pois são territórios que colocam em questão o sentido mesmo da sociedade em que vivemos. O significado da apropriação e uso do espaço urbano deve estar na primeira página de uma agenda política de superação das más condições de vivência no nosso mundo. (SILVA, 2005. p. 91).

O que parecia transitório se configurou em espaço permanente. Nem os governos nem os ocupantes dos espaços informais e degradados conseguiram estabelecer as favelas como um espaço de passagem. Abramo (2003), que também trata da informalidade da cidade e da dinâmica das favelas, descrevendo seu papel no contexto urbano, ressalta:

O tempo de moradia das pessoas na favela; antes, supunha-se que a favela era local de passagem, um trampolim para a cidade; agora, já se percebeu que o favelado fica no assentamento por longo tempo e que a favela é parte integrante e mesmo estruturante da cidade brasileira. (ABRAMO, 2003, p. 40-41).

Nas favelas, estão explicitadas as mais variadas formas de se driblarem as dificuldades e de se empreenderem curiosas e interessantes estratégias de cooperação e “cumplicidade”. Em relação a esse fato, fica evidente a importância do entendimento dos papéis e das funções do espaço urbano e de como nele se realçam as estratégias de sobrevivência, como bem coloca a Cáritas¹:

O espaço urbano é dinâmico e nele são estabelecidas as mais variadas formas de garantir a sobrevivência. A natureza de produção urbana não se vincula a uma relação direta entre moradia e trabalho. As questões que reúnem as famílias em comunidades são aquelas originárias de problemas mais de ordem de consumo (condições de serviços básicos urbanos) do que as de ordem de produção (condições de trabalho). (CARITAS, 1995, p. 87).

As abordagens aqui apresentadas permitem lembrar o contexto histórico da formação dos bolsões urbanos, iniciada no século XVIII, com o advento da Revolução Industrial, o que, segundo Giddens (2005, p.27), favoreceu a rápida

¹ A Cáritas é uma organização de atuação social vinculada à Igreja Católica, espalhada em 200 países. Sua sede é localizada em Roma. No Brasil, a organização possui 170 entidades-membro.

expansão de áreas urbanas e introduziu novas formas de relações sociais. Na atualidade, a expansão urbana tem sido embalada progressivamente pela globalização. Os problemas urbanos são de ordem extremamente preocupante, e já não são apenas as ameaças de inundações, de desabamento e de epidemias, decorrentes da precariedade ou ausência de infraestrutura e saneamento básico, que inquietam e tiram o sono dos habitantes das periferias.

Outro problema lido por especialistas como de saúde pública tomou proporções alarmantes e saiu da agenda diária das favelas ou ocupações informais e ganhou todos os cantos das grandes e médias cidades brasileiras: a violência urbana. Esse grave problema tem feito com que projetos e programas de intervenção sejam também acuados pelas ondas de violência. O cotidiano das iniciativas voltadas para a requalificação de áreas degradadas é permeado pelo medo de infratores e delinquentes que, em alguns momentos, são mais fortes que as “benfeitorias” implementadas e expulsam temporariamente funcionários e trabalhadores das obras em execução. Esses fatos foram vivenciados dentro do *Programa Ribeira Azul (PRA)*, que, apesar de não ser objeto de análise deste trabalho, deve ser mencionado, por se constituir num desafio novo dentro de iniciativas de melhoria da qualidade de vida das populações urbanas.

Os cenários, aqui pontuados brevemente, estão na pauta dos governos, das agencias internacionais de financiamento, das organizações da sociedade civil e de grupos políticos. Programas e projetos de significativa abrangência foram ou estão sendo executados em diversas cidades brasileiras, visando a atenuar tal situação. Um exemplo é o *Programa Habitar Brasil BID-HBB*, que foi implementado com recursos da União e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O gestor do Programa é o Ministério das Cidades, e a *CAIXA* exerce o papel de agente financeiro, técnico e operacional, sendo a responsável pela implementação do Programa. O objetivo principal do *Habitar Brasil*, é “... incentivar a geração de renda e o desenvolvimento em assentamentos de risco ou favelas, promovendo melhorias nas condições habitacionais, construindo novas moradias, implantando infraestrutura urbana, saneamento básico e recuperando áreas ambientalmente degradadas.” (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2008).

A cidade de Salvador, na Bahia, experimentou a execução de um programa de requalificação urbana de natureza integrada, ou seja, que contemplava intervenções físicas e sociais, denominado *Programa Ribeira Azul (PRA)*. Essa intervenção, objeto de estudo do presente trabalho, foi implementada sob a responsabilidade do Governo do Estado da Bahia. Seu início data dos primeiros anos da década de 2000, com atuação em um conjunto de bairros informais, localizados nas bordas das enseadas dos Tainheiros e do Cabrito, situadas na Baía de Todos os Santos, na referida capital.

Uma das principais contribuições trazidas pelo *PRA* foi a mudança na lógica das intervenções tradicionais, de natureza pontual, que se “pautavam” em impor um modelo de desenvolvimento “de cima para baixo” e, por isso, fracassaram, na maioria das vezes, por não considerarem a importância do protagonismo comunitário. A intervenção em questão quebrou, de forma relevante, as práticas baseadas no assistencialismo, nas quais imperava a imposição de ações tidas como tecnicamente adequadas, que não levavam em conta as vocações, tradições e iniciativas dos atores sociais locais, essas últimas criadas ao longo dos anos para suprir a ausência do Estado em seus espaços de convivência.

A história mostra que essas formas de intervenção, na maioria dos casos, não servem para reordenar e demarcar o território nos espaços das metrópoles, já que não adotam um modelo de cor responsabilização e potencialização da sociedade civil organizada, para manutenção dos benefícios implantados. O cenário atual não permite mais esse tipo de atitude, e sim exige a participação comunitária como um dos elementos do tripé do desenvolvimento social sustentável: o projeto integrado, a participação dos beneficiários e a parceria entre organismos da esfera governamental, privada e a cooperação internacional. O *Ribeira Azul* é um exemplo da tentativa de fazer diferente, já que realizou um amplo trabalho de mobilização das potencialidades locais e fortaleceu, de forma expressiva, os atores sociais em seu próprio território.

Com base no exposto, o tema em questão oferece vastas possibilidades de estudos e reflexões para as diversas áreas do conhecimento. Essa notória constatação embasa algumas ideias em relação aos questionamentos que

nortearam a investigação. Autores afirmam que, em se tratando da problematização, essa não se constitui numa tarefa mecânica, mas é produto da reflexão surgida por ocasião das leituras, dos debates, das experiências, da aprendizagem, enfim, da vivência intelectual no meio universitário e no ambiente científico e cultural (Severino, *apud* Gil, 2002, p. 89). Para Gil (2002, p. 29), "... a delimitação do problema guarda estreita relação com os meios disponíveis para investigação". Apoiando-se nessas considerações, o problema da pesquisa configurou-se na seguinte pergunta: Como o *PRA* atuou junto às organizações comunitárias, na tentativa de potencializá-las? Além dessa questão fundamental, este estudo também tentou verificar outras duas questões: Que ações implementadas pelo Programa Ribeira sinalizam oportunidades para o desenvolvimento social? Quais os fatores que contribuíram para o insucesso das estruturas organizativas, cuja formação ou incentivo à ampliação foram diretamente promovidas pelo *PRA*?

No tocante ao estabelecimento dos pressupostos, Gil (2002, p. 35-36) explicita que as hipóteses surgem de diversas fontes, dentre as quais a observação e os resultados de outras pesquisas e teorias. Na pesquisa em questão, a fonte utilizada para a formulação das hipóteses foi a observação, a qual, segundo esse mesmo autor, "... é um procedimento fundamental na construção de hipóteses. O estabelecimento assistemático de relações entre os fatos do dia-a-dia é que fornece os indícios para a solução dos problemas propostos pela ciência". Essa idéia é complementada por Koche (1997, p. 36), quando afirma que "... por se reconhecer a natureza hipotética do conhecimento científico, ele deve ser constantemente submetido a uma revisão crítica, tanto na consistência lógica interna das suas teorias, quanto na validade dos seus métodos e técnicas de investigação".

Valendo-se desses argumentos, as hipóteses de pesquisa foram as seguintes:

- (i) O *PRA* realizou uma gama de atividades que envolveram as organizações comunitárias durante sua execução. Tais atividades foram cruciais para o fortalecimento dos atores sociais locais, reconhecidos como fundamentais para dar continuidade ao processo de requalificação sociourbana do recorte geográfico onde o mesmo atuou.

- (ii) As ações implementadas pelo *PRA*, junto às organizações comunitárias situadas na sua área de intervenção, trouxeram aportes fundamentais necessários para desencadear, em diversos níveis, o desenvolvimento social da área. No entanto, resultados positivos só puderam ser verificados junto às estruturas comunitárias já existentes, pois algumas delas, cuja formação e organização estrutural foram motivadas com incentivo financeiro e técnico do Programa, não tiveram êxito.

A pesquisa se propõe a descrever e analisar uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia para promover o desenvolvimento sociourbano em um conjunto de bairros do município de Salvador, através do *PRA*. A dinâmica de articulação metodológica desse Programa ensejou a adoção de parcerias com outras esferas do poder público, com agências internacionais de cooperação financeira e técnica e com a sociedade civil organizada. O foco principal da pesquisa são as iniciativas implementadas junto às organizações sociais locais beneficiárias do Programa.

A realização da presente pesquisa justifica-se por tratar especificamente da descrição de uma experiência inovadora, no que diz respeito ao planejamento e à execução de propostas de requalificação de uma área degradada em seus aspectos físicos e sociais. Essa experiência foi realizada a partir de uma intervenção do poder público e de outros parceiros institucionais num território cujas características geográficas e habitacionais vêm sendo, ao longo dos anos, analisada por diversos segmentos, gerando interesse de estudiosos das mais diversas áreas do saber. Além disso, personagens da gestão pública estão, há mais de três décadas, trilhando caminhos no sentido de redesenhar o mosaico urbanístico espontâneo ali criado, sem até então alcançar as almejadas metas de extinção das “resistentes palafitas”.

Frente à necessidade e importância de ampliar e alimentar a produção de conhecimentos sobre o desenvolvimento de programas e projetos que tenham características particulares, como aquele que ora é objeto de estudo, a presente pesquisa apresenta algumas contribuições para a compreensão de alguns aspectos que circundam os desafios para a implementação de experiências similares. O presente trabalho pode também contribuir com subsídios para a discussão e reflexão

que objetivem compreender os processos de formação de arranjos institucionais voltados para o estabelecimento de prioridades dentro de intervenções direcionadas para a requalificação de tecidos sociais e urbanos marcados pela degradação espacial e social de seus habitantes. Além disso, pode possibilitar a abertura de trilhas que possam motivar a compreensão sobre fatores de sucesso e insucesso da implementação de propostas similares. Compreender as faces socioespaciais da região e as alternativas de promoção do desenvolvimento trazidas pelo *PRA* pode ser um viés que justifica a realização do trabalho aqui apresentado.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo geral verificar se, de fato, o *PRA* gerou ações favoráveis para desencadear o processo de desenvolvimento social das comunidades envolvidas, através das ações realizadas junto às organizações da sociedade civil, implementadas entre os anos 2000 e 2006. Constituem seus objetivos específicos: (i) apontar as principais características das áreas que são objeto de análise; (ii) descrever brevemente o processo que deu origem ao *PRA*; (iii) traçar as características do Programa e seu contexto institucional; (iv) descrever as principais ações implementadas pelo Programa junto às organizações comunitárias locais.

Para alcançar tais objetivos, a pesquisa adotou alguns procedimentos metodológicos que se constituíram num amplo desafio, frente à amplitude das fontes de dados disponíveis. Para iniciar a explicação sobre os passos dados nessa fase do trabalho, é importante resgatar algumas considerações teóricas que balizam a construção do conhecimento e a definição dos percursos adotados quando da realização do trabalho científico.

Na literatura consultada, destacam-se, inicialmente, as contribuições de Koche (1997, p. 33), no que se refere à função e aos caminhos que devem ser percorridos pela pesquisa científica, quando afirma: "... a investigação científica é estimulada a criar fundamentos mais sólidos para seus conhecimentos". Ainda o mesmo autor ressalva que "... o interesse pela pesquisa nasce de uma significativa vivência empírica". Afirma também que, "... por se reconhecer a natureza hipotética do conhecimento científico, ele deve ser constantemente submetido a uma revisão

crítica, tanto na consistência lógica interna das suas teorias, quanto na validade de seus métodos e técnicas de investigação.” (KOCHE, 1997, p. 36).

O método utilizado neste trabalho de pesquisa foi o hipotético-dedutivo. Convém observar que “... o método dedutivo leva o pesquisador do conhecido ao desconhecido com pouca margem de erro, mas por outro lado é de alcance limitado, pois a conclusão não pode exceder as premissas.” (CRUZ; RIBEIRO, 2003, p. 34). Em relação a essa questão, Richardson (1999, p. 35) coloca que “... o método dedutivo fundamenta-se em premissas – fatos observáveis –, que servem de base para o raciocínio”.

No que diz respeito à natureza da pesquisa, ela se constitui como qualitativa, contemplando o estudo de caso da experiência em evidência. Cruz e Ribeiro (2003, p. 13) orientam que, ao escolher um tema para um trabalho de pesquisa, é preciso ter um alto grau de interesse pessoal pelo assunto a ser trabalhado e o conhecimento sobre a disponibilidade de material de consulta. A partir dessa constatação, o procedimento adotado para a busca de dados foi o da pesquisa documental em fontes primárias, a exemplo de relatórios técnicos sobre a execução da intervenção, em fontes secundárias e na experiência da autora.

A reflexão em busca da definição do tipo de pesquisa a ser realizada pautou-se também em pistas teóricas como, por exemplo, o que afirma Gil (2002, p 46): “... nem sempre fica clara a distinção entre a pesquisa bibliográfica e a documental, já que, a rigor, as fontes bibliográficas nada mais são do que documentos impressos para determinado público”. Dessa forma, os documentos impressos disponibilizados em setores da Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER) foram de essencial utilidade para a construção deste trabalho, constituindo-se em valiosas fontes de dados para pesquisadores e técnicos que trabalham com propostas similares.

Aliada ao percurso investigativo acima descrito está também a vivência da autora com o objeto de estudo: por dezesseis anos, atuou como componente da equipe técnica envolvida em alguns dos projetos implementados na área dos Alagados, dentre os quais se destaca o *Ribeira Azul*. Vale salientar que, apesar de

se configurar numa tarefa desafiadora, porém indispensável dentro da investigação científica, foi possível estabelecer a distância crítica exigida pelos critérios acadêmicos. Diante disso, é possível arriscar que o convívio sistemático nas comunidades, favorecido pelo trabalho de campo, permitiu o contato “face a face” com a realidade, os atores sociais e os moradores em geral. A importância dessa vivência pode ser respaldada nas afirmações de Minayo:

Vários são os obstáculos que podem dificultar ou até mesmo inviabilizar essa etapa de pesquisa. Sobre isso, faremos algumas considerações. Em primeiro lugar, devemos buscar uma aproximação com as pessoas da área selecionada para o estudo. Essa aproximação pode ser facilitada através do conhecimento de moradores ou daqueles que mantêm sólidos laços e intercâmbio com os sujeitos a serem estudados. De preferência, deve ser uma aproximação gradual, onde cada dia de trabalho seja refletido e avaliado, com base nos objetivos preestabelecidos. É fundamental consolidarmos uma relação de respeito efetivo pelas pessoas e pelas suas manifestações no interior da comunidade pesquisada. (MINAYO, 1994, p. 54-55).

Conforme já explicitado, a vivência cotidiana nos espaços comunitários – cujo principal objetivo era relacionado, em primeiro lugar, ao trabalho técnico, desde a fase de preparação dos estudos preliminares até as atividades efetivas de intervenção e pós-ocupação dos conjuntos habitacionais implantados – favoreceu a decisão quanto à escolha e definição do recorte da pesquisa. Esses breves percursos permitem respaldar o uso da pesquisa-ação empírica, que, de acordo com Haguette (2003, p. 113), “... consiste em acumular dados de experiências de trabalho diário em grupos sociais semelhantes”. Esse fato também pode ser respaldado pelas considerações de Minayo (1994):

A técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter maiores informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. [...] A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real. (MINAYO, 1994, p. 59-60).

No que tange ao levantamento e coleta de dados, foram consultadas diferentes fontes e adotadas algumas técnicas, a saber:

- a) *Observação direta e indireta*, em momentos oportunos, de encontros coletivos, direcionados especificamente para as discussões e tomadas de decisão em relação ao Programa, eventos comunitários, a exemplo de seminários e fóruns cujas temáticas versavam sobre questões ligadas ao desenvolvimento local. O uso da observação, segundo Richardson (1999, p. 82), quando adequadamente conduzida, pode revelar inesperados e surpreendentes resultados que, possivelmente, não seriam examinados em estudos que utilizassem técnicas diretivas.
- b) *Utilização de diário de campo*, para registro de informações que permitiram sistematizar uma parte dos dados apresentados no presente trabalho.
- c) *Entrevistas informais* com personagens-chave dentro do processo de intervenção, como, por exemplo, lideranças, moradores e técnicos, o que permitiu acumular conhecimentos sobre a percepção dessas pessoas a respeito dos pontos positivos e negativos no desenrolar da intervenção. Thiollent (1998, p. 65), manifesta-se no sentido de que, "... na pesquisa-ação nem sempre são aplicados questionários codificados, pois, quando a população é de pequena dimensão e sua estruturação em grupos permite a fácil realização de discussões, é possível obter informações principalmente de modo coletivo, sem administração de questionários individuais".
- d) *Acesso e consultas a documentos e relatórios* disponíveis em setores da CONDER, dentre os quais se destacam: *a. Novos Alagados: Recuperação Ambiental e Promoção Social* (Junho de 1994); *b. Programa Social de Desenvolvimento do Patrimônio Comunitário (Plano Preliminar) – Projeto Novos Alagados 2ª Etapa* (maio de 1999); *c. Plano de Ação Social e Educação Ambiental do Projeto Novos Alagados 2ª Etapa* (novembro de 1999); *d. Programa Ribeira Azul: Projeto Novos Alagados I e II Etapa* (setembro de 2002); *e. Plano de Desenvolvimento Social e Ambiental do Programa Ribeira Azul* (dezembro de 2003); *f. Projeto de Participação*

Comunitária e Educação Ambiental de Alagados I e V (dezembro de 2000); *g. Projeto de Participação Comunitária e Educação Ambiental de Alagados VI* (setembro de 2004); *h. Relatório dos Resultados Finais do Projeto de Apoio Técnico e Social do Programa Ribeira Azul – PATS* (Maio 2006), *i.* Outros documentos, a exemplo de relatórios de desempenho mensais, trimestrais e anuais, contratos e convênios, cartilhas e folders informativos, etc.

Esse conjunto de elementos e instrumentos constituiu as fontes de dados e informações que permitiram a construção do trabalho.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro contempla uma breve abordagem sobre alguns conceitos importantes para o entendimento deste trabalho de pesquisa como, por exemplo, os conceitos de território, desenvolvimento e capital social. O segundo capítulo apresenta uma breve contextualização histórica das motivações que permearam as ocupações das enseadas do Cabrito e dos Tainheiros, Antigos e Novos Alagados respectivamente, situadas nas bordas da Baía de Todos os Santos. Traz ainda uma síntese das intervenções praticadas na região de Alagados e Novos Alagados, objetivando facilitar o entendimento e a compreensão das formas de atuação do poder público com vistas à melhoria da qualidade de vida das pessoas residentes nesses espaços, nos últimos cinquenta anos. Apresenta o *PRA*, apontando sua área de abrangência, objetivos, as principais linhas de ação, fontes de financiamentos e instituições envolvidas.

No terceiro capítulo, são apresentados os achados referentes à pesquisa realizada pelo Programa com recursos do *Projeto de Apoio Técnico e Social* (PATS), que constitui um importante impulsionador de estratégias voltadas para o desenvolvimento local. Mostrará a metodologia adotada pela referida pesquisa no que diz respeito à divisão da região do Programa em setores e ao agrupamento das organizações por áreas temáticas de atuação: saúde, educação, esporte, e lazer, família, habitat, organização comunitária, segurança, trabalho e qualificação profissional. Esse capítulo apresenta também um esboço de algumas atividades realizadas com base nos relatórios finais do PATS, sinalizando alguns resultados que indicam potencialidades e fragilidades.

Finalmente, são apresentadas as considerações finais sobre o conteúdo tratado. Não foram abordadas todas as nuances que gravitam sobre as iniciativas da intervenção, já que sua abrangência ultrapassa os limites da proposta deste trabalho.

2. BREVES CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS

As breves reflexões conceituais sobre território, desenvolvimento, sociedade civil, movimentos sociais e capital social visam a propiciar um melhor entendimento sobre alguns dos aspectos apresentados pelo *PRA*, como objeto de estudo, e a orientar o entendimento sobre as potencialidades e entraves que circundaram sua execução. Os pilares conceituais que norteiam este trabalho foram selecionados para possibilitar uma leitura diversificada do objeto de estudo, por estarem presentes em diversos debates direcionados para o diálogo acadêmico, político e de natureza prática sobre os territórios física e socialmente degradados.

2.1 TERRITÓRIO

O primeiro conceito aqui apresentado diz respeito a “território”, amplamente discutido por Milton Santos e Maria Laura Silveira em seu legado acadêmico. Eles trazem contribuições importantes para fundamentar este trabalho sobre o espaço de Alagados frente a uma das suas principais características, ao afirmarem que “o território é uno, o que significa que seu movimento é solidário.” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 301). Os mesmos autores dizem que:

Por território entende-se regularmente a extensão apropriada e usada, mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence... Esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio dos homens. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 19).

A valiosa contribuição desses autores é de suma importância para aqueles que pretendem observar a dinâmica social de determinados espaços físicos em relação aos seus usos e funções. No que diz respeito à área de Alagados, é possível observar a ação humana quando da ocupação inicial, as intervenções praticadas pelo Estado e

as estratégias utilizadas para fortalecer o sentimento de pertencimento de seus habitantes, buscando-se, sobretudo, evitar novas invasões ao espaço da maré.

A socióloga Sarita Albagli é também outra estudiosa sobre a questão do território e adota a mesma linha de pensamento de Milton Santos. Albagli (2004) considera que “cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço”. A autora refere-se ao território como sendo “também um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais”. Para ela, “o território é construído historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas: a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta”. Esses aspectos justificam, segundo Albagli, o fato de o território ser objeto de análise nas diferentes áreas do conhecimento (geográfica, antropológico-cultural, sociológica, econômica, jurídico-política e bioecológica) e faz com que a percepção de cada uma ocorra segundo suas abordagens específicas.

Também de importante valia é o que Albagli (2004, p. 64) considera como aspectos essenciais e indispensáveis, dentro da pauta das organizações que objetivam atuar no “fortalecimento e capitalização de territorialidades”, para favorecer o desenvolvimento local sustentável. Esses aspectos consistem em: (i) reconhecer, nos territórios, a possibilidade de desenvolvimento de atividades com base nas potencialidades locais, o que significa reconhecer “o senso de identidade e pertencimento territorial, senso de exclusividade/tipicidade, tipos de intensidade de interação entre atores locais”; (ii) produzir “conhecimento sobre o território enquanto sistema objeto de ações e relações”; nesse caso, é necessário identificar as potencialidades que apontem vantagens “comparativas de dinamismo socioeconômico local, de desenvolvimento sustentável”; (iii) promover a sociabilidade através da mobilização de “atores e segmentos sociais”, para favorecer o “dinamismo local”. Essa iniciativa busca “possíveis modalidades de ação coletiva”; (iv) entender que os territórios não devem ser vistos apenas como vetores de “dinamização produtiva e comercial”, e sim como uma estratégia de desenvolvimento local sustentável. Nesse caso, é essencial “resgatar e valorizar imagens e símbolos, definir níveis de intervenção dos poderes públicos e organizações locais, e estabelecer parâmetros de qualidade e de sustentabilidade em todos os níveis”. Esses aspectos, como cita a autora, são fundamentais e devem ser agregados nas fases de concepção, planejamento e execução de intervenções em áreas degradadas.

Albagli salienta ainda que “os elementos naturais de um dado território são transformados em potencialidades na medida em que a sociedade percebe sua importância como recurso e, eventualmente, os integra a suas práticas territoriais”. Segundo ela, “tais práticas podem ser predatórias desses recursos e degradantes de uma qualidade ambiental”. A autora ressalta que podem ainda ser “sustentáveis do ponto de vista da conservação e do equilíbrio do meio ambiente local”.

Apropriando-se das considerações de Milton Santos sobre a relação entre ação humana e território, Albagli pontua:

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais [...], à medida que a história vai se fazendo, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas plantações casas, [...], verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza humanizada. (SANTOS, 1997, p. 51 *apud*, ALBAGLI, 2004, p. 37).

Ainda em relação ao conceito de território, os estudiosos Silva e Silva (2003) também trazem uma contribuição expressiva sobre o tema, ao afirmarem que o território deve ser considerado como “um complexo e dinâmico conjunto de relações socioeconômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvidas e contextualmente especializadas, incluindo sua perspectiva ambiental”. Essas relações fazem com que os territórios apresentem grande diversidade, com fortes características identitárias, e isso envolve diferentes escalas. Vale destacar que, em relação a essa questão, os autores dizem que se devem considerar as diferentes formas de combinação temporal. Dessa forma, segundo os autores, os territórios podem “apresentar laços de coesão e solidariedade também estimulados e dinamizados pelo crescimento das competitivas relações entre diferentes unidades territoriais no contexto da globalização”. Por último, os autores dizem que “tudo isso leva os territórios a valorizar suas vantagens (e possibilidades) comparativas através, e isto é relativamente recente, de forma organizacional, institucionalmente territorializada.” (SILVA; SILVA, 2003, p. 27).

O conceito de território brevemente apresentado permite compreender a dinâmica ocupacional do território de Alagados, motivada, desde as primeiras

invasões, por uma forte pressão originária da pobreza e da ausência de alternativas convencionais de habitação. A necessidade de adaptação do espaço fortalece os laços de cooperação e facilitam a consolidação do território informalmente construído. A intervenção realizada pelo PRA buscou manter as relações espaciais e sociais estabelecidas na localidade, legitimando e valorizando a identidade territorial.

2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Já o debate sobre a problemática do desenvolvimento vem sendo realizado por renomados especialistas, dentre os quais se destaca Amartya Sen. Premio Nobel de Economia em 1998, por seus estudos sobre a fome e a pobreza, Sen (2000) considera que, para medir o desenvolvimento ou o crescimento de um país, é necessário levar em conta o que acontece realmente na vida das pessoas. A partir de seus estudos sobre o desenvolvimento humano e o bem estar social, ele argumenta que o desenvolvimento econômico está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento do bem estar social.

Conforme Sen (2000), “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. O autor continua sua reflexão afirmando:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privações de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social e sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2000, p. 18).

Para justificar o fato de ser a liberdade um componente central para o processo de desenvolvimento, Sen (2000, p. 18) aponta duas razões: a primeira é de natureza avaliatória, e isso significa considerar que “a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas”. A segunda está pautada na *eficácia*, ou seja, a “realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas”.

Um dos pilares da teoria de Sen diz respeito à compreensão de que a realização positiva dos seres humanos está diretamente influenciada “por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas.” (SEN, 2000, p. 19). Percebe-se, nessa assertiva, que os ingredientes necessários para promover o desenvolvimento são aqueles mais escassos nos aglomerados humanos com características semelhantes às de Alagados.

No que diz respeito ao objetivo do desenvolvimento, o autor diz o seguinte:

... o objetivo do desenvolvimento relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas [...] Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. (SEN, 2000, p. 71).

O economista e sociólogo Ignacy Sachs é outro teórico e importante expoente no debate sobre a questão do desenvolvimento. Para Sachs (2004, p. 14), “igualdade, equidade e solidariedade estão, por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento, com consequências de longo alcance para que o pensamento econômico sobre o desenvolvimento se diferencie do econômico redutor”. Sachs foi um dos pioneiros na definição do conceito de desenvolvimento sustentável, o qual, segundo ele, envolve a dimensão da sustentabilidade social. Nesse sentido, o autor descreve cinco pilares do desenvolvimento sustentável:

- a - Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;
- b - Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos);
- c - Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- d - Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;

e - Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz a diferença. (SACHS, 2004, p. 15).

Sachs (2004, p. 14) salienta que o desenvolvimento pode ser considerado a partir da universalização efetiva dos direitos humanos, englobando direitos econômicos, culturais e sociais e agregando ainda o leque de direitos coletivos. No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, ele argumenta que ele “precisa ser socialmente incluyente, ou seja, acabar com a exclusão social, deve distribuir riquezas, conservar e garantir os recursos naturais para as futuras gerações”.

Já o economista José Eli da Veiga também tem o tema do desenvolvimento sustentável no centro de seus estudos e consequentes debates. Veiga (2005) discute a questão, argumentando que são três os tipos básicos de respostas para os questionamentos sobre o que é desenvolvimento:

A primeira e mais frequente é tratar o desenvolvimento como sinônimo de desenvolvimento econômico [...]. A segunda resposta fácil é a de afirmar que o desenvolvimento não passa de reles ilusão, crença, mito, ou manipulação ideológica. [...]. A terceira tenta explicar que o desenvolvimento nada tem de quimérico e nem pode ser amesquinçado como crescimento econômico. Esse “caminho do meio” é o mais desafiador, pois é bem mais difícil de ser trilhado. (VEIGA, 2005, p. 17).

Veiga continua discutindo sobre as questões que estão embutidas na idéia de desenvolvimento, resgatando as considerações feitas por Sachs de que:

... desenvolvimento pode permitir que cada indivíduo revele suas capacidades, seus talentos e sua imaginação na busca da auto-realização e da felicidade, mediante esforços coletivos e individuais, combinação de trabalho autônomo e heterogêneo e de tempo gasto com atividades não econômicas. (VEIGA, 2005, p. 80).

Ainda sobre esse aspecto, Veiga (2005) recupera as observações de Sachs sobre o fato de que “os aspectos qualitativos são essenciais”, ou seja, as formas de gerar “meio de vida” não devem depender de “esforços excessivos e extenuantes por parte de seus produtores, de empregos mal remunerados exercidos em condições insalubres, da prestação inadequada de serviços públicos e de padrões subumanos de moradia”. Ampliando sua análise sobre a questão do desenvolvimento, Veiga traz a definição estabelecida pelo Programa Das Nações

Unidas Para O Desenvolvimento (PENUD): “o desenvolvimento tem a ver, em primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e oportunidades para fazerem as suas escolhas”. O autor também apresenta, em sua argumentação, as colocações de economista Celso Furtado, ressaltando que vem dele a “melhor forma sintética para dizer o que é desenvolvimento”. No entendimento de Furtado, segundo Veiga (2005):

O desenvolvimento se caracteriza pelo projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (VEIGA, 2005, p. 81).

Outro autor de destaque nessa questão é o economista e especialista em desenvolvimento regional e local, Sérgio Buarque, que traz importantes contribuições com seus estudos voltados para orientar e discutir a questão. Para esse autor, o desenvolvimento pode ser conceituado “como o processo endógeno de mudanças, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos.” (BUARQUE, 2004, p. 25). O autor atribui à consistência do desenvolvimento sustentável a necessidade de que haja mobilização e exploração das potencialidades locais. Além disso, ressalta a importância de se elevarem as oportunidades sociais através da viabilização competitiva da economia local. Para Buarque, deve-se, em paralelo, garantir a conservação dos recursos naturais locais, o que, segundo ele, consiste na “base mesma de suas potencialidades e condições para a qualidade de vida da população local.” (BUARQUE, 2004, p. 25).

Buarque analisa com muita propriedade a questão do desenvolvimento local. Em sua obra, ele trata de aspectos importantes que favorecem a análise sobre o papel dos atores sociais, no que diz respeito a esse tema. Em sua visão, “o desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto externo.” (BUARQUE, 2004, p. 30).

Até aqui, foram apresentados diversos caminhos que visam a definir e caracterizar o desenvolvimento. No entanto, faz-se necessário entender os parâmetros utilizados para medir o desenvolvimento de um país. Nesse particular, Veiga (2005) apresenta os componentes usados para medir o Índice de Desenvolvimento Social (IDS):

O Índice de Desenvolvimento Social – IDS tem cinco componentes com pesos iguais: a) saúde, com indicadores de expectativa de vida ao nascer e a taxa de sobrevivência infantil [...]; b) educação, com taxa de alfabetização e indicadores da escolaridade média, medida por anos de estudo; c) trabalho, com taxas de atividade e de ocupação; d) rendimento, com PIB *per capita* e coeficiente de igualdade [...]; e) habitação, com disponibilidade domiciliar de água, energia elétrica, geladeira e televisão. (VEIGA, 2005, p. 103).

Sendo assim, é reforçada a recomendação de que não apenas os fatores econômicos devem ser considerados para que se verifique o nível de desenvolvimento de um país.

Complementando as considerações conceituais sobre desenvolvimento aqui apresentadas, é oportuno resgatar uma das assertivas do Banco Mundial (2008) sobre a questão: “é essencial um desenvolvimento urbano equilibrado para que o País atinja um crescimento com inclusão social ainda mais rápido nos próximos anos”.

A questão do desenvolvimento também vem sendo examinada e discutida por instituições importantes no cenário nacional. Uma delas é o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDES), que vem produzindo conhecimentos de grande valia no que diz respeito a essa questão. Um dos especialistas do IDES é o Rogério Arns Neumann, autor dos livros *Repensando o Investimento Social: a importância do protagonismo comunitário* e *Desenvolvimento Comunitário Baseado em Talentos e Recursos Locais*, publicados pelo referido Instituto. Neumann (2004) construiu um breve cenário da evolução histórica dos investimentos sociais e da questão do desenvolvimento. As observações desse autor mostram que, com o passar dos anos, houve uma mudança expressiva no olhar para o social. Passou-se a considerar o protagonismo comunitário como elemento decisivo para promover o desenvolvimento. Os estudos desse autor registram o seguinte trajeto:

1950 – 60: Faça desenvolvimento PARA o povo – as prioridades são o capital e os investimentos técnicos, considerados como indutores do desenvolvimento e, por consequência, geradores de progresso social. As pessoas são vistas separadas do processo de desenvolvimento.

1960 – 70: Faça desenvolvimento PELO povo – as pessoas são consideradas as beneficiárias do desenvolvimento, mas não agentes ativos no processo.

1970 – 80: Faça desenvolvimento ATRAVÉS das pessoas – as pessoas são vistas como instrumentos para alcançar o desenvolvimento, mas, ainda assim, de forma orquestrada por agentes de fora da comunidade.

1980 – 90: Faça desenvolvimento COM as pessoas – a participação das pessoas é vista como um ingrediente necessário, sendo as comunidades consideradas catalisadoras, ou parceiras no processo.

1990 – 2000: Promova as pessoas para o desenvolvimento – o foco agora está em desenvolver a capacidade local para o autodesenvolvimento. Pela primeira vez as pessoas são vistas como protagonistas do processo de desenvolvimento. (NEUMAN, 2004, p. 28).

Esse percurso afirma o que vem sendo praticado, ainda que de forma insuficiente, dentro das iniciativas de recuperação de áreas urbanas degradadas e que buscam valorizar os recursos comunitários existentes. É importante observar que essa conquista é fruto, principalmente, das ações realizadas pela sociedade civil e por outros segmentos, voltadas para a elaboração de novas formas de implementar tais iniciativas.

O conceito de desenvolvimento é extremamente importante e indispensável para se compreender o contexto do PRA naquilo que foi o seu cerne, ou seja, sua principal inovação metodológica: potencializar o protagonismo comunitário, com a finalidade de garantir a sustentabilidade das iniciativas voltadas para o desenvolvimento local. Resgatando a terminologia adotada neste trabalho para fazer referência à sociedade civil organizada, vamos dizer que o Programa concentrou significativos esforços financeiros e técnicos para fortalecer as organizações comunitárias sediadas e efetivamente atuantes, dentro da região dos Alagados, dentro do recorte físico e social que foi objeto de intervenção. Essa decisão partiu do reconhecimento de que esses segmentos, além de deterem reais condições para assegurar o desenvolvimento local, já atuavam antes da chegada do Programa, promovendo, com os recursos que possuíam atividades voltadas para melhorar a vida comunitária.

2.3 SOCIEDADE CIVIL E MOVIMENTOS SOCIAIS

Antes de iniciar as reflexões teóricas sobre o capital social, com base nos objetivos do presente trabalho, faz-se pertinente apresentar uma breve síntese dos conceitos e definições sobre sociedade civil, já que se trata de um dos mais importantes personagens no contexto das análises que o trabalho se propõe a realizar. Dentre os estudiosos do papel e da dinâmica dos movimentos sociais, encontra-se a antropóloga Ruth Cardoso. Em suas pesquisas sobre os movimentos sociais, ela registra que os estudos sobre esses segmentos emergem na América Latina em “uma conjuntura intelectual e política bastante específica” (CARDOSO, 1987, p. 1). Segundo a autora, as investigações, que se “iniciaram na década de 70, coincidem com o avanço do autoritarismo sobre vários de nossos países e sucedem os temas típicos dos anos 60: a marginalidade e a dependência”. Para a autora, a “elaboração teórica desses temas marcou a contribuição intelectual latino-americana nessa época e colocou como problema as especificidades do processo de industrialização dos países em desenvolvimento”. A autora ainda acrescenta:

Entretanto, as inovações que estas teorias inegavelmente trouxeram terminaram por se esgotar na constante reformulação das mesmas questões. Por outro lado, as interpretações sobre as consequências políticas da industrialização excludente chocavam-se cada vez mais com a realidade. O explosivo comportamento das massas não só não se verificava como, pelo contrário, as periferias urbanas lutavam para serem reconhecidas pelo Estado. (CARDOSO, 1987, p. 1).

Em seus estudos, Cardoso (1987) destacou alguns aspectos que caracterizam os movimentos sociais urbanos, os quais, segundo ela, “se interligam e são necessários para entender o conceito”:

- a) Os movimentos urbanos são novos. Distinguem-se das formas tradicionais de atuar na política (partidos e sindicatos) e propõem formas específicas de participação porque afirmam novas identidades sociais.
- b) Acentua-se seu caráter de resistência à dominação vigente, especialmente nos países submetidos a regimes autoritários. São, portanto, formas de luta que desafiam o Estado.
- c) Como são novas e são anti-Estado, estas manifestações coletivas trazem para a cena política uma nova potencialidade de transformação das estruturas de dominação. (CARDOSO, 1987, p. 2).

Para reforçar a compreensão sobre as dinâmicas dos movimentos sociais e os papéis que representam na sociedade, Cardoso (1987) resgata as contribuições de Gohn:

Os movimentos reivindicativos urbanos apresentam vários estágios de desenvolvimento, indo de simples reivindicações locais, espontâneas ou burocratizadas, até formas desenvolvidas de lutas, utilizando-se de mecanismos de pressão de massas. Quando um movimento atinge um estágio mais desenvolvido, ele normalmente encontra-se articulado a formas de lutas mais gerais das sociedades, tais como os partidos, e constituem movimentos sociais urbanos propriamente ditos. As formas mais desenvolvidas apresentam ou se baseiam em um projeto mais geral da sociedade e superam a visão localista das reivindicações parciais. É preciso analisar os movimentos sociais urbanos como um processo dinâmico e não em termos de uma visão por etapas. Isto significa que mesmo os movimentos que se encontram em um estágio pouco desenvolvido, formas ainda não maduras, eles já contêm os germes da negação do sistema (dados pelas contradições presentes), e gestam práticas nas quais existe um apelo à democracia e novas formas de relações sociais. Ou seja, eles imprimem um sentido novo às atuais relações sociais existentes. (GOHN, 1983, p. 264-65 *apud* CARDOSO, 1987, p.13).

Conhecer um pouco da trajetória dos movimentos sociais é imprescindível quando se trata de buscar desvelar as dinâmicas sociais urbanas e seus arranjos coletivos para facilitar o acesso a serviços essenciais básicos, ou a bens privados indispensáveis, como, por exemplo, a casa, que estão distantes de serem viabilizados integralmente pelo Estado.

Uma obra de relevância, que resgata a questão da sociedade civil, foi organizada por Baquero e Cremonese (2006). No tocante a esse segmento, a obra diz que a “sociedade civil é definida como o conjunto de condições e atores situados nas três dimensões que compõem o mundo da vida, que são a cultura, a sociedade e a personalidade.” (BAQUERO; CREMONESE, 2006, p. 106). Mais adiante, no que tange ao conceito de sociedade, ela é “reconcebida em torno da noção de movimentos democratizantes autolimitados, procurando expandir e proteger espaços para liberdade negativa e liberdade positiva e para recriar formas igualitárias de solidariedade sem prejudicar a autorregulação econômica” (COHEN; ARATO, 1992 *apud* BAQUERO; CREMONESE, 2006, p. 106).

Dando continuidade à discussão Baquero e Cremonese dizem que:

... entre os atores da sociedade civil estão os movimentos sociais, as organizações não-governamentais, as associações de moradores, grupos de base e de mútua ajuda, associações filantrópicas, sindicatos, entidades estudantis e todas aquelas formas de associativismo (mesmo informais e esporádicas) que, de alguma forma, lutam pela resolução de problemas sociais, ampliação dos direitos políticos e da consciência da cidadania e, ainda, mudanças na esfera dos valores e do comportamento dos indivíduos. Essas associações reúnem homens e mulheres interessados em assumir sua dimensão de cidadãos de uma forma ativa, objetivando agir na sociedade em busca de transformações. (BAQUERO; CREMONESE, 2006, p. 107).

Ainda segundo Baquero e Cremonese, outra forma de compreender a sociedade civil é possível:

A sociedade civil representa apenas uma dimensão do mundo sociológico de normas, práticas, papéis, relações, competências ou um ângulo particular de olhar este mundo do ponto de vista da construção de associações conscientes, vida associativa, auto-organização, e comunicação organizada. [...] Refere-se às estruturas de socialização, associação e formas organizadas de comunicação do mundo da vida, na medida em que estas estão sendo institucionalizadas. (VIEIRA, 2001, p. 46 *apud* BAQUERO; CREMONESE, 2006, p. 106).

As considerações apresentadas sobre sociedade civil possibilitam observar que, nos momentos de tensão ou parceria, suas organizações tiveram um papel crucial e, com certeza, reativaram, em alguns casos, seus objetivos iniciais. As organizações comunitárias, que estavam em estado quase adormecido, foram despertadas e contribuíram, de algum modo, para que o Programa adotasse uma das maiores estratégias de aproximação dos atores sociais locais já registradas na história das intervenções públicas, no contexto urbano da capital baiana.

2.4 CAPITAL SOCIAL

A conceituação de capital social, apresentada de forma breve, será elemento de fundamentação teórica imprescindível no contexto deste trabalho. Conforme Birkner (2006, p. 15), “o debate teórico” vem tratando o capital social como um

fenômeno de determinado peso, o que, em alguns casos, o torna um vetor decisivo para impulsionar o desenvolvimento.

Araújo (2003) realizou um importante apanhado sobre os grandes clássicos do capital social, acompanhado de uma descrição histórica que traz a origem da utilização dessa teoria. Antes de entrar nos aspectos específicos do capital social, vale resgatar o conceito da palavra *capital* apresentado pela autora:

Capital é uma palavra forte e, como conceito, é um dos mais importantes e mais controversos nas ciências sociais. Karl Marx, no século XIX, definiu-o como o produto da mais-valia (trabalho não pago) produzida pelo trabalhador e apropriada pelos donos dos meios de produção. Em comum com a economia clássica ficava a idéia de que capital é o produto do trabalho utilizado para produção de outros bens. Modernamente, na área econômica e empresarial, capital pode vir acompanhado de vários adjetivos: capital aberto, capital constante ou variável, capital de giro, capital de risco, capital fechado, capital financeiro, capital fixo, capital intensivo, capital social das empresas.

A palavra é a matriz econômica e ideológica de uma época da humanidade, a do capitalismo, que permanecerá alguns séculos. Remete-nos a mercado, propriedade privada, trabalho assalariado, recursos econômicos, riqueza e miséria.

Para além desses significados econômicos, tem sido usada, ainda que com críticas, em outras áreas da ação humana. Economistas lembram que riqueza e crescimento não dependem apenas de recursos naturais e/ou financeiros. Que a capacitação humana é fundamental para que as habilidades econômicas sejam desenvolvidas. A isso se deu o nome de capital humano. (ARAÚJO, 2003, p. 8-9).

Em relação à literatura recente, Araújo (2003) mostra o seguinte quadro, entre os anos 80 e 90: *Pierre Bourdieu*, nos anos 80, conceituou capital social como “o agregador de recursos, reais ou potenciais, que possibilitavam o pertencimento duradouro a determinados grupos e instituições”. James Coleman “examinou o papel das normas sociais como guias de ação para o indivíduo, como expectativas que expressam se nossas ações estão certas ou erradas”. Coleman define capital social por sua função: “como qualquer capital, permite a criação de certos bens que, sem a sua presença, seriam impossíveis”. Coleman adverte que “sociedades ou grupos ricos em capital social podem promover melhor o desenvolvimento das pessoas, ou seja, promover o crescimento do capital humano”. (ARAÚJO, 2003, p. 25).

Araújo (2003, p. 26) apresenta a década de 1990 como aquela em que o tema do capital social toma expansão. Nesse caso, o destaque vai para as pesquisas sobre as mudanças estruturais ocorridas na Itália, feitas pelo cientista político Robert Putnam, reconhecido como uma das mais importantes referências teóricas na literatura que trata sobre o capital social. Esse autor realizou um trabalho cujo título é *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Nessa obra, Putnam descreve o conceito de capital apontando sua influência em relação ao desenvolvimento econômico nas sociedades. A base de sua argumentação é que o capital social pode contribuir na solução de problemas oriundos da ação coletiva e favorecer o alcance da cooperação social. Para o autor, “capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.” (PUTNAM, 2002, p. 177).

Ainda segundo Putnam (2002), o capital social apresenta uma característica que o diferencia do capital convencional, ou seja, o primeiro é um bem público, enquanto o segundo é um bem privado. Diz também que, da mesma forma que os bens públicos, “o capital social costuma ser insuficientemente valorizado e suprido pelos agentes privados”.

No entendimento de Putnam (2002, p. 177), “o capital social facilita a cooperação espontânea”, o que significa gerar a possibilidade de criar, dentro das mais diversas situações de carência e necessidade, a possibilidade de superação que certamente será estabelecida através da relação de confiança. Em relação à confiança, o autor afirma que ela é um componente básico do capital social. O autor argumenta que a promoção da confiança vem da cooperação, pois, “quanto mais elevado o nível de confiança de uma comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança”. No entanto, o autor chama a atenção para o fato de que “a confiança necessária para fomentar a cooperação não é uma confiança cega. A confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente.” (PUTNAM, 2002, p.180).

No que diz respeito à confiança, o autor afirma que ela é um componente básico do capital social. Putnam (2002, p.180) argumenta que a promoção da

confiança vem da cooperação e “quanto mais elevado o nível de confiança de uma comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança”. No entanto, ele chama atenção para o fato de que “a confiança necessária para fomentar a cooperação não é uma confiança cega. A confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente.” (PUTNAM, 2002, p. 180).

Também para Putnam (2002, p. 181-182), “em contextos modernos e complexos, a confiança pode emanar de duas fontes conexas: as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica”. O autor trabalha também com a idéia de que essa regra, quando generalizada, se constitui em um “componente altamente produtivo de capital social”. Segundo Putnam (2002, p. 182), quando essa regra é obedecida, as comunidades estarão instrumentalizadas para “coibir o oportunismo e solucionar os problemas da ação coletiva”. O intercâmbio social, em geral, favorece a boa regra de reciprocidade. Esse intercâmbio surge dentro das comunidades em que seus integrantes manifestam “a crença que a confiança será retribuída sem que dela venham abusar”. A interação social vai exercer um papel fundamental e é um meio menos custoso e seguro de se adquirirem informações sobre a “confiabilidade dos demais atores”, assegura o autor. Uma importante abordagem que favorece a compreensão sobre o sistema de intercâmbio e comunicação dentro de grupos sociais trazida por Putnam é a seguinte:

Toda sociedade – moderna ou tradicional, autoritária ou democrática, feudal ou capitalista – se caracteriza por sistemas de intercâmbio e comunicação interpessoais, tanto formais quanto informais. Alguns desses sistemas são basicamente “horizontais”, congregando agentes que têm o mesmo *status* e o mesmo poder. Outros são basicamente “verticais”, juntando agentes desiguais em relação assimétrica de hierarquia e dependência. Na realidade, quase todos eles combinam ambas as características: até mesmo uma equipe de boliche tem capitão, e nas prisões os guardas eventualmente confraternizam com os internos.

Os sistemas de participação cívica, assim como as associações comunitárias, as sociedades orfeônicas, as cooperativas, os clubes desportivos, os partidos de massa e similares [...] representam uma interação horizontal. Os sistemas de participação cívica são uma forma essencial de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo. (PUTNAM, 2002, p. 182-183).

Ainda sobre essa questão, o autor ressalta que “se os sistemas horizontais de participação cívica ajudam os participantes a solucionar os dilemas da ação coletiva, então quanto mais horizontalizada for a estrutura de uma organização, mais ela favorecerá o desempenho institucional na comunidade em geral.” (PUTNAM, 2002, p. 185).

Em sua análise, Putnam (2002) reforça que “os estoques de capital social como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente”. Para o autor, as características que definem a comunidade cívica estão relacionadas com os círculos virtuosos que resultam em “equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo.” (PUTNAM, 2002, p. 186).

Especialistas do Banco Mundial, responsáveis pela elaboração de ferramentas para medir diferentes dimensões do capital social nos países em desenvolvimento, comentam sobre a teoria de Putnam, afirmando que ela:

... refere-se à natureza e extensão do envolvimento do indivíduo em várias redes informais e organizações cívicas formais. Desde a conversa com os vizinhos ou o engajamento em atividades recreativas, até a filiação a organizações ambientais e partidos políticos, o capital social é usado, nesse sentido, como um termo conceitual para concretizar as muitas e variadas maneiras pelas quais os membros de uma comunidade interagem. Assim entendido, é possível traçar um mapa da vida associativa da comunidade, com isso, perceber seu estado de saúde cívico. (GROOTAERT; NARAYAN; NYHAN, 2003, p.6).

Um dos conceituados especialistas atuais que estuda as questões relacionadas ao desenvolvimento na América Latina é o economista e sociólogo Bernardo Kliksberg. Em seu livro *Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos*, dedica uma seção para a revalorização do capital humano e do capital social. Segundo Kliksberg (1998), o capital humano diz respeito à qualidade dos recursos humanos. No que diz respeito à formação do capital humano, o autor afirma que “implica investir, sistematicamente e continuamente, em áreas como educação, saúde e nutrição, entre outros”. Em relação ao capital social, esse agrega elementos qualitativos como “valores

partilhados, cultura, capacidades para agir sinergicamente e produzir redes e acordos voltados para o interior da sociedade”. Afirma o autor que “o capital social pode ter também retornos muito elevados para o avanço econômico e o bem-estar geral”. O autor salienta a redescoberta do capital humano e do capital social nos últimos anos e afirma que “não é possível pensar solidamente no desenvolvimento sem levar em conta seu peso relevante como alavanca dele”.

Kliksberg (1998) diz que, concretamente, o desenvolvimento social se assemelha a um processo vital e que só dessa forma é possível um desenvolvimento econômico sustentado. Para ele, “os investimentos em capital humano e capital social e melhoria da equidade, além de fins em si mesmos, a partir da perspectiva de sociedades democráticas, são necessários para que o crescimento econômico possa ter bases firmes.” (KLIKSBURG, 1998, p. 34). O autor traz uma importante contribuição sobre o papel do Estado como facilitador e promotor do desenvolvimento social. Ele ressalta que as sociedades que conseguiram avanços mais consistentes, nas últimas décadas, tinham como característica principal o fato de “superar a falsa antinomia Estado *versus* mercado”. Essas sociedades, segundo o autor, adotaram as seguintes estratégias:

... procuraram desenvolver um esquema de cooperação entre os principais atores sociais, e interagiram ativamente neste esquema as importantes forças latentes na sociedade civil, que ambos os polos tendiam a marginalizar. Nestes esquemas identifica-se que, entre o Estado e mercado, existe uma ampla gama de organizações, que inclui, entre outros, os “espaços de interesse público”, entidades que cumprem fins de utilidade coletiva, mas que não fazem parte do Estado nem do mercado, a nova geração de cooperativas empresariais com extensa difusão em numerosos países desenvolvidos, as organizações não-governamentais, as organizações sociais voluntárias de base religiosa, que cresceram significativamente, as organizações de vizinhos, os grupos ecologistas, o voluntariado e outras formas de agrupamento de esforços da sociedade civil de múltiplas características. Trata-se, na nova concepção, de se “somar” as funções-chave para as sociedades vinculadas com demandas como as que foram antes expostas, e outras que o Estado pode desempenhar, as potencialidades do mercado e as múltiplas contribuições que podem provir da sociedade civil. (KLIKSBURG, 1998, p. 44-45).

Ainda segundo o mesmo autor, é imprescindível empreender esforços para reconstruir o Estado, pois só assim será possível atender às demandas que possam

emergir, combinando-as com as forças produtivas privadas. Assim, poderiam ser obtidos melhores resultados para a nação e contar com “um fator promotor e facilitador do desenvolvimento de uma sociedade civil cada vez mais articulada, forte e ativa.” (KLIKSBERG, 1998, p. 44-45).

Kliksberg também alerta sobre o fato de que, para a adoção dessas estratégias, faz-se necessário reconstruir o Estado com o foco desejável de conformação do que se poderia chamar um “Estado inteligente”, ou seja, “concentrado em funções estratégicas para a sociedade e com um desenho institucional e um desenvolvimento de capacidades gerenciais que lhe permitam concretizá-las.” (KLIKSBERG, 1998, p. 45).

A respeito desse assunto, o autor diz que “o incremento do capital humano” requer a adoção de uma “política sistemática de longo prazo de uma sociedade nessa direção”, onde o Estado joga um “papel-chave”. Em relação ao capital social, este necessita de um Estado que proteja e, ao mesmo tempo, possa promover ativamente as sinergias. O autor conclui afirmando que “a melhoria da equidade exige um esforço ativo do Estado nesta direção”.

As abordagens apresentadas sobre o capital social coadunam muito bem com os esforços empreendidos pela intervenção junto às organizações comunitárias. O Programa valorizou, em grande parte, o capital social existente na comunidade, favorecendo seu reconhecimento e fortalecimento, já que evidenciou pessoas que antes trabalhavam silenciosamente em seus espaços e enfrentavam dificuldades de diversas naturezas. Um exemplo disso é que muitos não estavam instrumentalizados para elaborar propostas que dessem conta de atender aos requisitos formais para a captação de recursos técnicos ou financeiros junto a órgãos e instituições competentes.

Dessa forma, verifica-se que os conceitos brevemente apresentados são fundamentais para favorecer um olhar sobre a intervenção que possibilite enxergá-la como objeto de estudo e também como um modelo que, com os devidos ajustes, pode ser reaplicado em contextos sociourbanos semelhantes.

3. O PROGRAMA RIBEIRA AZUL

3.1 UM POUCO DE HISTÓRIA DOS ANTIGOS E NOVOS ALAGADOS

Estudos publicados ao longo dos anos documentam a trajetória dos Alagados de Salvador. A sua história vem sendo contada desde o surgimento da ocupação, às margens da Enseada dos Tainheiros e da Enseada do Cabrito, situadas na Baía de Todos os Santos, até as iniciativas públicas de intervenção para a recuperação física e “social” da área ao longo dos anos.

A ocupação em palafitas – moradias insalubres, construídas precariamente com madeira e compensado, sustentadas por estacas sobre a maré – foi iniciada em finais dos anos 40, frente ao processo de industrialização que se instalou na cidade de Salvador, nesse período. Esse fato não se restringe ao território baiano. No que diz respeito a isso, Santos e Silveira (2001, p. 212) registram que, “a partir de 1950, verifica-se uma aceleração do movimento migratório no país, fenômeno que se impõe nos decênios seguintes em um número consideravelmente mais elevado”.



Figura 1 - Alagados: condições de moradia em palafitas
Fonte: CONDER

Essa nova face do progresso acabou atraindo grandes contingentes populacionais para a capital baiana, e, dessa forma, foi gerando a ocupação nas cidades enseadas, como um tipo alternativo de moradia, considerado mais acessível

às camadas de trabalhadores despreparados e, conseqüentemente, excluídos dos novos rumos que tomava a economia. Era nesses aglomerados em palafitas que se concentravam² aproximadamente 3.600 famílias, sem vocação profissional definida, expostas à total ausência de infraestrutura básica e de acesso a serviços, formando o que se poderia chamar de “frágil exército da pobreza”.



Figura 2 - Degradação ambiental e precariedade de moradia em Alagados
Fonte: CONDER

É notoriamente reconhecido o saber arquitetônico desenvolvido pelos construtores das palafitas. Elas podem ser consideradas uma das mais ousadas estratégias de sobrevivência daqueles que, dia após dia, criam e recriam formas de burlar a pobreza e a miséria, seja na busca do precário alimento que permite mantê-los vivos, seja na solução para ter um teto sobre suas cabeças. Foi assim que os recém-chegados das pequenas cidades do estado baiano, ou de outros bairros da cidade, tecnicamente despreparados para atender às necessidades do mercado de trabalho na grande capital, encontraram alternativas de solução para seu problema de moradia. Alguns autores destacam a criatividade dos pobres, no que tange à busca de alternativas de moradia em áreas informais, em outras partes do mundo. Dentre eles, vale destacar Turner e sua chegada à América Latina:

² Ainda hoje, existem aproximadamente 700 moradias em palafitas na região do bairro do Uruguai. Essas áreas foram denominadas pelos moradores como Baixa do Petróleo, Mangueira e Leblon, nas bordas da Colina do Bonfim.

Turner partiu da Inglaterra em 1957 para trabalhar no Peru, onde se encantou com o gênio criativo que viu em funcionamento nas moradias de invasores de terrenos. Não foi o primeiro arquiteto a entusiasmar-se com a capacidade dos pobres de organizar-se em comunidade e construir com habilidade e inteligência. (DAVIS, 2006, p. 80).

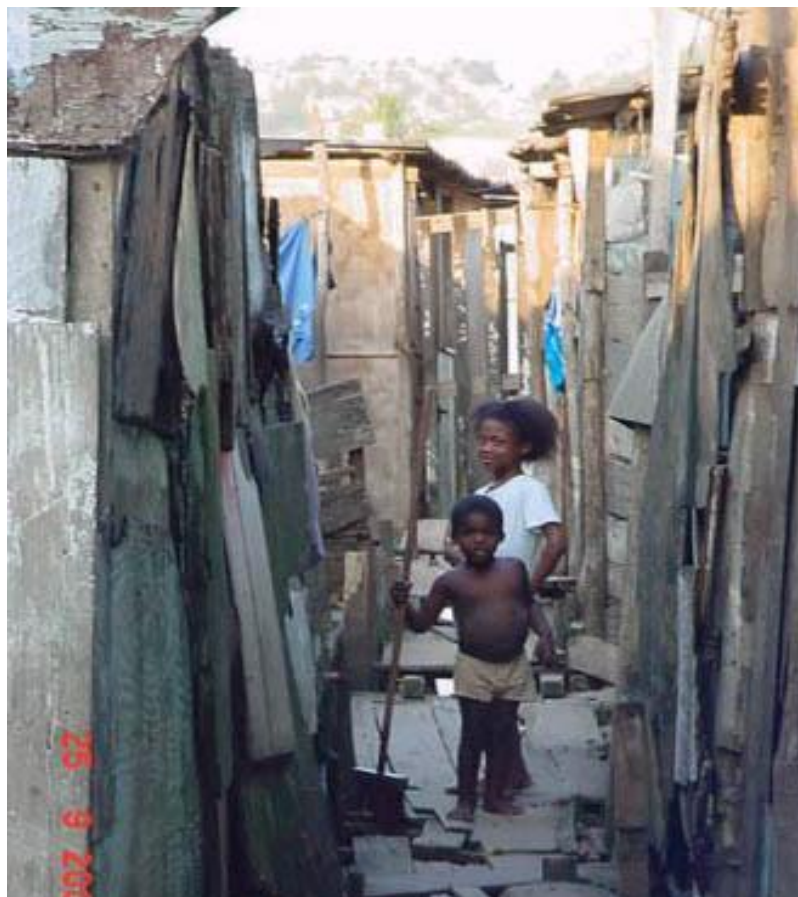


Figura 3 - Corredores de acesso às habitações (palafitas)
Fonte: CONDER

Nos espaços alagadiços, em meio à frenética construção de barracos precários, consolidaram-se estratégias de cooperação que contribuíram para consolidar a identificação com o lugar, permitindo a criação de um elo entre os habitantes, semelhante às amarrações das madeiras, que permitem sustentação mútua às palafitas. Assim,

Ao se formar uma identidade coletiva vinculada a um território, definem-se as relações com os outros, formando imagens dos amigos e inimigos, dos rivais e aliados. A dimensão cultural atua aqui justamente como “um fio invisível que vincula os indivíduos ao espaço”, marcando uma certa idéia de diferença ou de distinção entre comunidades. Essa faceta simbólica do território pode

expressar-se também em reivindicações territoriais da comunidade ou grupo social. (ALBAGLI, 2004, p. 40).

A ocupação em palafitas é considerada própria das regiões da cidade com elevado grau de degradação, do ponto de vista social e ambiental, marco de uma época que vem se reproduzindo, apesar dos apelos de diversos instrumentos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos e de preservação do meio ambiente. Espinheira e Soares (2006) expressam claramente que tal engrenagem habitacional é expressão latente de miséria:

A moradia em palafitas construídas sobre a maré na Baía de Todos os Santos consiste em um artifício habitacional de utilização inadequada do espaço aquático, que flagra nitidamente a precariedade da política habitacional do Estado da Bahia; explicita, por outro lado, a pobreza de parte da população operária de Salvador. A palafita, como engenharia e arquitetura, configura um arranjo habitacional de risco, marcado pela insalubridade e acentuadas possibilidades de ocorrência de desastres, o que nos leva a considerá-la como uma tipologia habitacional de risco, em que as possibilidades de ocorrência de desastres são consideravelmente maiores do que nas moradias estabelecidas sobre a terra. (ESPINHEIRA; SOARES, 2006, p. 59).

No que diz respeito às atuações públicas voltadas para a requalificação do tecido urbano em áreas limítrofes, semelhantes do ponto de vista físico e na forma de ocupação, o poder público, na Bahia, atuou, na região de Alagados, com ações para enfrentar a extrema situação de pobreza e a ausência de infra-estrutura local. Importante registro e reflexão sobre esse percurso é sistematicamente retratado por Carvalho (2002):

... depois de uma década de esforços descontínuos e fragilizados, diante das restritas possibilidades de mobilização de recursos, o Governo federal resolve prestar sua ajuda ao Governo do Estadual no sentido de encontrar uma solução para a área de Alagados, instituindo o Decreto Federal nº 71.364 de 13 de novembro de 1972, assinado pelo Presidente da República, o qual determinava que o Ministério do Interior, por intermédio do Banco Nacional de Habitação, promovesse, em parceria com o Governo do Estado da Bahia e a Prefeitura de Salvador, a formulação de um programa de investimento, que permitisse melhorar as condições de vida da população da área, conhecida pelo denominação de Alagados, Cidade de Salvador, Estado da Bahia, cujos estudos sob a coordenação do Banco Nacional de Habitação [...]. (CARVALHO, 2002, p. 124-125).

A parceria estabelecida entre o Governo do Estado e o Banco Nacional de Habitação (BNH) deu origem à criação de uma estrutura técnica de trabalho denominada Grupo de Estudos para os Alagados da Bahia (GEPAB). Dentre as atribuições desse grupo, destacam-se: agregar dados de estudos técnicos, econômicos, sociais, jurídicos e financeiros sobre a ocupação; elaborar estudos sobre possibilidades de melhoria das condições habitacionais; efetivar ações para execução do programa, incluindo as de natureza preventiva, visando a evitar novas invasões; promover articulação institucional dentro das esferas pública e privada, nacional e internacional. O grupo teve atuação de natureza transitória, transferindo o conjunto de estudos e projetos realizados para a Alagados Melhoramentos S. A. (AMESA), empresa estatal de economia mista, criada em 07 de maio de 1974, com a função de gerenciar a execução do Programa de Recuperação de Alagados (CARVALHO, 2002, p. 125-131). Os objetivos da AMESA, nesse sentido, foram alcançados com a implantação de infra estrutura na área e erradicação das palafitas.

A partir de 1984, entra em funcionamento uma nova empresa, criada pelo governo do Estado, a Habitação Melhoramentos S. A. (HAMESA), o que ampliou a área de atuação para o território estadual. Apesar dos esforços empreendidos, um fato curioso e, ao mesmo tempo, já esperado, foi a fragilidade na fiscalização, no controle e na proteção do espaço urbano que se encontrava sob a custódia do governo. Em consequência desse descuido, surgiu, nas vizinhanças de sua intervenção, uma nova invasão com as mesmas características da anterior. Dessa vez, é a Enseada do Cabrito que se torna berço de novas palafitas, com a ocupação que recebe o nome de Novos Alagados.

Em 1987, a HAMESA foi substituída pela Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S.A. (URBIS), cabendo-lhe a responsabilidade pela intervenção que irá ocorrer em Novos Alagados em meados da década de 1990 (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2004, p. 28).

No que diz respeito aos trabalhos realizados pelo poder público na região, vale destacar que, já nessa ocasião, o estado inaugura a prática de respeitar as raízes estabelecidas pelos moradores no local, mantendo a comunidade em seu espaço de moradia original. É importante salientar que essa é uma das raras

experiências desenvolvidas pelo poder público durante o período. Ela trilhou pela consulta popular e o envolvimento direto dos moradores. Assim, fica evidente um pioneirismo no chamado “ensaio metodológico de intervenção participativa”, que buscava respeitar as tradições, a cultura e, sobretudo, as organizações da sociedade civil, formais ou informais, presentes na área. Tal condução pode ser atribuída a dois fatores: i) resistência dos moradores a sair da região, pela proximidade do centro comercial da Calçada e do Comércio, com possibilidades de inserção no mercado formal e informal de trabalho; ii) ausência de terrenos disponíveis nas proximidades, com capacidade para construção das moradias necessárias para receber o grande número de famílias.

No que diz respeito à intervenção em Alagados, para garantir a manutenção dos moradores na região, diante da carência de terrenos, adotaram-se metas para criar espaço físico e possibilitar a construção das moradias, realizando-se um grande aterro, cuja finalização deu-se no formato de praia. Tal intervenção utilizou como padrão construtivo, na maioria dos casos, casas de madeira com a fundação feita em alvenaria. Essa tipologia era mais rápida e reduzia custos que, na época, eram significativamente altos. Além disso, buscava-se o uso de novas tecnologias de construção e uma possibilidade de envolver os moradores no trabalho de levantar suas próprias casas. Nota-se, nesse fato, que o planejamento foi favorável à implantação de medidas a curto prazo, capazes de solucionar o problema da moradia. No entanto, em menos de uma década, a maré foi novamente invadida através dos famosos “puxadinhos”, construídos principalmente pelas famílias recém-formadas, cujos chefes eram oriundos daquelas anteriormente beneficiadas pela intervenção. Nesse aspecto, o maior vilão para a reocupação foi a finalização do aterro em forma de praia, chamariz para a reprodução das palafitas, diante da ausência de políticas habitacionais que respondessem à demanda por moradia. Nesse sentido, vários fatores podem ser destacados. Um deles é a falta de uma política habitacional para as populações de baixa renda, o que atravessou mais de cinco décadas, pois, até os dias atuais, não se apresentam alternativas consistentes e capazes de indicar soluções para a questão da moradia popular praticada de forma ordenada, evitando-se, assim, a opção³ progressiva pela submoradia.

³ Evidentemente, deve ser levado em consideração que as ocupações nem sempre são praticadas pela necessidade concreta de moradia, mas pelo aquecido mercado imobiliário, que movimenta o

Acrescente-se a ausência de fiscalização e controle por parte das agências públicas, para evitar ocupações em áreas de risco, e o frágil controle social sobre os empreendimentos realizados para melhorar a qualidade de vida. Dentre outros, esses fatores podem ter sido decisivos para uma nova degradação física do bairro.

3.2 NOVOS ALAGADOS: CENÁRIO QUE ESTIMULOU A CRIAÇÃO DO *PROGRAMA RIBEIRA AZUL*

Localizada numa das regiões mais bonitas do Subúrbio Ferroviário de Salvador, a comunidade de Novos Alagados faz fronteira com o Parque São Bartolomeu (Parque Metropolitano São Bartolomeu/Pirajá), com 1.500 ha, dos quais 75 ha pertencem à área religiosa e cultural (CENTRO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS, 1998), e com um trecho da Avenida Afrânio Peixoto, denominada Avenida Suburbana. O caráter sagrado do Parque São Bartolomeu é, ao mesmo tempo, também um atrativo turístico. Um atrativo que indica uma direção para a sobrevivência dessa área da cidade, como uma área de lazer “ecológico-cultural” (SERPA, 1998). Dentre os fatores que contribuíram para a implantação e o crescimento da invasão de Novos Alagados, podem-se considerar a abertura da Avenida Suburbana, a recuperação física dos Antigos Alagados e a fiscalização adotada para evitar novas invasões naquele trecho no período das obras. Acrescentem-se ainda outros fatores, como a possibilidade de a nova área ser também reconhecida e consolidada, com obras de infra-estrutura, e ainda o período político entre 1966 e 1978, época em que a repressão às invasões em propriedades particulares e públicas era intensa, levando a população à ocupação da maré.

A invasão de Novos Alagados teve início em 1976, com aproximadamente 150 famílias, dentre elas filhas e filhos de santo que construíram seus barracos nas proximidades do terreiro de Mãe Leninha, originando a mais antiga das comunidades locais, denominada Nova Esperança. A partir daí, outros grupos foram chegando, formados, em sua maioria, por famílias vindas do interior, pessoas que

exercício silencioso da informalidade, representado pelas vendas, trocas e outros tipos de práticas. Lembra-se ainda que elas são justificadas pelos direitos que devem ser dados aos pobres de reproduzirem os habituais acordos selados pela classe média, através do conhecido contrato de gaveta, na impossibilidade de repassar formalmente os financiamentos para a habitação.

não tinham como pagar aluguel e famílias formadas por casais jovens, cujos pais eram ex-moradores de palafitas dos Antigos Alagados e, dessa forma, estavam habituados a essas condições de habitabilidade. Formaram-se, então, as demais comunidades: Senhor do Bonfim (1976), Boiadeiro de Baixo (1977), 19 de Março (1978) e São Bartolomeu (1980). Um recuo na invasão da maré ocorreu em 1987, por ocasião do governo Waldir Pires, quando os moradores das palafitas ocuparam terrenos livres na área dos Araçás e Boiadeiro de Cima. Isso só foi possível em decorrência do momento político de democracia e da dificuldade de conseguir madeira para construção e manutenção das palafitas (ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIOS PARA O SERVIÇO INTERNACIONAL, 1994).

A ocupação de Novos Alagados foi permeada pelos fatores acima mencionados e por outros que também contribuíram para atrair interessados em ocupar o lugar:

O desenvolvimento ocupacional da Suburbana está condicionado a um processo de formação de um contingente populacional demandante de emprego, que se iniciou no século XIX com a aglomeração ao longo da Ferrovia; seguido com forte impulso de urbanização, a partir de 1955, decorrente das migrações no sentido campo-cidade, consequência da desestruturação da agricultura e da expansão industrial. Em seguida um novo impulso, no final da década de 60, com a construção da Av. Afrânio Peixoto, assim como a implantação do CIA, ocorrida em dois momentos, 1967 e 1972; e as implantações das rodovias BR 116 e BR 101. (CENTRO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS, 1998, p. 76).



Figura 4 - Ocupação da maré nas Enseadas do Cabrito e dos Tainheiros
Fonte: CONDER

Como foi observado, Novos Alagados foi uma invasão que se formou conduzida por alguns fatores, dentre os quais a fragilidade na fiscalização e no controle da área por parte das estruturas do poder público, responsáveis pela intervenção nos Antigos Alagados. Foi ainda uma resposta à incapacidade do Estado em oferecer possibilidades de habitação para os trabalhadores dos setores informais, menos qualificados, e, por fim, uma demonstração do esforço solidário e coletivo dos indivíduos para produzirem seu próprio território.

3.3 TRILHAS INICIAIS PARA O PROCESSO DE INTERVENÇÃO EM NOVOS ALAGADOS

No início da década de 90, a Arquidiocese de Salvador deu um passo decisivo para que fosse efetivado um movimento na busca de uma intervenção voltada para mudar o cenário de degradação ambiental e vulnerabilidade social em que milhares de famílias, residentes na invasão de Novos Alagados, estavam mergulhadas. Os pedidos de socorro feitos pela comunidade à Arquidiocese, através da Sociedade 1º de Maio – na época, o maior canal de interlocução da comunidade com os diversos níveis institucionais públicos e da sociedade civil organizada –, foram ouvidos com atenção pelo então arcebispo D. Lucas Moreira Neves, figura importante na história que envolve o processo de requalificação urbana naquela área. Na ocasião, D. Lucas havia conhecido o trabalho desenvolvido em uma favela da capital mineira por uma ONG italiana, a Associação Voluntários para o Serviço Internacional (*AVSI*). Ele propôs a essa organização que conhecesse a realidade de Novos Alagados, para verificar as possibilidades de articular um projeto que não estivesse resumido à melhoria física das habitações, mas que valorizasse o protagonismo comunitário ali consolidado.

Em 1992, iniciaram-se os estudos básicos e, em 1993, foi realizada uma pesquisa socioeconômica e física das habitações, com vistas a um diagnóstico da ocupação, o que deu as bases para a elaboração da proposta de Projeto Piloto. Esse Projeto foi inicialmente planejado para ser implementado na comunidade de Nova Esperança, recorte onde se encontravam 150 palafitas e aproximadamente 200 habitações consolidadas em alvenaria, nos terrenos limítrofes à antiga ferrovia,

ou sobre o aterro criado pelos próprios moradores com restos de entulho e lixo. Essa proposta-piloto motivou a Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia (SEPLANTEC), através da CONDER, a solicitar à mencionada ONG a elaboração de uma proposta mais ampla de Projeto de intervenção. Assim, o Projeto teve o respaldo da *Sociedade 1º de Maio*, associação comunitária local, e da Arquidiocese de Salvador - *Fundação Dom Avelar Brandão Vilela*.

Merecem destaque as parcerias estabelecidas no referido processo:

- Em 28/07/1989, foi assinado um *Protocolo de Intervenções* entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Planejamento (SEDUR) e da SEPLANTEC, a Fundação Dom Avelar Brandão Vilela e a / AVSI, cujo objeto era a recuperação ambiental e promoção social de Novos Alagados. O valor do Convênio foi da ordem de US\$ 10.000.000.
- Em 23/03/1993, foi assinado um *Convênio de Cooperação Técnico-Financeira* entre os órgãos acima citados, que teve como objeto a recuperação ambiental e promoção social de Novos Alagados – Etapa Nova Esperança, com recursos da ordem de US\$ 1.600.000.
- Outro *Convênio de Cooperação Técnica-Financeira* foi assinado em 18/01/1994, dessa vez entre a Prefeitura Municipal de Salvador, a Fundação Dom Avelar Brandão Vilela, a AVSI e a Sociedade 1º de Maio, cujo objeto consistia na realização de obras emergenciais e assistência à criança e ao adolescente, com o valor de US\$ 300.000 (ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIOS PARA O SERVIÇO INTERNACIONAL, 1994).

Consolidadas as parcerias formais, um Projeto integrado foi desenhado. Devido à amplitude da área e ao volume de recursos, optou-se pela divisão em duas etapas. A primeira contemplava a extinção das palafitas e a implantação de infraestrutura visando a recuperar as bordas da Enseada do Cabrito. Nessa fase, aproximadamente 680 palafitas foram substituídas por casas de alvenaria,

construídas em terreno desapropriado pelo Estado para atender aos pedidos da população de permanência na própria comunidade. Nesse espaço, foram edificados os Loteamentos Araçás I e II. No entanto, após aproximadamente dois anos, os problemas começaram a emergir: o solo em massapé, que possui características complicadoras do ponto de vista construtivo, contribuiu para o aparecimento de rachaduras nas novas casas. Esse fato resultou num grande desgaste para os moradores, que foram expostos a situações de risco e obrigados a sair de sua recente conquista – a tão sonhada casa de alvenaria –, sendo alojados por parentes, dentro ou fora do bairro, ou em moradas com aluguel pago pelo Estado.⁴

Frente às práticas anteriores de intervenção nos aglomerados urbanos, a execução da primeira etapa do Projeto foi considerada experiência exitosa, motivando o Estado a empreender frentes de trabalho visando a estabelecer novas parcerias e captar novos recursos para viabilizar a segunda etapa. Com essa intenção, foi criado um Grupo de Trabalho⁵ formado por uma equipe multidisciplinar de técnicos do Governo e técnicos da AVSI, com a tarefa de construir um modelo de intervenção que deveria seguir as pistas das metodologias utilizadas na primeira etapa. Eles deveriam, porém, inovar em alguns quesitos, a exemplo da extensão da participação comunitária para um número maior de atores locais, sobretudo permitindo que indivíduos não legitimados legalmente como representantes comunitários, porém com reconhecida iniciativa de buscar soluções para os problemas de sua rua, fossem também engajados nas discussões e na tomada de decisão em relação aos rumos do Projeto. Dessa forma, a área foi dividida em setores, como mostra a Figura 5, e cada setor possuía dois representantes que participavam de discussões com a equipe técnica e acompanhavam o projeto através de encontros e reuniões temáticas.

Isso ocorreu, sobretudo, pelo fato de esses personagens já conhecerem de perto os problemas e os anseios da população, em relação às respostas que a intervenção poderia trazer para minimizar as dificuldades sofridas em diversos

⁴ Um dos maiores problemas enfrentados pelos moradores cujas casas apresentaram rachaduras foi com os atrasos do pagamento dos aluguéis sob a responsabilidade do Estado. Quase uma década se passou, e a questão ainda não foi definitivamente resolvida.

⁵ Na equipe multidisciplinar, estavam presentes técnicos que atuaram na intervenção realizada na Alagados Melhoramentos S/A (AMESA) e da Habitação Melhoramentos Bahia S/A (HAMESA).

aspectos. Tais aspectos iam desde aqueles relacionados à infraestrutura até os vinculados à oferta de serviços como educação e saúde, formação profissional, acesso ao emprego, estratégias de ampliação da renda familiar, dentre outros.

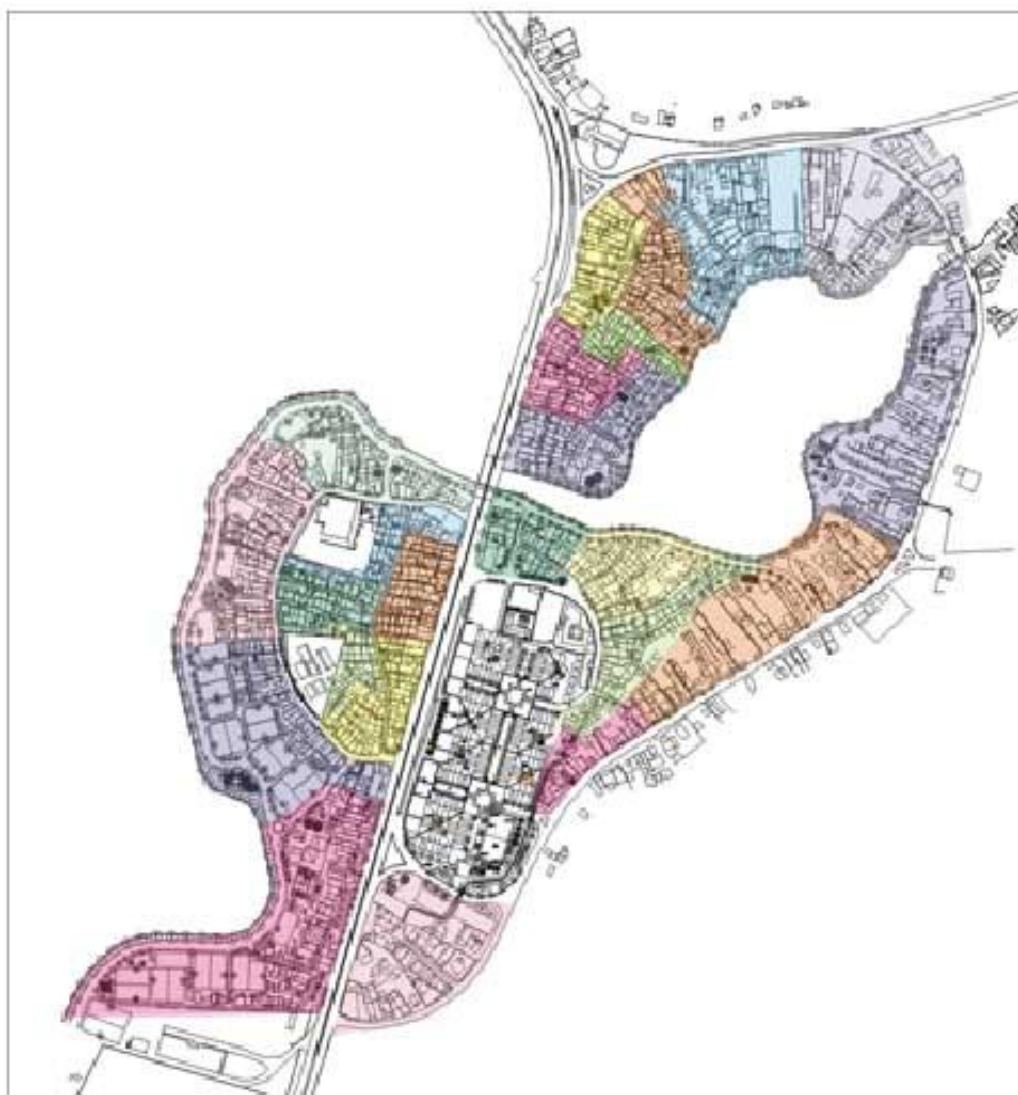


Figura 5 - Mapa com a divisão da comunidade em setores. Cada setor possuía um representante comunitário para atuar como interlocutor entre o projeto e seu grupo de vizinhança.
Fonte: CONDER

Em 2000, iniciou-se a 2ª Etapa do *Projeto Novos Alagados*, com ações de intervenção nas comunidades de São Bartolomeu e Cabrito de Baixo. A construção do Loteamento Nova Primavera é o marco das obras físicas da segunda etapa de Novos Alagados. Essa etapa abrigava um total de 2.021 domicílios, dos quais 523 eram palafitas e 1.498 casas de alvenaria em terra firme, com uma população estimada em 7.782 habitantes (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1999a, p.

3). Essas palafitas haviam sido construídas no manguezal do Parque São Bartolomeu, atrofiando, por mais de duas décadas, o desenvolvimento desse importante nicho ecológico, que representa uma das poucas regiões remanescentes de manguezal em zona urbana nas capitais brasileiras.



Figura 6 - Novos Alagados antes da intervenção física: 1996
Fonte: CONDER



Figura 7 - Novos Alagados depois da intervenção física: 2003
Fonte: CONDER

Diante das particularidades do lugar e da relação que os moradores estabeleceram com o ambiente, é oportuno acenar brevemente para as iniciativas de recomposição do manguezal. A força da necessidade obrigou os moradores a substituírem o espaço do manguezal por um espaço de moradia, criando um vínculo de pertencimento, cujas raízes, cultivadas pela necessidade, foram capazes de barrar gradativamente o desenvolvimento natural desse ecossistema. O elo de pertencimento manifestado na relação entre os moradores das palafitas se traduz em uma territorialidade construída historicamente (ESPINHEIRA; SOARES, 2006) e defendida por eles, quando se trata de justificar a extinção do *habitat* natural do manguezal. Planos de trabalho, relatórios e documentação fotográfica mostram a paisagem do lugar. Eles registram que, poucos anos após a retirada das palafitas, o manguezal mostrou sua face, manchando o lugar com um verde que se configura em beleza, resistência. Mas, ao mesmo tempo, esse é um fato ameaçador do resgate à condição de ser um morador da área, já que, anteriormente, os habitantes das palafitas eram apelidados de “*caranguejo ou beira mangue*”. A intervenção, nesse caso, contribuiu para a mobilidade social e espacial no contexto do bairro, constituindo um processo de ascensão ou promoção social das pessoas, que deixaram de morar no espaço da maré para residir no espaço do seco ou da terra firme. (MACHADO; CARDOSO, 2000 p.78).

Apesar de ser inoportuna uma análise mais aprofundada da questão, vale sinalizar que, após o processo de recomposição do manguezal, promovido pela CONDER, em parceria com a Fundi pesca e a Sociedade 1º de Maio, através de um trabalho de educação ambiental junto a escolas, liga de futebol e moradores cujas casas fazem fronteira com o manguezal, foram evitadas as ocorrências iniciais de degradação pelo corte ou retirada manual das mudas plantadas ou das que cresciam naturalmente. Isso se deve também à ampla divulgação sobre a importância dessa vegetação e da legislação existente, que considera crime o corte ou retirada do manguezal.



Figura 8 - Requalificação do manguezal
Foto: CONDER

É importante destacar que, apesar do citado trabalho de mobilização junto à comunidade, faz-se necessária a adoção de compromissos e medidas mais arrojadas de preservação do manguezal, pois se trata de uma comunidade que ainda convive com lacunas evidentes de acesso a serviços, precariedade habitacional e de infra-estrutura. Apesar de, aparentemente, as palafitas serem consideradas frágeis e indignas, do ponto de vista da moradia, para os moradores elas significam solução de alguns problemas que os afligem, principalmente os originários de esgotamento sanitário, coleta de lixo e invasão das águas das chuvas, ratos e cobras, que ainda os atormentam. Sobre a maré, é possível ter esses problemas resolvidos, pois se adota a prática antiga de jogar os entulhos na maré. Observa-se, nas manifestações atuais de reivindicações por melhorias na região de São Bartolomeu, que parte dos moradores cita o corte do manguezal e a construção de novas palafitas como instrumento de pressão junto ao poder público. Isso prova a gravidade da situação quando o assunto é moradia, em detrimento de possíveis pactos de preservação ambiental. Essa pura humanização do espaço e a negação

do direito à sobrevivência das espécies naturais podem ser compreendidas, conforme acentua Albagli(2004):

... à medida que a história vai se fazendo, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, [...], verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada. (ALBAGLI, 2004, p. 37).

O desenho de uma intervenção integrada do ponto de vista físico e social, já experimentada na primeira etapa e aprimorada no planejamento para a segunda, deu o tom para a criação do *PRA*.

3.4 O PROGRAMA RIBEIRA AZUL

O PRA foi uma intervenção integrada, que contemplou ações físicas e sociais, implementada sob a responsabilidade do Governo do Estado da Bahia nos primeiros anos da década de 2000, em um conjunto de bairros informais, localizados nas bordas das enseadas dos Tainheiros e do Cabrito, na metrópole baiana. Ali, num trecho da orla da Baía de Todos os Santos, vivem aproximadamente 135 mil pessoas, 6% da população da capital baiana (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2006), concentradas numa área correspondente a 4km² (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2000). Vale destacar que a cidade de Salvador possui a maior densidade populacional no cenário nacional, com 9.000 moradores por km². A área geográfica continental da cidade é de 324,5 km²; incluindo a parte marítima sua área total é de 706.799 km². A capital baiana possui 2.948.733 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (FONSECA, 2008).

O PRA se estabeleceu na condição de um Programa, através da doação de cinco milhões de euros, por parte do governo italiano, via *Cities Alliance*⁶, para o governo do Estado da Bahia. Esses recursos foram destinados à implementação do

⁶ *Cities Alliance*: Programa voltado para a melhoria nas condições de vida e habitação em conglomerados urbanos de baixa renda. Os recursos do governo Italiano para o *Cities Alliance* são

PATS, que tinha como principal objetivo, segundo documentos oficiais, criar capacidade institucional para *Programas de Larga Escala de Redução da Pobreza e de Melhoria Urbana*, garantindo a aplicação da metodologia do *Projeto de Novos Alagados* em toda a área do PRA, bem como a possibilidade do desenvolvimento econômico e social com o apoio técnico do Governo do Estado da Bahia (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2004).

Visando a atingir os objetivos propostos, foi desenhado um modelo de gerenciamento denominado Unidade de Gestão do Programa (UGP), integrada por uma equipe de profissionais com experiência na temática, lotados na CONDER e na AVSI. A UGP dispunha de uma codireção, composta por um membro da CONDER e outro da AVSI, com o papel de coordenar todas as ações do Programa. Esse modelo, considerado na divulgação da metodologia como inovador, já vinha sendo praticado desde a fase de trabalho em *Novos Alagados 1ª Etapa*, porém só foi formalizado com a implementação do PATS. (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2004, p. 34-35).

A fim de obter um diagnóstico abrangente da situação das áreas objeto de intervenção, para posterior elaboração de projetos e estabelecimento das diretrizes que iriam implementar ações voltadas para o fortalecimento das organizações comunitárias locais, foram realizadas análises: a) dos dados socioeconômicos; b) da situação ambiental; c) da condição das organizações comunitárias; d) da atuação das instituições; e) da realidade antropológica; f) dos serviços utilizados; g) da situação fundiária; h) das condições de violência. A partir da conclusão do diagnóstico, foram iniciados os trabalhos para definição das prioridades e um posterior processo de diálogo com representantes de organizações locais. (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2004).

repassados para o Banco Mundial que, por sua vez, encaminha para a AVSI, cabendo a essa última a contratação direta dos serviços constantes do Planejamento do Programa, sob a supervisão do Banco Mundial.

Segundo descrição dos documentos consultados, o PRA teve como objetivo principal erradicar a pobreza, representada pelas moradias indignas, construídas em palafitas sobre a maré, nas bordas das enseadas do Cabrito e dos Tainheiros, na capital Baiana. Eram objetivos secundários: (1) realizar a recuperação e preservação física e ambiental, em aglomerados informais na região do Subúrbio Ferroviário de Salvador; (2) promover a redução da pobreza em áreas subnormais através do reequilíbrio do uso do território e ações de conservação dos empreendimentos implantados; (3) estimular a integração e parceria com a comunidade beneficiada, para que ela possa fazer melhor uso dos recursos sociais, econômicos, culturais e naturais; (4) motivar os moradores no que diz respeito à incorporação de novos hábitos voltados à preservação da nova forma de moradia e do meio ambiente; (5) criar e reestruturar iniciativas ligadas às vocações produtivas das comunidades, no sentido de torná-las auto-sustentáveis; (6) elaborar estratégias para implementação de programas de redução da pobreza urbana na Região Metropolitana do Município de Salvador. (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2005, p.13).

O Programa atuou em um conjunto de comunidades, a saber: Caranguejo, Alagados I, Alagados II, Alagados III, Alagados IV e V, Alagados VI, Mangueira II, Mudança, Joanes Centro-Oeste e Joanes Azul, Enseada dos Tainheiros; São João de Plataforma, Novos Alagados, 1ª Etapa; Novos Alagados, 2ª Etapa, na Enseada do Cabrito. A seleção dessas comunidades foi estabelecida a partir dos níveis de risco físico e social a que os moradores estavam expostos, representados pelas moradias em condições subumanas e, conseqüentemente, sua exclusão do contexto formal da cidade. A área de abrangência do Programa pode ser visualizada no mapa a seguir (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2004).

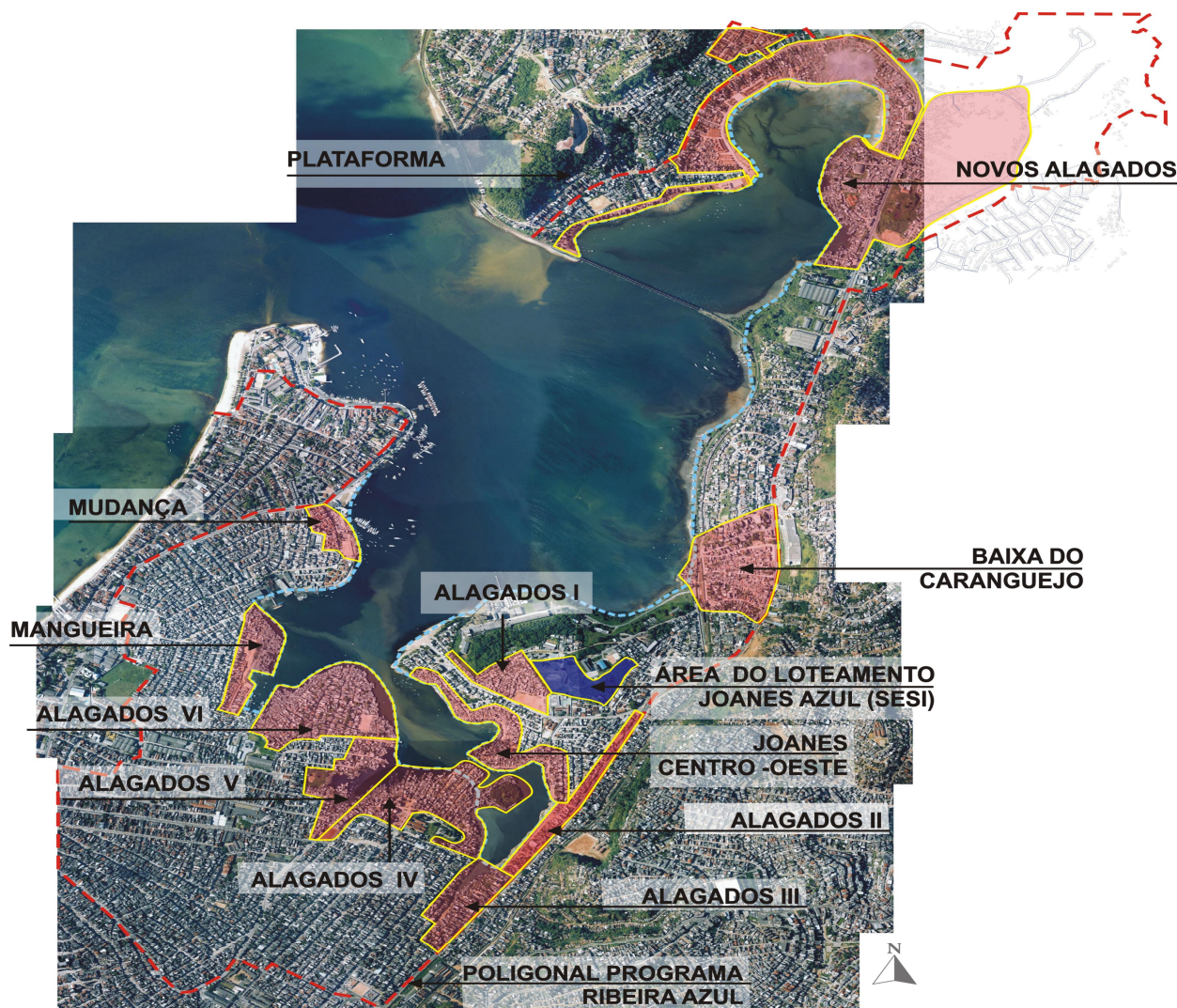


Figura 9 - Mapa das Áreas de Intervenção do PRA
Fonte: CONDER

As estratégias de ação do Programa compreenderam duas linhas macro de atuação, direcionadas para a requalificação físico-ambiental e o desenvolvimento social. A primeira diz respeito a: recuperação das áreas mais afetadas; implantação de infra-estrutura básica; ordenamento urbano com a regularização do aterro praticado pelos próprios usuários do espaço; abertura do sistema viário, desadensamento (para permitir o acesso aos serviços de coleta de lixo, distribuição de gás, circulação de ambulância, ronda policial, dentre outros); implantação de equipamentos coletivos, a exemplo de praças, quadras esportivas e ambientes destinados ao lazer de crianças; adequação do espaço urbano para construção de habitações em substituição às palafitas.

A segunda agregava um conjunto de ações sociais, descritas no planejamento e nos relatórios de desempenho dos trabalhos, voltadas para a mobilização da comunidade em torno dos propósitos do Programa. Destacam-se nesse sentido: latente preocupação com a manutenção dos benefícios implantados nas comunidades atendidas; iniciativas de educação sanitária e ambiental, voltadas para criar novos hábitos e atitudes frente ao meio ambiente (já que as moradias, nas palafitas, pela ausência do esgoto sanitário e da oferta de outros serviços, favoreciam atitudes como jogar todo o lixo na maré, utilização de pequenos puxadinhos para a realização das necessidades fisiológicas, que também eram lançadas diretamente no ambiente marinho); fomento ao desenvolvimento social; capacitação e incentivo à implantação de unidades produtivas, visando à geração de trabalho e renda, tendo em vista as vocações produtivas; fortalecimento das organizações comunitárias, com vistas à melhoria de sua estrutura física, ampliando a oferta dos serviços, promovendo a formação dos gestores, funcionários e voluntários, fomentando e incentivando o trabalho em rede.

3.5 ORIGEM E FONTES DE FINANCIAMENTO

Para realização do Programa, estabeleceu-se uma parceria financeira, entre segmentos institucionais, nacionais e internacionais com funções e papéis claramente definidos. Nesse contexto, estavam presentes: Governo Federal – Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação; Caixa Econômica Federal; Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); *Cities Alliance*, recursos não reembolsáveis do Ministério das Relações Exteriores da Itália (MAE) e a AVSI.

No que diz respeito ao volume de recursos investidos no Programa, considerando seu início até o ano de 2005, somou-se um montante de aproximadamente R\$ 53.536.084,00 (cinquenta e quatro milhões de reais). Nos últimos cinco anos do Programa, a CONDER apresentou um resumo com a distribuição das participações financeiras, constituídas da seguinte forma:

Quadro 1 - Composição de Investimento e Parceiros (US\$)

Parceiro	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	TOTAL
Gov. do Estado da Bahia (23,51%)	3.017.142,00	3.821.916,00	1.641.676,00	2.616.436,00	1.489.801,00	12.586.971,00
Caixa Econômica Federal (15,20%)	322.294,00	1.205.163,00	2.050.755,00	3.480.805,00	1.079.368,00	8.138.385,00
Banco Mundial - BIRD (41,40%)	4.247.187,00	9.518.902,00	3.762.275,00	4.637.925,00	0,00	22.166.289,00
Ministério Italiano (19,88%)	160.475,00	742.348,00	2.018.851,00	5.334.345,00	2.388.420,00	10.644.439,00
AVSI (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Orçamento Total (US \$)	7.747.099	15.288.331	9.473.560	16.069.515	4.957.594	53.536.084,00

Fonte: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) - 2005

A implementação do *Ribeira Azul*, em seus variados aspectos, deu ao Estado uma espécie de credencial para desenhar um novo Programa, com dimensões mais abrangentes do ponto de vista territorial, saindo, inclusive, dos limites da cidade de Salvador e agregando outros municípios do estado. Dessa vez, foi elaborado o Programa de Urbanização e Desenvolvimento Integral de Áreas Carentes no Estado da Bahia – *Viver Melhor II*, hoje renomeado como *Projeto Dias Melhores*.

3.6 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Pela natureza das ações realizadas dentro do Programa, pode-se notar um claro “esforço”, no que diz respeito à criação de estratégias de envolvimento e participação da comunidade, para atuar, em especial, dentro do PATS, haja vista sua meta principal de desenvolver uma quantidade considerável de atividades voltadas para o fortalecimento dos atores sociais locais, procurando, dessa forma, concretizar alternativas de *desenvolvimento local sustentável*. Para garantir a efetividade dessa estratégia metodológica, consta nos documentos a criação da seguinte estrutura:

(1) *Comitê Consultivo*, composto por dez membros: Governo/CONDER, Prefeitura Municipal de Salvador, MAE; Banco Mundial; AVSI e 5 representantes

comunitários. Esse fórum teria a missão de coordenar e integrar as entidades governamentais, Organizações Não Governamentais (ONGs) externas e locais.

(2) *Grupo de Representantes* das 11 Comunidades, formado por lideranças, em número de 52. Essas lideranças foram selecionadas através do voto, pelas lideranças das suas áreas de origem (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2004). No entanto, a forma “apressada” como foi realizado o processo de seleção e a condução dos trabalhos com o Grupo de Representantes das comunidades justificou a pouca atuação efetiva desse grupo no Programa. Não foram evidenciados indicadores de resultados significativos desse trabalho. O Grupo teve atuação incipiente e funcionou praticamente como participante de reuniões e da votação de prioridades, previamente selecionadas a partir dos diagnósticos realizados pelo grupo de técnicos do PATS, cabendo-lhes eleger as de maior relevância e urgência. Possivelmente, pela exiguidade dos prazos para cumprimento de metas, suprimiu-se um diálogo frequente, operativo e efetivo, de modo a desencadear um maior nível de participação. Isso poderia ser concretizado, por exemplo, com a realização de oficinas de trabalho, entre os representantes comunitários e o Programa.

Dada a importância dessa experiência piloto, seu resultado pode servir como reflexão para que novas metodologias sejam testadas e, com as devidas adequações, essas experiências sejam reaplicadas em outras intervenções. Faz-se necessário desenvolver formas de planejamento participativo que estejam pautadas na leitura da realidade através de estratégias de participação de todos. Aqui a participação significa não só contribuir com uma proposta preparada por algumas pessoas, mas a construção conjunta. Significa participar do exercício do poder, ou seja, do domínio dos recursos para realizar a própria vida, não apenas individualmente, mas grupalmente. Para que isso aconteça, faz-se necessário adotar o modelo e a metodologia do planejamento participativo (GANDIN, 1999, p. 28).

É importante considerar que, como em todos os Projetos que envolvem arranjos institucionais complexos e desafiadores, a intervenção em evidência, ao ser comparada com intervenções anteriores, configura-se como um programa mais amplo, que adotou perspectivas de maior eficácia no tocante ao planejamento público. As estratégias por ele utilizadas, aparentemente revelam a adoção de uma proposta mais consolidada, no que se refere a sua meta principal: a erradicação das palafitas (SANTOS, Janio, 2005, p. 104).

4. PERFIL DO TRABALHO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA REGIÃO DO *PROGRAMA RIBEIRA AZUL*

As aproximadamente 70 organizações comunitárias estão espalhadas por um território de aproximadamente 4km², onde habitam cerca de 40 mil famílias. Muitas dessas organizações são capitaneadas por personagens conhecidos e recém-chegados no chamado “mundo do movimento social”, determinados, politizados, respeitados, temidos, criticados, conscientes de seu papel nos espaços que ajudaram a construir na mão, no grito, na palavra e na solidariedade que se constitui nesses territórios em função da necessidade de construção coletiva de soluções para os problemas dos moradores. Alguns aprenderam com seus familiares as lições do engajamento comunitário. Outros foram e ainda são protagonistas dessa longa e paradoxal história. Vale lembrar também daqueles cujo engajamento nasce de interesses pessoais ou políticos. Geralmente, os que se encontram nesses dois grupos possuem vida curta ou trabalham de forma isolada.

Os protagonistas sociais, aqui representados pelas organizações comunitárias, emergem de momentos de busca de soluções para problemas coletivos, de conflitos e tensões desencadeados dentro ou fora dos limites da comunidade. Conforme argumenta Petrini (1984, p. 14), as situações de conflito, entre lideranças, ocorridas no interior de uma comunidade, podem representar um indício de elevado grau de democracia, demonstrando que a possibilidade de dizer não está centralizada nas mãos de uma pessoa. Esses aspectos são extremamente importantes para a compreensão da conjunção de fatores que permitem uma diversidade de idéias e as típicas discussões prolongadas e quase sempre calorosas que permeiam o cotidiano dos encontros comunitários. É importante lembrar que a forte presença das organizações comunitárias, no recorte aqui estudado, traduz parte da história do movimento social. A trajetória desses atores é desenhada na obra de Gohn (2001), que trata do percurso dos movimentos sociais e a construção da cidadania brasileira. Numa de suas narrativas, fica bem clara parte das origens das lideranças comunitárias:

Os conflitos em torno do uso do solo, entre os moradores e o Estado, datam, assim, dos primórdios do período colonial. Os colonos fugiram das áreas demarcadas pela Coroa para evitar o fisco, ocupando áreas do território indígena. A Câmara procurava, num segundo momento, incorporar as áreas ocupadas à sua jurisdição, fazendo novas demarcações. O espaço urbano começou a tomar corpo, enquanto área demarcada. A fuga dos moradores, por motivos de tradição, levou à expansão da vila. Os bairros, células fundamentais de configuração da cidade moderna, surgiram por meio destes mecanismos de confronto entre moradores e Estado. Os Capitães de Bairros, espécie de Companhia dos Homens para manter a ordem nas estradas da vila, eram auxiliares civis das Câmaras e gênese embrionária das lideranças das Associações de Moradores contemporâneas. (GOHN, 2001, p. 181).

Os altos e baixos das organizações da sociedade civil, em relação à descrença no cenário político e na implantação de políticas públicas em determinado período, e suas consequências são enfatizados por Gohn, quando afirma:

A sociedade civil passou, nos anos 90, a desacreditar da política, dos políticos e das ações do Estado em geral. As ideologias implícitas nas políticas neoliberais dos anos 80 tiveram seus efeitos. Elas foram assimiladas pela população, desgostosa com a atuação de políticos corruptos, e com a burocracia e ineficiência das ações governamentais. O desemprego, o crescimento da violência em todos os espaços da vida social, particularmente no meio urbano, contribuíram para o clima de descrença na política e no Estado. Consequentemente a função político-partidária também se tornou sinônimo de ações não bem vistas. Movimentos sociais e ações sindicais com recortes político-partidários explícitos passam a perder credibilidade.

Em contraposição à descrença na política nacional, grupos crescentes da sociedade civil passam a acreditar cada vez mais em sua capacidade de atuação independente, fazer suas próprias políticas, a partir da busca de qualidade de vida, a não-violência, a ecologia, a paz, a não miséria, e outras questões sociais que também passaram a ser objeto de ações coletivas. A mola transformadora é menos um projeto de transformação social futuro e mais o desejo de alterações pontuais, o desejo de liberdade e de autodeterminação para a expressão das individualidades. A ação direta é preferida à ação delegada aos partidos ou outros. Portanto, o plano da moral e da cultura ganha lugar central nas ações coletivas. (GOHN, 2001. p. 206-207).

As contribuições de Maria da Glória Gohn trazem pistas importantes que possibilitam enveredar no universo das organizações comunitárias semeadas por todos os cantos dos Alagados de Salvador. Aqui, tratar-se-á especificamente daquelas que fazem parte da área de atuação do PRA. Esses segmentos convivem

diariamente com as dificuldades da população, as quais acabam sendo suas bandeiras de lutas e de busca de parcerias. É importante registrar que, entre as dificuldades enfrentadas pelas organizações, estava, em grande parte, a estrutura física das suas sedes de atuação, as quais, em sua maioria, apresentavam precariedade na prestação de serviços à população, o que, em alguns casos, comprometia a qualidade dos trabalhos. Esses aspectos representavam o reflexo da escassez de recursos financeiros, da ausência de apoio do poder público e da formação técnica dos profissionais que nelas atuam, impossibilitados de elaborar propostas mais ousadas de projetos para captação de recursos.

Para melhor conhecer e compreender o cotidiano dos atores sociais locais, foi realizado pelo Programa um amplo e interessante diagnóstico junto às organizações comunitárias no final do ano 2002. A pesquisa visava, dentre outros objetivos, a identificar potencialidades e fragilidades dentro do contexto das organizações. Isso se deu pelo fato de o Programa ter adotado, como um dos seus princípios, a ideia de que o desenvolvimento comunitário deveria ser pensado a partir da potencialização de seus representantes cívicos, socialmente organizados. Foi com base nesses estudos que se definiu uma formatação de ações pautadas nas necessidades dos atores sociais locais, implementadas entre dezembro de 2002 e maio de 2004. Nesse sentido, o diagnóstico foi crucial para a definição das formas e estratégias de fortalecimento institucional.

O levantamento foi realizado junto a 67 organizações e 90 projetos, sendo esses últimos investigados em separado, por serem desenvolvidos além dos limites das sedes de suas organizações, ou seja, não estavam limitados aos espaços de sua estrutura física. Outro dado mencionado no referido estudo é a presença de organizações que desenvolvem projetos na região e possuem suas sedes localizadas em outros bairros. A pesquisa foi dinamizada da seguinte forma: i) dividiu-se a área de abrangência do Programa em 3 setores geográficos que agregavam micro comunidades situadas nas macro comunidades historicamente conhecidas como Novos Alagados (setor 1), Lobato (setor 2) e Alagados (setor 3); ii) agruparam-se as organizações por áreas temáticas: saúde, educação, esporte e lazer, família, habitat, organização comunitária, segurança, trabalho e qualificação profissional; iii) agruparam-se os projetos realizados pelas organizações por áreas

temáticas. É importante destacar que parte das organizações atua em diversas áreas temáticas, devido às suas especificidades e às habilidades que foram adquiridas frente às necessidades da população. Entre os critérios estabelecidos para a adoção da divisão setorial, foram incluídos: o fato de haver semelhanças e diferenças entre as comunidades, e o acesso aos serviços públicos (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2003).

Vale destacar que, na microrregião nomeada pela pesquisa como setor intermediário, ou seja, setor 2, a ocupação em palafitas não se deu em grande escala, dada as condições físicas do local, não tão favoráveis, levando-se em conta que não se tratava de uma enseada, e havia cruzamento da linha férrea em alguns trechos.

Para facilitar a articulação com os diversos atores sociais das comunidades envolvidas, foi criado pelo PRA o Comitê Consultivo. Esse Comitê é resultado de um processo eletivo que envolveu lideranças de todas as áreas geográficas do Programa. As comunidades foram agrupadas em setores, conforme o quadro abaixo, sendo que cada liderança eleita para o Comitê Consultivo é oriunda de um grupo de setores distinto e, ao mesmo tempo, representa uma área temática (habitação, saúde, trabalho, educação e família). O Quadro 2 mostra os setores e as comunidades que compõem cada um deles.

Quadro 2 - Formação do Conselho Consultivo por Setor

Grupo I de Setores	Grupo II de Setores	Grupo III de Setores	Grupo IV de Setores	Grupo V de Setores
Mudança	Alagados IV	Joanes Centro Oeste	Novos Alagados I	Novos Alagados II
Mangueira	Alagados V	Alagados I	São João	
Alagados VI		Alagados II		
		Alagados III		
		Baixa de Caranguejo		

Fonte: Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) – 2004

Esse processo de eleição permitiu a criação do *Grupo de Representantes da Comunidade*, um grupo composto por 42 lideranças das diversas comunidades do programa, onde a UGP apresenta seus projetos e planos antes de serem implementados, havendo um espaço de diálogo entre a comunidade e a equipe técnica.

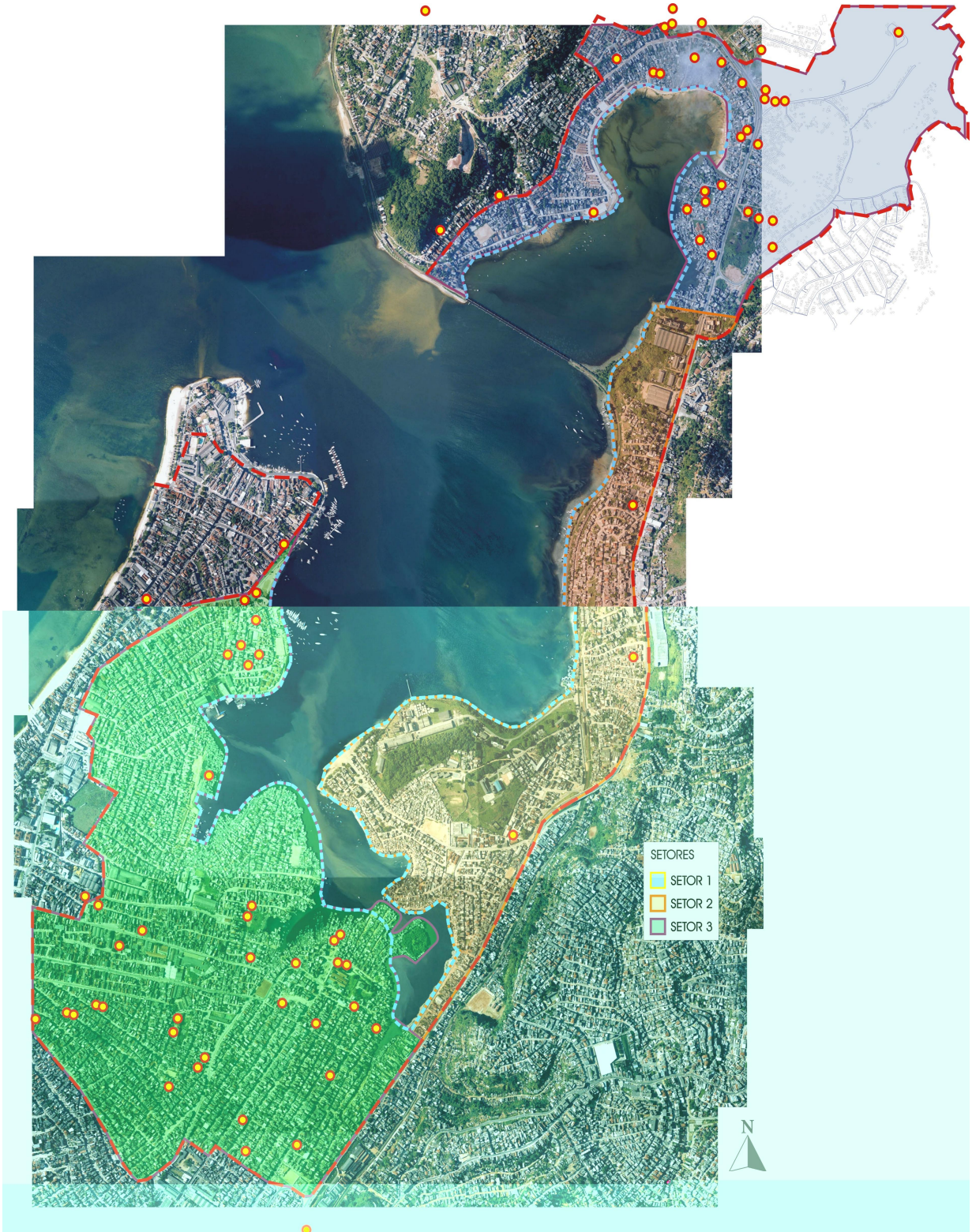


Figura 10 - Área do Programa Ribeira Azul dividida por setores.
Fonte: CONDER - 2003

4.1 O PROGRAMA RIBEIRA AZUL E SUAS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DOS ATORES SOCIAIS LOCAIS

Segundo o Art. 6º da Constituição Federal de 1988, são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados. No entanto, o que se observa é a fragilidade do poder público em garantir os direitos previstos na legislação vigente, “transferindo”, indiretamente, para a sociedade civil organizada parte das responsabilidades na prestação de serviços essenciais básicos, principalmente nas áreas mais empobrecidas.

O Brasil possui 275 mil organizações não governamentais oficialmente registradas, que atuam nos mais diversos segmentos de serviços, mas, segundo a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG), esse número pode chegar a 500 mil. Imaginar os bairros populares sem esses atores seria visualizar o caos generalizado. Em muitos casos, ao tornarem-se legítimas, ou seja, legalizadas, essas organizações passam, após muitas reivindicações, a receber alguns recursos das três esferas de governo, que, em geral mantêm uma regularidade no repasse de recursos (financeiros ou de outra natureza). Neste caso especificamente, pode-se verificar o real espírito de voluntarismo embalado pela falta de oportunidades de trabalho, aliado ao compromisso e sentimento de solidariedade para com seus pares. As portas continuam abertas, e o trabalho prossegue com as dificuldades já conhecidas.

Evidenciando a situação desses segmentos e o papel que jogam, bem como suas lutas e conquistas, Roche (2002) diz o seguinte:

Entre essas organizações se incluem os grupos informais ou organizações comunitárias, as ONGs intermediárias, os governos locais e nacionais, as ONGs internacionais, os doadores internacionais e muitas outras agências do setor público e privado, que são importantes por várias razões. O trabalho de desenvolvimento, o trabalho humanitário e o trabalho de *advocacy* não ocorrem num vácuo; os projetos e os programas são elaborados, implementados e avaliados por homens e mulheres, que fazem parte de diferentes organizações, cada uma delas com seus propósitos sistemas, valores culturais. Os sistemas de valores

e a cultura são produtos da sociedade na qual a organização existe, e ela, por sua vez, os reproduz.

A luta pelas mudanças das políticas e das práticas – que potencialmente podem exercer maior impacto na vida das pessoas do que os projetos discretos – é, em geral, travada entre as organizações e é determinada pelas relações entre elas. Isso sugere que as organizações são mais que simplesmente um meio de executar projetos; são também veículos-chave para estabelecer o contexto no qual os projetos e as políticas se desenvolvem e para determinar quais projetos ou políticas serão ou não apoiados ou executados. As organizações estabelecem o valor que é dado aos impactos que são alcançados e determinam, pelo menos em parte, se seus impactos são ou não mantidos. (ROCHE, 2002. p. 275-276).

É importante ressaltar que, dentro da intervenção em questão, foi estabelecido um arranjo que envolveu diversos segmentos institucionais, o que possibilitou o estabelecimento de estratégias que apontavam para o caminho do fortalecimento das organizações comunitárias locais. Para tal, foram estabelecidas ações prioritárias, dentre as quais o conhecimento mais profundo do funcionamento desses segmentos sociais, como será demonstrado na próxima seção.

4.2 AS ÁREAS TEMÁTICAS E OS ACHADOS

Esta parte do trabalho está baseada no amplo diagnóstico realizado pelo PRA junto às organizações comunitárias em 2002. Os dados da pesquisa sobre a situação das entidades – realizada pelas instituições responsáveis pela implementação do Programa em questão –, apresentados ao longo do texto, serão seguidos de uma breve análise acerca dos achados. Os gráficos apresentados quando da leitura das áreas temáticas foram construídos pela autora do trabalho. O quadro, apresentado no Anexo A, mostra as organizações pesquisadas, os projetos desenvolvidos por cada uma delas e seus respectivos endereços.

O Gráfico 1 apresenta o perfil de atuação das entidades por setor e área temática. Já a Tabela 1 demonstra a concentração da oferta de serviços, com indicação dos setores, o número de instituições, os percentuais e as respectivas áreas temáticas. Na Tabela 1, são apresentados os números equivalentes ao total

de projetos e a população atendida por setor, deixando evidente a localização de concentração da oferta de serviços nos setores.

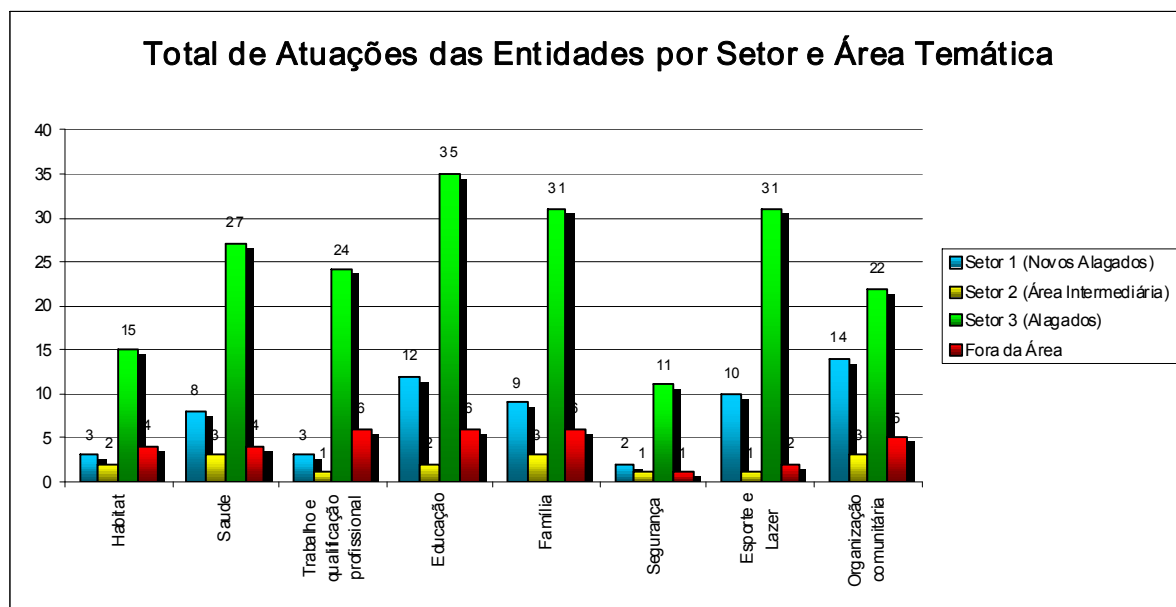


Gráfico 1 - Total de atuação das entidades por setor e área temática.
Fonte: CONDER, 2002

Tabela 1 - Entidades por áreas temáticas e setor em 2003

Setor	N.º de entidades	%	Área Temáticas							
			Habitat	Saúde	Trabalho e qualificação profissional	Educação	Família	Segurança	Esporte e Lazer	Organização comunitária
Setor 1 (Novos Alagados)	17	25,37	3	8	3	12	9	2	10	14
Setor 2 (Área Intermediária)	3	4,48	2	3	1	2	3	1	1	3
Setor 3 (Alagados)	41	61,19	15	27	24	35	31	11	31	22
Fora da Área	6	8,96	4	4	6	6	6	1	2	5
Total	67	100,00	24	42	34	55	49	15	44	44

Fonte: CONDER, 2003

Ao longo dos anos, podem-se constatar inúmeras mobilizações realizadas pelas organizações, na busca de soluções para as sérias questões relacionadas à *habitação*, já que, nessa região, foram edificadas as formas mais precárias de moradia, representadas pelas palafitas e pela ocupação do espaço de maré, cenário constituído em função da busca de alternativas de moradia, gerando consequências graves e arriscadas, decorrentes da tipologia habitacional improvisada.

Apesar desse esforço de organização comunitária, constatou-se um pequeno número de entidades que atuam com habitação. Isso pode ser justificado tendo em vista o envolvimento das lideranças comunitárias em questões transversais, a exemplo de educação, saúde, trabalho e renda. Nesse caso, a componente habitação aglutinava a reflexão sobre esses temas e necessidades, gerando o desdobramento de diversas atividades, sem se eleger a habitação como prioridade, mas buscando formas de gerenciar a própria sobrevivência, usando estrategicamente a questão habitacional como chamariz para a busca de alternativas de solução dos demais problemas sociais.

Na pesquisa, foram identificadas 24 organizações que se ocupam da temática *habitação*, sendo que, desse total, quatro estão sediadas em outros bairros, fora da região do Programa.

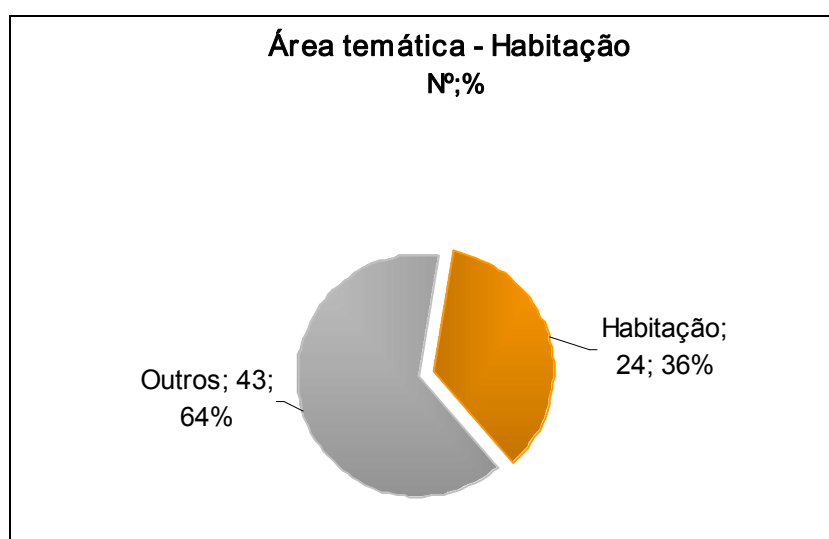


Gráfico 2 -Área temática *Habitación* em dados numéricos e percentuais em 2003.
Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação.

Destaca-se, nessa temática, o progressivo trabalho da *Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe* (Rede CAMMPI), que possui, em seu quadro, a Comissão de Moradia, e a expressiva atuação da *Sociedade 1º de Maio*, cujos membros são, em sua maioria, ex-moradores de palafitas e conhecem bem os desafios desse tipo de habitação.

Dadas as condições precárias das habitações, cujas estruturas apresentam sérios riscos à vida dos moradores – insalubridade e desabamento, principalmente, – essa componente poderia ser uma das mais fortes no que tange à atuação das

organizações, embora se ressalte que não se pretende, aqui, repassar as responsabilidades e deveres do poder público à sociedade civil organizada.

A área temática que mais apresentou entidades atuantes foi a de *educação*, com 55 organizações sediadas na região e seis com sede em outras localidades. O índice detectado confirma a forte presença da sociedade civil organizada preenchendo as lacunas do Estado no que se refere à oferta desse tipo de serviço para as populações residentes em áreas de risco urbanístico e social.

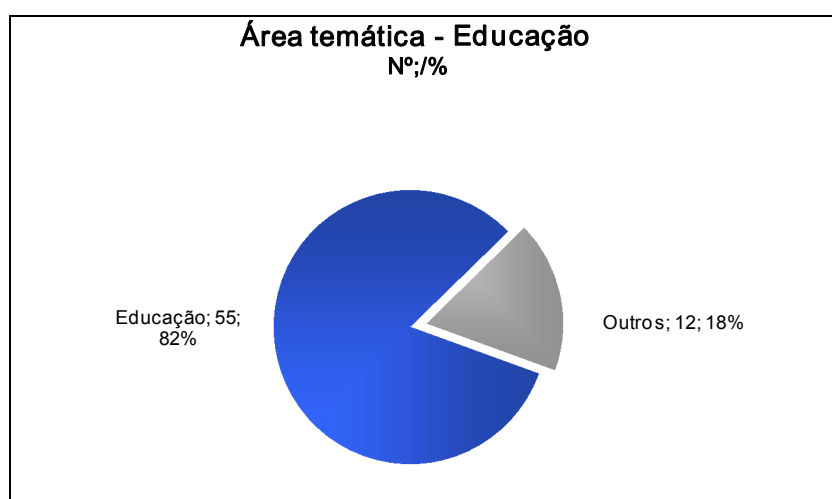


Gráfico 3 - Área temática *Educação* em dados numéricos e percentuais em 2003
Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação.

O segmento *educação* apresentou 70 projetos em execução junto a 55 organizações, no conjunto das áreas temáticas. Como já era de se esperar, esse foi o segmento que mais se destacou, afirmando a consolidação do papel das escolas comunitárias dentro do contexto formal da educação na sociedade brasileira.

Uma das fragilidades da pesquisa foi não ter elegido a *cultura* como temática. É fato que a maioria das organizações que trabalham com educação desenvolve atividades culturais de grande ou pequeno porte. Existem grupos de dança, a exemplo do *Bagunçação*, que tem realizado apresentações dentro e fora do país; grupos de capoeira; teatro; fanfarras; filarmônicas; coral, entre outros. Todo esse esforço empreendido pela sociedade organizada tem sido um catalisador de talentos e demonstração de como é possível desenvolver a cultura em meio à precariedade e a miséria.

No que concerne à *família*, verificou-se uma forte presença do trabalho comunitário, com 49 registros, dos quais seis são entidades que possuem suas sedes fora da área. Esse importante segmento tem sido, juntamente com a temática educação, um dos mais frequentes dentro do trabalho das organizações. Compreendendo que a instituição família exerce um papel importante para garantir a estabilidade dos seus membros, é fundamental que as organizações desenvolvam estratégias de inserção dos chefes de família no seu interior, e de forma transversal fortaleçam os laços entre pais e filhos. Além disso, a presença dos responsáveis pelas crianças e adolescentes no contexto do trabalho das unidades educativas (creches e escolas comunitárias) garante a ampliação da legitimidade e importância desses atores institucionais dentro e fora dos limites do território onde atuam.

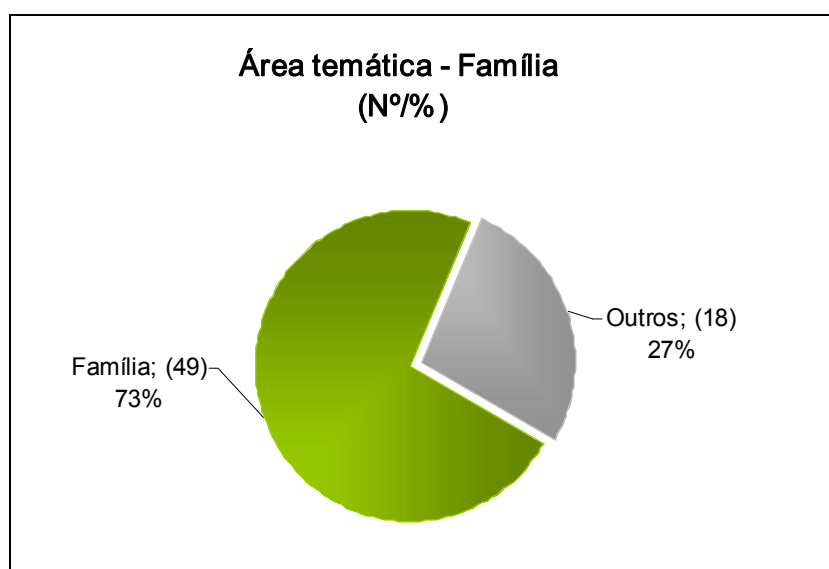


Gráfico 4 - Área temática *Família* em dados numéricos e percentuais em 2003.
Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação.

Verificou-se, nos encontros coletivos, principalmente para discutir questões relativas às intervenções propostas ou efetivamente implantadas, a força da palavra dos dirigentes das estruturas educacionais comunitárias, diante dos moradores cujos filhos são atendidos nestes espaços. É importante esclarecer que essa força não significa opressão ou imposição de poder, mas uma espécie de formação política e cidadã construída pela convivência e – porque não dizer – da própria resistência que os coletivizou. Garantir a participação da família nas atividades é garantir respaldo

popular nas lutas por implantação de iniciativas de interesse comunitário. Além disso, esses atores são, para a população, uma referência de determinação e zelo pela comunidade.

Com 58 projetos em funcionamento, a temática *família* ocupa o segundo lugar no foco de atuação das atividades oferecidas pelas organizações sociais. Evidentemente que esses números se agregam com os das atividades educacionais, já que as organizações educacionais primam pelo envolvimento da família em suas atividades, para que as ações possam sair do âmbito de suas estruturas, ganhar os lares e, dessa forma, se consolidar e garantir sua efetividade.

No quesito *organização comunitária*, foram encontradas 44 entidades. Sendo essa temática muito ligada à presença contínua junto à população, principalmente por ser uma ação que envolve confiança em relação aos objetivos daqueles que a promovem, isso pode justificar o fato de apenas terem sido registradas, dentro do total apresentado, organizações cujas sedes não estão localizadas nas comunidades estudadas, e sim em outros locais. A *organização comunitária* contou com 40 projetos em andamento, naquele período.

A pesquisa não evidenciou os segmentos que, apesar de manterem uma estrutura de funcionamento na área, não entram na categoria *organização comunitária*, como é o caso da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), da ÁGATA ESMERALDA, do Centro de Estudos Socioambientais (PANGEA) e dos IRMÃOS SOLIDÁRIOS. A relação das instituições consta no Anexo A.

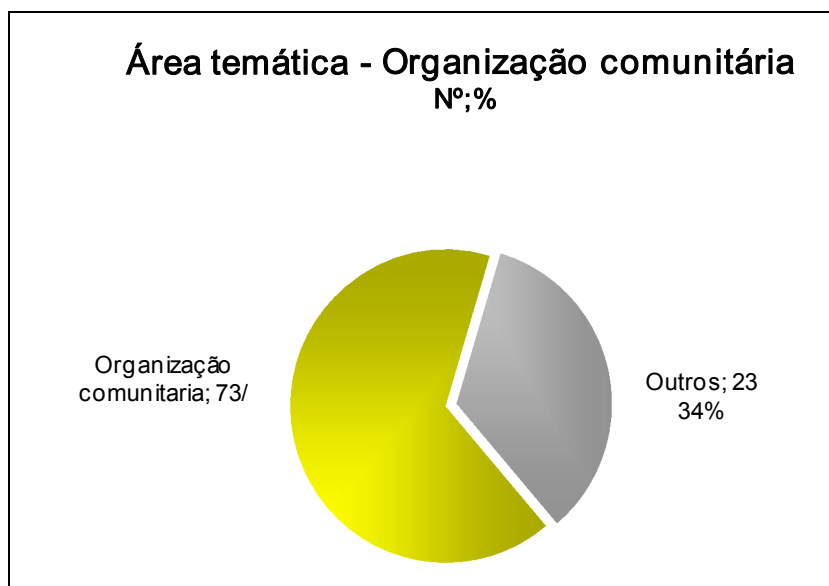


Gráfico 5 - Área temática *Organização Comunitária Família* em dados numéricos e percentuais em 2003

Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação.

Em relação a *esporte e lazer*, também se verificou a presença de 44 organizações, sendo que duas delas não têm sede na área do Programa. Diante dos dados sobre violência, com altos índices de envolvimento de adolescentes e jovens na condição de vítimas e agentes da criminalidade na região do Subúrbio, percebe-se a premente necessidade de um maior investimento em atividades no turno oposto ao da escola, a exemplo do esporte. No setor 2, por exemplo, só uma organização oferece atividades de esporte e lazer.

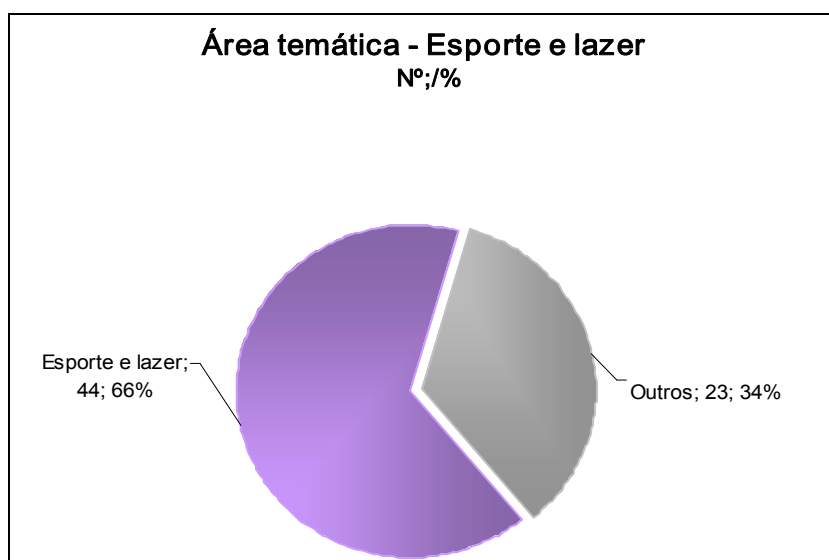


Gráfico 6 - Área temática *Esporte e Lazer* em dados numéricos e percentuais em 2003.

Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação.

A temática *saúde* contou com o registro de 42 organizações, dentre as quais quatro estão sediadas fora dos limites do Programa. A maioria das organizações trabalha com atividades de prevenção. Pelas próprias características do local, a insalubridade é a principal responsável pelo aparecimento de doenças de pele e respiratórias.

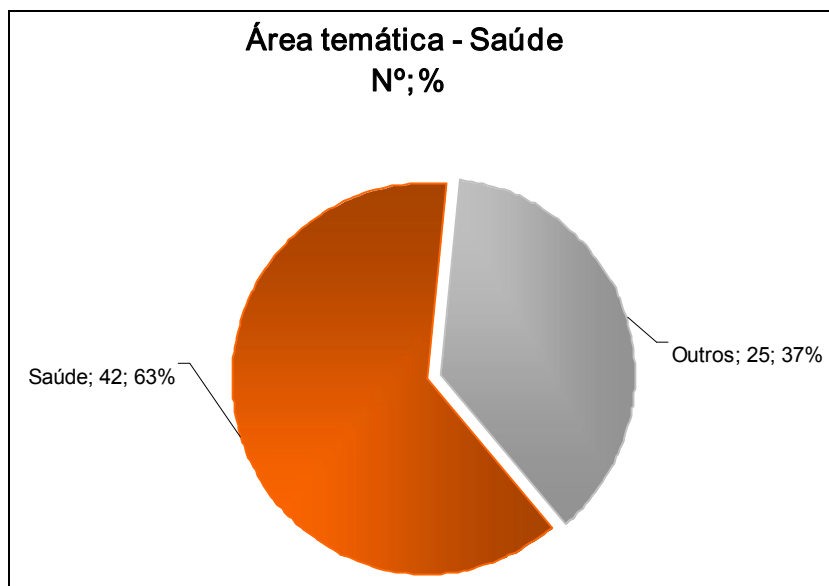


Gráfico 7 - Área temática *Saúde* em dados numéricos e percentuais em 2003.
Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação

Em relação à área temática *trabalho e qualificação profissional*, a região contava com um número de 34 organizações atuantes, sendo que, dessas, quatro não possuíam sede dentro da comunidade. Mesmo com as dificuldades de obter espaços e equipamentos adequados, as organizações executam um papel importante nesse segmento, constituindo, geralmente, a única alternativa possível para se adquirir formação profissional de curta duração e ampliar as oportunidades de concorrer a um posto de trabalho, no mercado formal ou informal. Vale destacar que a informalidade do trabalho gera uma série de problemas, pela ausência de proteção e seguridade social, embora tenha se constituído numa válvula de escape para conter a marcha desenfreada da pobreza, da miséria e da exclusão em aglomerados urbanos similares.



Gráfico 8 - Área temática *Trabalho e Qualificação Profissional* em dados numéricos e percentuais em 2003.

Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação.

Na temática *segurança*, foram identificadas 15 organizações atuantes. Dessas, apenas uma não possui sede na região. A maioria das organizações que lida com a temática está centralizada nas comunidades de Alagados, com 11 registros. Apesar do forte engajamento comunitário presente em Novos Alagados e diante dos altos índices de criminalidade, foram encontradas apenas duas organizações atuantes nesse quesito. Atualmente, a violência tem sido um dos assuntos mais tratados pela população, nos mais diversos segmentos sociais. Os números referentes à criminalidade que se alastra pelos grandes centros urbanos assustam a população. Nos bairros periféricos, como é o caso das comunidades aqui tratadas, a violência sempre esteve presente. Porém, nos últimos anos, com o aumento do tráfico de drogas e o recrutamento desenfreado de adolescentes e jovens para essa rápida e fácil estratégia de acesso a bens de consumo, as comunidades encontram-se ainda mais acuadas e aterrorizadas, seja pela rivalidade e tomada dos pontos de distribuição de drogas por parte de gangues locais e rivais, seja pela ação policial na busca de envolvidos ou culpados. Nesse contexto, apresentado em linhas gerais, o trabalho das organizações está centrado em ações transversais, como educação, saúde, esporte, voltadas para a prevenção e resgate de adolescentes e jovens do mundo do crime.

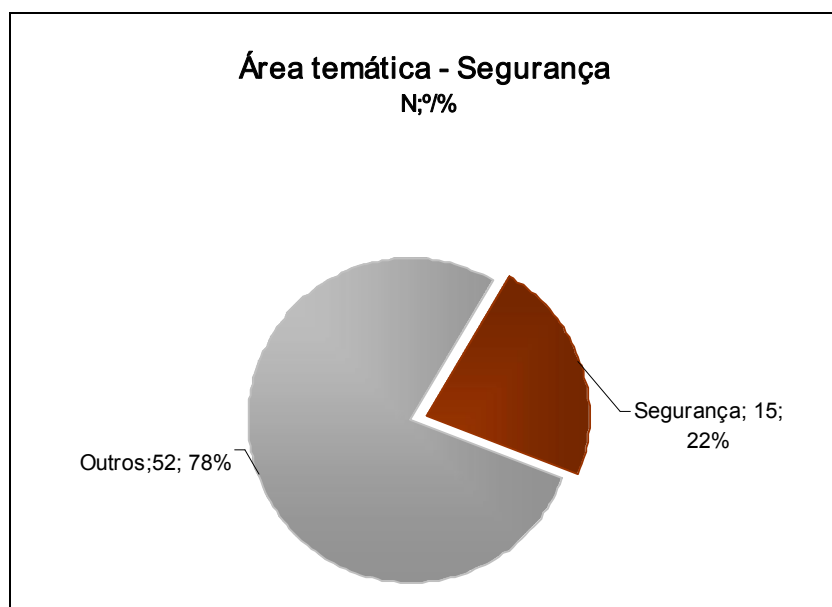


Gráfico 9 - Área temática *Segurança* em dados numéricos e percentuais em 2003.
Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação

A atuação das organizações na questão da segurança está ligada a atividades de prevenção. O setor 2 foi o que menos apresentou organizações atuantes: do total pesquisado, apenas 4,48% estão presentes nesse setor.

Apesar de não se constituir em objeto de análise profunda, não se pode ignorar a violência que permeia os espaços aqui tratados, diante dos dados sobre a atuação das organizações na temática *segurança*. Ela constitui mais um dos grandes problemas enfrentados pelos moradores. Medo e insegurança sempre estiveram presentes desde a formação dessas comunidades. As tensões iam desde a ansiedade para edificar o barraco, até o temor de ser retirado do espaço pelo poder público. Esse mesmo medo também se fez presente em relação à possibilidade de ter seus bens roubados, ou seu barraco invadido por infratores. Mas o medo pode ser um combustível para a resistência e a busca coletiva por estratégias de solução para os inúmeros problemas que a informalidade do território ocupado faz emergir.

No que diz respeito ao *número de funcionários atuantes nas organizações*, segundo a pesquisa, a maior parte dos projetos não são de grande porte, o que pode justificar a presença de poucos funcionários identificados na execução das atividades. No entanto, é possível também que as organizações possuam um

número pequeno de funcionários para atender a uma grande demanda, pelo fato de que, por estarem ligados às ações não somente pelo salário mensal, mas, na maioria dos casos, por questões de amor à causa, eles acabam assumindo voluntariamente as funções que deveriam ser executadas por mais pessoas.

Em relação ao número de funcionários por setor, os dados apresentados no setor 3 mostram que 78% das organizações sociais possuem até 9 funcionários, e 22% entre 10 e 49 funcionários, lembrando que foram identificados 60 projetos em funcionamento na referida região. Nos 26 projetos do setor 1, foram encontrados 54% com até 9 funcionários e 46% com um número de funcionários entre 10 e 49. No caso do setor 2, com 4 projetos em andamento, registrou-se que, em 25% do total, os projetos estavam atuando com até 9 funcionários e 75% entre 10 e 49 funcionários. No total dos projetos pesquisados nos três setores, foram registrados, respectivamente, 69% com até 9 funcionários e 31% com um número entre 10 e 49 de funcionários.



Gráfico 10 - Número de funcionários por organizações sociais nos três setores em dados numéricos e percentuais em 2003.

Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação

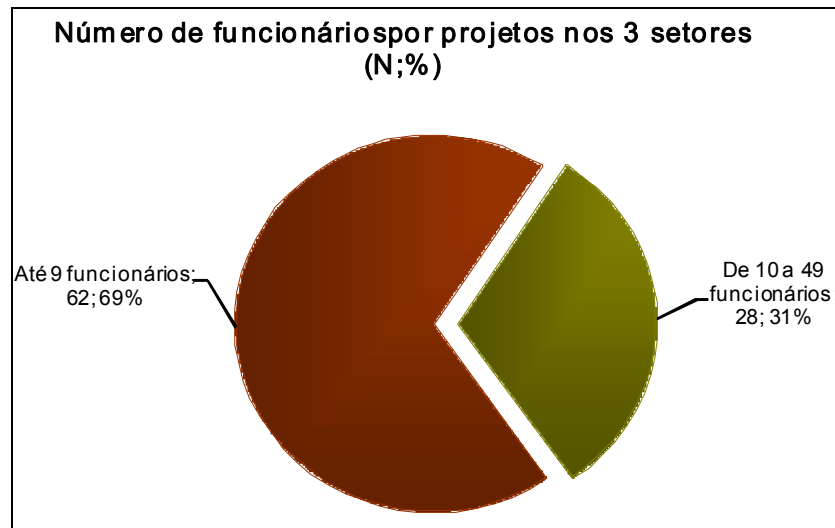


Gráfico 11 - Número de funcionários por organizações sociais nos três setores, em dados e percentuais em 2003.
Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação

Já o quesito *modalidade de contratação da maioria dos funcionários*, o voluntarismo, mecanismo de cooperação para a sobrevivência que caracteriza as relações entre os membros das comunidades menos abastadas, foi amplamente verificado no diagnóstico, com 60% dos funcionários atuando nos projetos nessa categoria. Em seguida, foram encontrados 14% que atuam como autônomos, 8% em prestação de serviços, 8% com registro em carteira, 2% na condição de cooperados e 8% sem resposta definida.

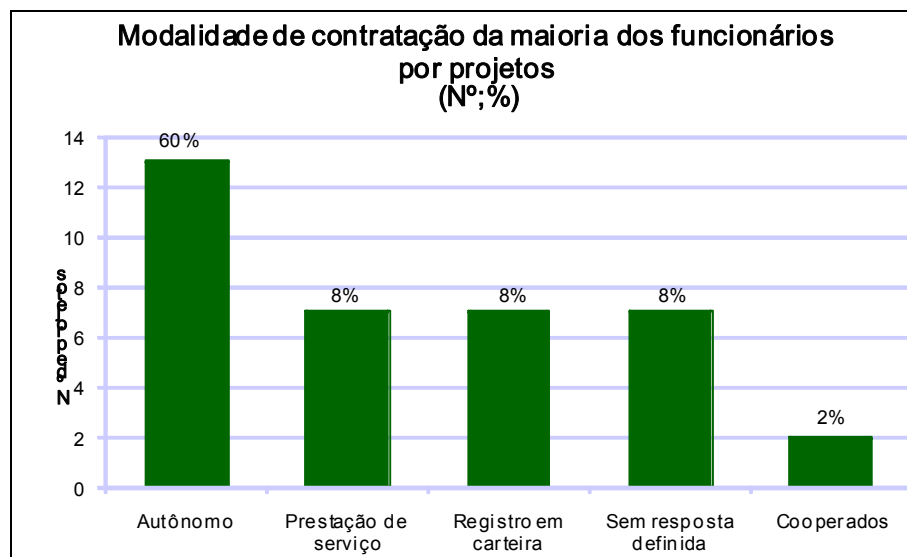


Gráfico 12 - Modalidade de contratação da maioria dos funcionários por projetos nos três setores, em dados numéricos e percentuais em 2003.
Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação

Essa emblemática situação ocupacional e trabalhista, de certa forma, fragiliza as organizações, quando existem queixas nos órgãos de proteção ao trabalhador. Ocorreram casos, não levantados na pesquisa, em que a organização foi denunciada por funcionários que trabalhavam sem registro em carteira e praticamente fechou as portas, já que foi legalmente notificada e obrigada a pagar todos os direitos trabalhistas. Vale lembrar que muitas estão respaldadas pela Lei do Voluntariado – *Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998*, mas, ainda assim, podem ser autuadas pelos órgãos competentes, por não cumprimento das normas legais.

Na análise da modalidade de contratação dos funcionários dos projetos por setor, foram apresentados os seguintes dados: o Setor 1 mostrou 69% dos funcionários na condição de voluntários, 15% com carteira assinada, 8% como prestadores de serviços e 8% de cooperados; o Setor 2 teve 25% dos funcionários como prestadores de serviços e 75% na condição de voluntários; o Setor 3 apresentou 55% na condição de funcionários, 21% como autônomos, 7% prestadores de serviços, 5% com carteira assinada.

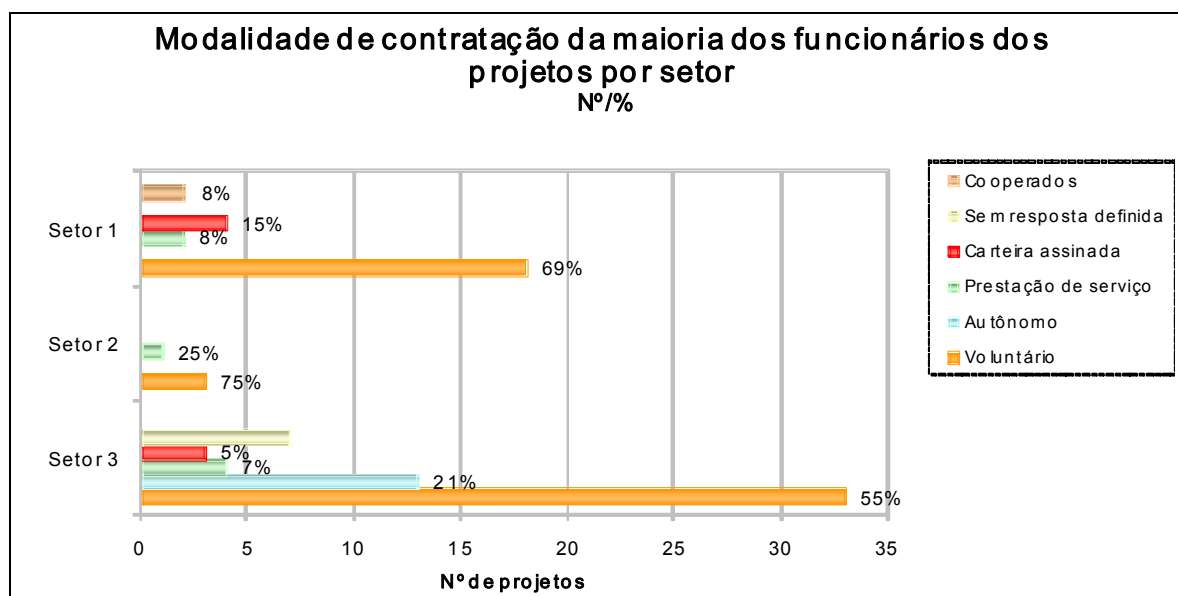


Gráfico 13 - Modalidade de contratação da maioria dos funcionários por projetos nos três setores, em dados numéricos e percentuais em 2003.

Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação

Ao se tratar da questão formação profissional dos funcionários, verifica-se que a necessidade de formação e reciclagem periódica de profissionais é uma necessidade que permeia todo e qualquer segmento institucional. Ela permite, entre

outras coisas, verificar avanços e retrocessos em relação aos serviços desenvolvidos e pode funcionar como um fator determinante no que tange ao estímulo e realimentação das práticas de trabalho. A pesquisa traz os seguintes achados: em 60% dos casos, o projeto oferece profissionalização e aperfeiçoamento dos seus funcionários, mas, em 40% do total pesquisado, não se oferece profissionalização aos funcionários. Não foi mencionada a possibilidade de os funcionários receberem qualificação através de parcerias com outras instituições da esfera pública ou privada.

Em relação à capacitação dos funcionários, os dados mostram que essa é uma ação pouco realizada, merecendo uma particular atenção, já que ela está diretamente vinculada tanto à qualidade dos serviços quanto ao incremento no currículo dos profissionais. Ela lhes possibilita galgar novas oportunidades de trabalho dentro das próprias organizações, bem como participar de seleção para postos de trabalho na esfera pública e privada. Quanto às organizações, elas se fortalecem e se tornam aptas a buscar recursos nas mais variadas fontes, qualificando-se para a elaboração e implementação de políticas públicas mais eficazes. As experiências de capacitação seriam elementos-chave para o reconhecimento, em outros setores, do papel desses atores em seus bairros de origem e permitiria que outros fossem motivados a percorrer a trilha daqueles que obtiveram um “suposto sucesso”. As dificuldades de encaminhamento para qualificação profissional constituem-se num potencial indicador de fragilidade, sem, no entanto, perder-se de vista que esse não é um elemento impeditivo da dedicação e persistência no desempenhar de suas atividades, seja por parte dos dirigentes ou dos funcionários.

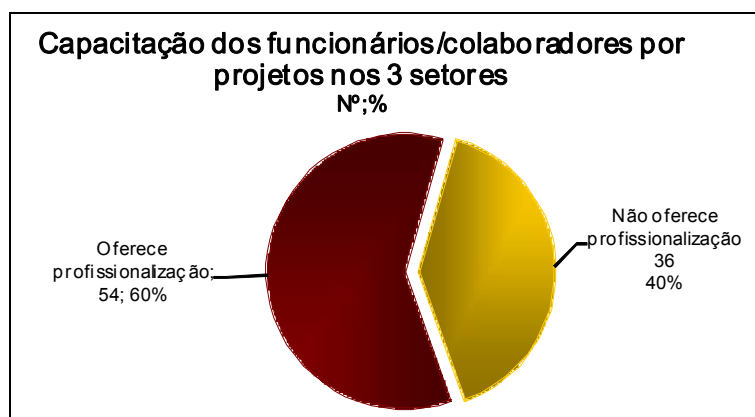


Gráfico 14 - Capacitação dos funcionários e colaboradores por projetos nos três setores, em dados numéricos e percentuais em 2003.
Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação

A pesquisa levantou a variável *cobrança financeira pelos serviços prestados*, porém essa expressão poderia ser substituída por *cobrança simbólica pelos serviços prestados*. No universo das organizações pesquisadas, 70% oferecem gratuitamente os serviços, 24% cobram taxas simbólicas, 5% cobram parcialmente os serviços prestados e 1% cobram por todos os serviços prestados. A pesquisa não faz referência a valores, a exemplo de percentuais em relação ao salário mínimo.

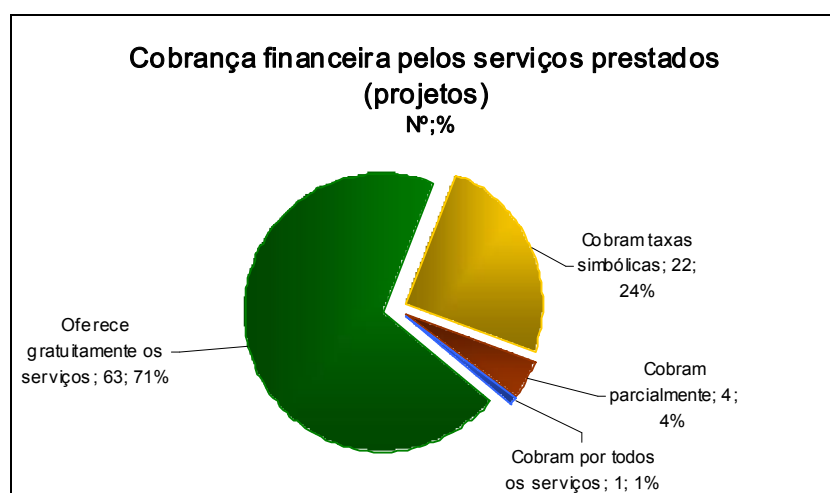


Gráfico 15 - Cobrança financeira pelos serviços prestados (projetos) nos três setores, em dados numéricos e percentuais em 2003.
Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação

A questão do pagamento merece uma análise mais apurada e sistemática sobre os valores cobrados, o percentual de inadimplência, o destino das somas coletadas e as relações estabelecidas com os pagantes. Preliminarmente, pode-se afirmar que as estruturas voltadas para atendimento às crianças são de extrema importância, por permitir que as mulheres exerçam atividades remuneradas (serviços domésticos, majoritariamente) e propiciar às crianças a convivência coletiva, educativa e a complementação nutricional. Boa parte das crianças se alimenta apenas nessas estruturas. Na mesma direção estão outros serviços, como, por exemplo, os cursos profissionalizantes para jovens e adultos e aqueles que são oferecidos como atividades transversais para mulheres, a exemplo de cursos de artesanato, corte e costura, aproveitamento de alimentos, dentre outros. No entanto, os serviços que apresentam taxas simbólicas de pagamento, são na maioria das vezes, os de educação infantil.

No que diz respeito às *sedes dos projetos*, verifica-se que um significativo contraste pode ser verificado entre a importância dos trabalhos realizados e as condições físicas das sedes de boa parte das organizações sociais. Fruto das parcerias, principalmente com agências de cooperação internacional, algumas estruturas físicas revelam condições favoráveis para o bom desempenho dos trabalhos, mas outras apresentam arranjos precários que acabam por influenciar na qualidade do atendimento. O cenário identificado pela pesquisa em relação à situação desses imóveis mostrou que 66% funcionam em casas emprestadas, 9% pagam aluguel e apenas 12% funcionam em sedes próprias. Ainda foram identificados 13% cuja natureza de funcionamento foi classificada como outros.

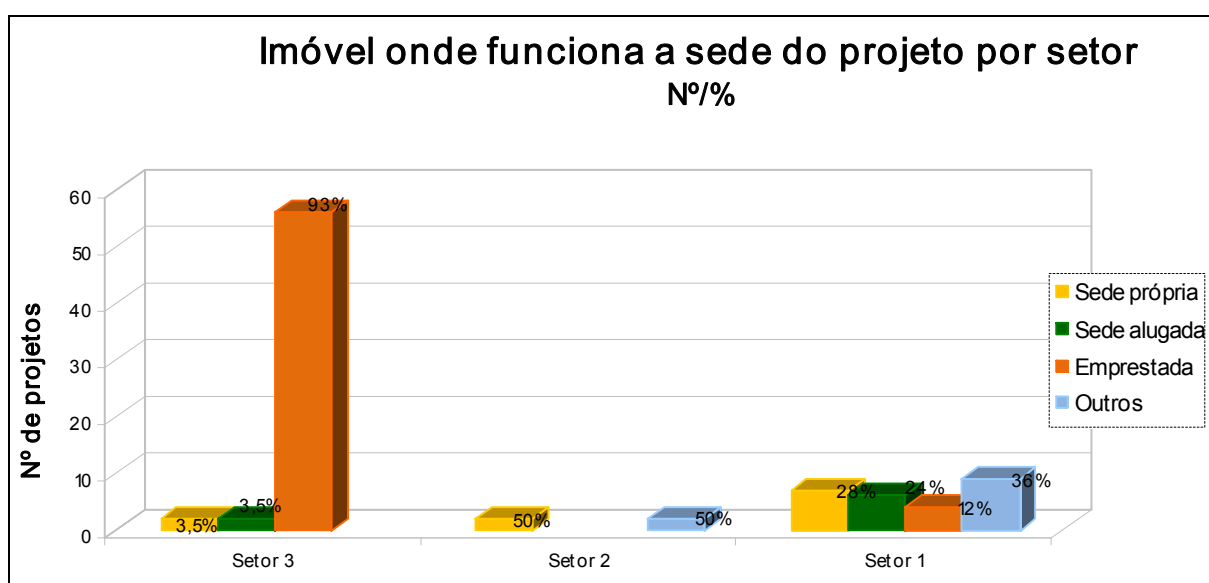


Gráfico 16 - Imóvel onde funciona a sede dos projetos por setor em dados numéricos e percentuais em 2003.

Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação

Os dados levantados são de extrema importância para se observarem as ameaças que circundam o trabalho da sociedade civil organizada naquilo que poderia ser uma das suas maiores potencialidades: a garantia de execução e sustentabilidade de seus projetos. Fica registrada, nesses dados, a fragilidade que representa a ausência da propriedade do imóvel, o que combina com o panorama habitacional daqueles para quem trabalham incessantemente, os quais, por sua vez, vivem a inquietação frente à possibilidade de serem expulsos do seu ambiente doméstico. Uma ação valiosa poderia ser a de garantir, de forma articulada e bem planejada, uma sede própria para essas organizações, o que significaria minimizar

as preocupações em relação à descontinuidade de suas ações e à possibilidade de perda de crédito de seus parceiros e financiadores.

Uma das grandes demandas das organizações é por um local para desenvolvimento de suas atividades. Na maioria dos casos, elas conseguiram local para funcionamento das mais variadas formas. Observando-se os dados sobre a situação de propriedade das sedes onde funcionam os projetos, conforme a divisão setorial, encontra-se o seguinte quadro: o setor 1, onde foram encontrados 26 projetos em funcionamento, mostrou uma situação equilibrada, 28% com sedes próprias, 24% alugadas, 12% emprestadas e 36% outros; o setor 3 registrou a existência de 60 projetos em andamento, dos quais 93% funcionam em sedes emprestadas, 3,5% em regime de aluguel e 3,5% funcionam em sedes próprias; em relação ao setor 2, a situação encontrada foi de 4 projetos em funcionamento, sendo que 50% com sede própria e 50% com outras formas de uso.

Na componente denominada *parceiros e financiadores*, algumas informações foram importantes para se entender o grau de dificuldade que atinge as organizações sociais. Entre os projetos pesquisados, 85% declaram não possuir alvará de funcionamento, 75% não possuem financiamento e 82% declararam ter parcerias para realização de suas atividades. Percebe-se que a maioria das organizações sociais consegue sobreviver via estabelecimento de uma rede de parcerias, na maioria dos casos sem envolver recursos financeiros diretos, mas colaboração no âmbito de assistência técnica ou material. A pesquisa apontou que, dentre as organizações pesquisadas, 18% não possuem parceiros, 25% declararam não receber financiamentos e 15% não detêm a posse do alvará de funcionamento. No entanto, 91% das organizações responderam, no quesito sobre as principais dificuldades encontradas, que a maior delas é a falta de recursos financeiros.

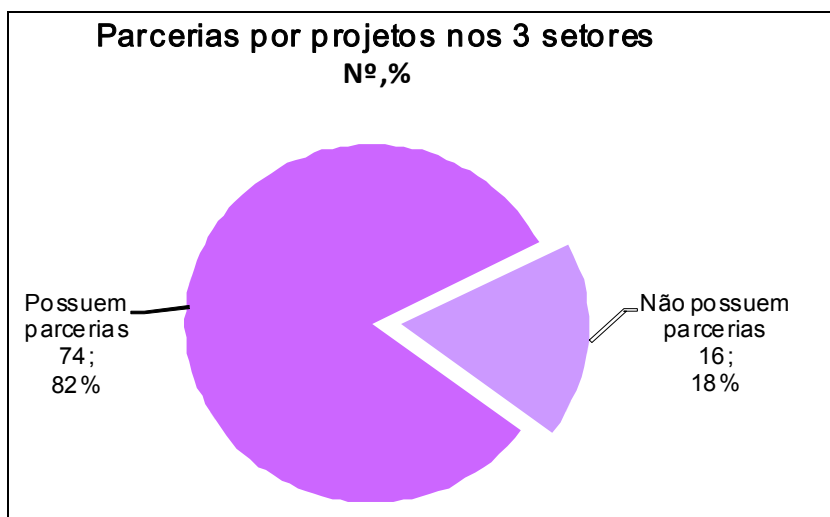


Gráfico 17 - Parcerias por projetos nos três setores em dados numéricos e percentuais em 2003.

Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação

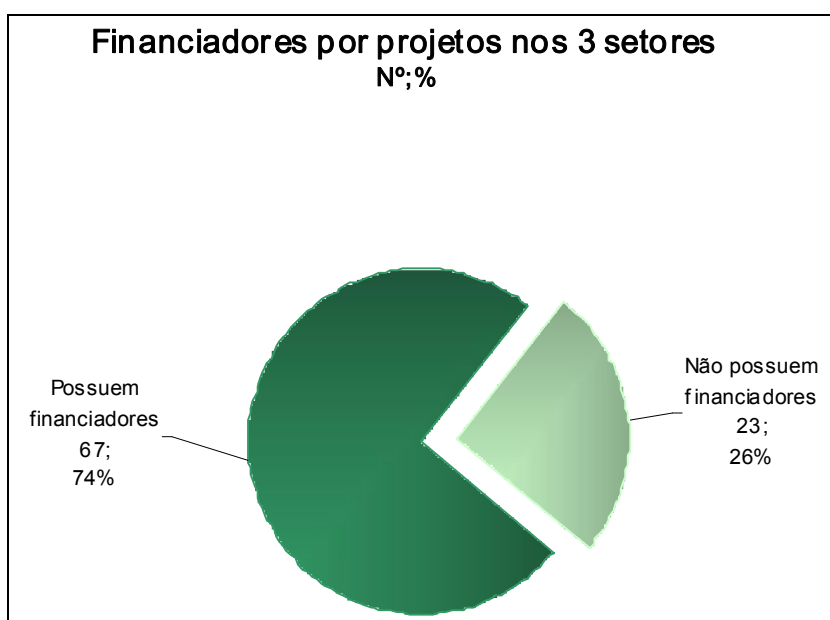


Gráfico 18 - Financiadores por projetos nos três setores em dados numéricos e percentuais em 2003.

Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação

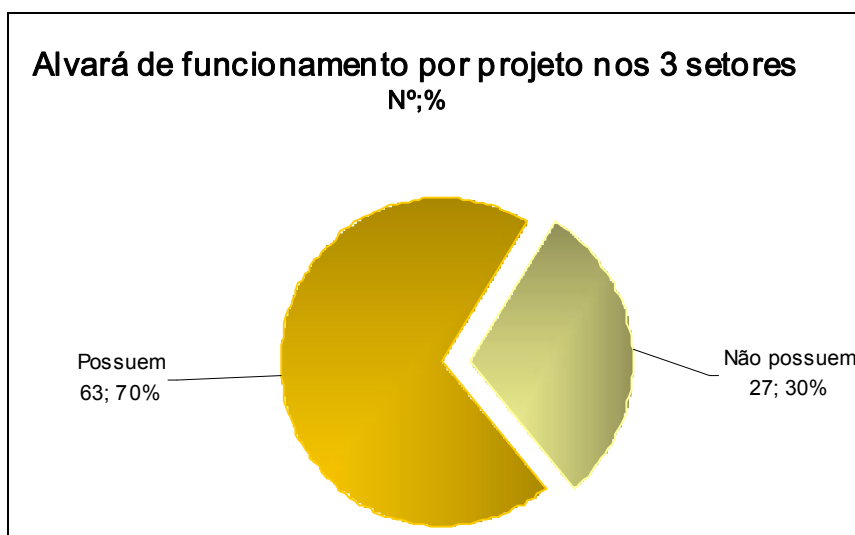


Gráfico 19 – Alvará de funcionamento por projeto nos três setores em dados numéricos e percentuais em 2003.

Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação

Em relação aos *financiadores*, a situação encontrada combina com os relatos de carências de recursos para desempenho das atividades. O setor onde existe um maior número (88%) de projetos que não possuem financiamento de nenhuma natureza é o setor 3. No caso do setor 1, a situação é menos gritante, já que 52% dos projetos declararam possuir financiamento e 48% não possuem ajuda financeira. No que se refere ao setor 2, a situação dos projetos é de 50% que recebem algum tipo de financiamento e 50% que não têm financiadores para suas atividades.

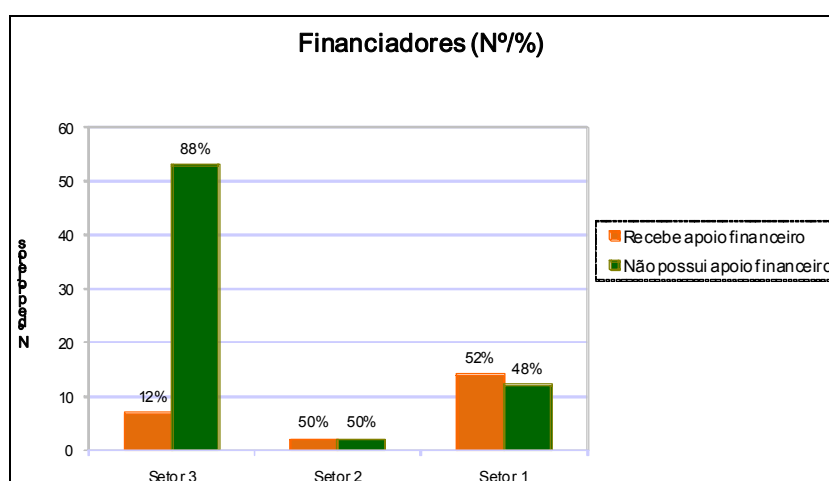


Gráfico 20 – Financiadores por projetos e setor em dados numéricos e percentuais em 2003

Fonte: CONDER - Dados trabalhados pela autora da dissertação

Dadas às condições em que as organizações criam e desenvolvem seus projetos, já era de se esperar que um conjunto de dificuldades encontradas para o

seu desenvolvimento fosse apontado, dentro do cotidiano de cada projeto. Na pesquisa realizada, a ordem das necessidades foi a seguinte: falta de recursos financeiros 91%; precariedade nas estruturas físicas 53%; carência de recursos humanos 40%; baixa qualificação dos funcionários 31%; baixa capacidade técnica gerencial 19%.

A pesquisa não contemplou dois aspectos extremamente importantes quando se trata da busca pela compreensão das diversas faces e dinâmicas das áreas populares.

O primeiro deles é o papel exercido pela mulher. Um breve olhar nos encontros, na busca de serviços, nas reuniões e em outras atividades dentro da comunidade, com as mais diversas finalidades, revela como é perceptível a forte e contínua presença feminina. Nas organizações locais, a presença das mulheres nos postos de gestão e responsabilidade pelas ações também é relativamente frequente. Além disso, dados de pesquisas censitárias realizadas na região mostram que aproximadamente 40% dos domicílios são chefiados por mulheres (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2004) Seria importante ter contemplando, na pesquisa, questões sobre atividades desempenhadas para atender especificamente ao público feminino, ou ainda sobre a participação da mulher como membro da direção das organizações e as principais dificuldades ou potencialidades verificadas. Outro fato interessante, que poderia trazer contribuições relevantes, caso essa temática fosse trabalhada, seria a quantidade de organizações que foram fundadas e que são chefiadas por mulheres e as características dos problemas enfrentados na gestão dessas organizações.

A segunda questão diz respeito à cultura, elemento fundamental no cotidiano das organizações e motivo de orgulho expresso por aqueles que estão inseridos em algum grupo artístico-cultural, por ocasião das apresentações públicas. Observa-se que as organizações sociais travam uma batalha para manter suas atividades voltadas para a promoção de atividades culturais. Além do mais, é importante entender como a questão é tratada e as possibilidades de potencialização dessa temática.

Um fato curioso e bem interessante foi observado, em diversos momentos de encontros comunitários para definir ações estratégicas junto a membros da CAMMPI:

os participantes sempre colocavam a cultura como prioridade, e, quando inquiridos sobre o lazer e o esporte, diziam que tudo isso já estava inserido na cultura.

Diante do exposto, torna-se pertinente resgatar as palavras de Paul Singer, no prefácio do livro *Laços financeiros na luta contra a pobreza*, de autoria de Ricardo Abromovay: "... a luta contra a pobreza passa pela auto-organização dos pobres, que se tornam protagonistas de sua própria redenção. Esta auto-organização é tanto política e social quanto econômica. Continua sendo necessário que os pobres se integrem à luta política dos partidos e às lutas dos movimentos sociais e sindicatos." (ABROMOVAY, 2004, p. 14).

4.3 BREVE OLHAR SOBRE ALGUNS PROJETOS SOCIAIS IMPLEMENTADOS PELO PROGRAMA

De posse dos dados, conforme exemplos demonstrados graficamente, o PRA realizou eventos de apresentação dos resultados da pesquisa junto à comunidade e estabeleceu um conjunto de ações, também apresentadas à comunidade, para posterior seleção daquelas que deveriam ser implementadas pelo Programa com recursos do PAT.

Como base no Relatório de Resultados Finais do PATS (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2006) – onde são apresentadas as ações realizadas nas áreas de desenvolvimento econômico, social e melhoria do espaço urbano, com informações bastante detalhadas de natureza quantitativa –, será a seguir apresentada uma síntese das ações realizadas pelo Programa e uma breve reflexão qualitativa sobre alguns dos projetos implementados. As necessidades levantadas no diagnóstico sobre o trabalho das organizações comunitárias geraram os projetos sociais indicados no Quadro 3.

Quadro 3 - Projetos sociais realizados pelo PAT

	Projetos	Beneficiários
1	Serviço de Auxílio (assessoria jurídica e técnica) para Obtenção de Alvará de Funcionamento	Nº de entidades atendidas
2	Capacitação e Suporte Administrativo para Associações Locais	50 entidades
3	Capacitação e Suporte Administrativo para Micro e Pequenas Empresas	37 microempresas
4	Capacitação e Suporte Administrativo para Cooperativas Locais	7 cooperativas
5	Suporte na Elaboração de Projetos e Obtenção de Financiamento	31 organizações
6	Formação e Acompanhamento Metodológico e Educativo para entidades da Área	64 organizações
7	Curso de Formação para Monitoras de Creche	7 organizações 79 alunas concluintes
8	Apoio ao Centro de Orientação da Família (COF) - Novos Alagados	39 famílias 50 adolescentes
9	Apoio ao Centro de Orientação da Família (COF) – Uruguai
10	Projeto Educando - Apoio aos Adolescentes em Conflito com a Lei	12 adolescentes
11	Formação da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos da Construção Civil - COTRACIV	25 cooperados
12	Apoio à Cooperativa de Coleta Seletiva, Processamento de Material Reciclável e Proteção Ambiental – CAMAPETI
13	Suporte para Cooperativa de Pescadores da Bahia de Todos os Santos – COOPESBAS	30 cooperados
14	Capacitação em Cooperativismo e Corte e Costura para Mulheres de Alagados	20 cooperadas
15	Projeto de Reciclagem para Jovens de Novos Alagados – Reciclar e Criar Vida	25 jovens
16	Projeto de Acesso ao Microcrédito na Área	
17	Projeto de Educação Sanitária e Ambiental na Área do Ribeira Azul	1.733 moradores
18	Recuperação do Manguezal em Novos Alagados	6 escolas públicas e comunitárias
19	Apoio ao Coral Novos Alagados	74 crianças e Adolescentes
20	Apoio à Fanfarra de Alagados	80 adolescentes e jovens
21	Acompanhamento Social da Comunidade de Alagados III	2.189 moradores
22	Suporte e Divulgação do Plano Social e Resultados do Programa
23	Financiamento de 10 Projetos Desenvolvidos por Associações Comunitárias.
24	Curso de Formação de Jovens no Setor da Construção Civil – Novos Alagados	60 jovens
25	Atividades Médico-ambulatoriais e Combate à desnutrição Infantil em Novos Alagados	116 crianças
26	Suporte para realização da Feira da Palafita	700 moradores
27	Apoio à Escola de Educação Percussiva Integral - EEPI	30 crianças
28	Projeto de Esporte em Novos Alagados	120 crianças e adolescentes

Fonte: Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER) - 2003

Quadro 4 - Construção e reforma de equipamentos comunitários

Tipologia	Ação
Construção de equipamentos e quadras esportivas	- Alambrado para os campos de futebol dos loteamentos Nova Primavera e Araçás (Novos Alagados) - Ampliação do Centro Desportivo do Boiadeiro, CEDEP e construção da quadra desportiva - Construção da cozinha comunitária para a Associação de Doceiras e Confeiteiras de Itapagipe
Reforma de creches	- Reforma da Creche Canto da Paz (Alagados III) - Reforma da Creche da Sociedade dos Artesãos de Alagados de Salvador (Alagados IV) - Reforma da Creche da Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Joanes Leste (Joanes) - Reforma da Creche Heroínas do Lar Êres (Novos Alagados)
Equipamentos	- Reforma do Centro Comunitário Kilombo Kioió (Novos Alagados) – <i>500 beneficiários</i> - Construção de uma Creche em no Loteamento Joanes Azul – <i>atendimento a 200 crianças</i>
.....	- Reforma do escritório de campo para atender aos Projetos da Região do Uruguai - Doação de terreno e reforma da sede da Cooperativa de Costureiras do Parque São Bartolomeu (Novos Alagados) - Reforma e aquisição de equipamentos para o Mercado do Peixe (Construído pelo Estado na Intervenção de Novos Alagados)
Revitalização de praças	Praça Santa Luzia (Uruguai)

Fonte: Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER) - 2003

Quadro 5 - Ações na área de Habitação

Construção de unidades habitacionais	103 casas-embrião
Melhorias habitacionais	101 substituições de barracos de madeira por embriões habitacionais

Fonte: Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER) - 2003

Observando-se o conjunto de ações sociais desenvolvidas pelo PATS, percebe-se que houve um substancial empreendimento de esforços para responder às principais demandas identificadas nos estudos e pesquisas sobre as necessidades e principais fragilidades da área. As atividades que visavam a fortalecer as organizações locais foram breves e pontuais do ponto de vista da agregação de novos parceiros e da sustentabilidade. As metas e estratégias de articulação com outras esferas do poder público nos três níveis (federal, estadual e municipal), previstas no planejamento do Programa, praticamente não foram alcançadas, devido às dificuldades de se acionarem esses segmentos.

Algumas das atividades implementadas e que foram de máxima importância merecem destaque. Uma delas é a formação oferecida nos cursos de gestão organizacional, visto que a condução dos trabalhos das organizações permaneceu sob a responsabilidade dos egressos desses cursos. Outro resultado muito positivo foi a formação de monitoras de creche, que continuam atuando dentro da comunidade e ampliando a qualidade na prestação de serviços para as crianças e suas famílias. Nesse contexto, vale destacar também as estruturas físicas dos equipamentos comunitários construídos ou reformados, principalmente as creches.

Um bom exemplo de sucesso foi o obtido junto à Cooperativa das Costureiras do Parque São Bartolomeu (COOPERCONFEC). Essa organização foi beneficiada com a doação de um espaço físico, o que ampliou sua capacidade de produção e, conseqüentemente, propiciou melhorias nas condições de trabalho e qualidade dos produtos. A mudança de espaço possibilitou ainda que a cooperativa participasse de um concurso promovido pelo Banco do Nordeste e recebesse incentivos em maquinário para fomentar a produção.

Projeto cuja potencialização também merece destaque é o do *Kilombo Kioio*. Criado pela Ação Social da Paróquia de São Brás, o projeto atende a mais de 500 mulheres, chefes de família, com atividades de alfabetização, curso pré-vestibular, formação profissional, atendimento de prevenção à saúde da mulher e combate à desnutrição. Com a construção de um espaço físico adequado, o projeto ampliou o atendimento e a oferta de serviços.

No entanto, algumas ações financiadas pelo PATS apresentaram fragilidade e ameaças que culminaram na não continuidade, a saber:

a) *Cooperativa de Trabalhadores na Construção Civil (COTRACIV)*. A criação da cooperativa foi uma demanda que emergiu da própria comunidade. Moradores da Comunidade de Mangueira constituíram um grupo de trabalhadores ligados à área da construção civil e entraram com uma solicitação de apoio para formação de uma cooperativa ligada a essa área de atividade. Na solicitação, constavam treinamento e processo de formalização institucional (cursos e consultoria em cooperativismo, documentação jurídica, espaço físico, equipamentos de trabalho e segurança,

caminhão para transporte de materiais, etc.). Foram realizadas as etapas de constituição, porém não houve progresso, e a cooperativa passou a existir só no papel, pois grande parte do grupo encontra-se espalhada em atividades de trabalho no setor informal. As justificativas dadas para o não-funcionamento da cooperativa, segundo seus sócios, é a falta de experiência, o que a impossibilita de participar de processos competitivos no disputado mercado da construção civil, principalmente para aqueles que não possuem capital de giro e não fazem parte de *networks*.

b) *Associação de Doceiras, Cozinheiras e Confeiteiras de Itapagipe (ADOCI)*. O grupo vinha desempenhando suas atividades (encomendas) nos ambientes domésticos de cada um dos associados. Isso representava um fator de dificuldades para a formalização legal, pela ausência de uma sede fixa, o que comprometia a ampliação da produção e do número de clientes. Identificado esse problema e após diálogo com o grupo, houve consenso sobre a necessidade de implantação de uma unidade produtiva (cozinha). O espaço foi devidamente edificado e equipado dentro do recém construído *Loteamento Moradas da Massaranduba* (onde foram reassentadas aproximadamente 350 famílias ex-moradoras de palafitas). Do lado dos moradores, esse novo equipamento tornou-se um espaço visado, já que produzia aquilo de mais cobiçado frente à situação de dificuldade: comida. Para as associadas, esse ambiente configurou-se como um espaço também estranho, já que, antes, cada uma produzia em sua casa, mantendo também a execução das habituais tarefas domésticas e a atenção à família. Decidiram trabalhar à noite, e logo foram percebendo os riscos, pois elas não eram moradoras desse território e, conseqüentemente, tornavam-se alvos fáceis da delinquência local. O medo de investidas mais ousadas e a impossibilidade de denunciar os infratores foi gradativamente afastando as quituteiras do espaço. Aliados a esses acontecimentos, estavam também os desentendimentos e as divergências que eram decorrentes da convivência de um grupo que antes mantinha encontros mais esporádicos, quase sempre no momento de comercializar coletivamente suas mercadorias em feiras, comemorações (aniversários, casamentos, etc.), seminários, dentre outros. Sem conseguir resistir às pressões acima mencionadas, o grupo retornou à antiga modalidade de produção, e o espaço, doado ao grupo pelo Estado em regime de comodato, foi saqueado, sendo roubados todos os equipamentos e parte dos acessórios da estrutura física.

c) *Cooperativa de Pescadores da Bahia de Todos os Santos (COOPESBAS).*

É comum associar a região de Alagados a um nicho agregador de indivíduos ligados à prática da pesca e da mariscagem, utilizadas como estratégia de geração de renda, principalmente na Enseada do Cabrito e em parte da Enseada dos Tainheiros. Essa visão pode ser facilmente modificada com algumas observações no dia-a-dia dos pescadores que atracam suas pequenas embarcações na região.

A existência do Mercado do Peixe, criado na primeira etapa da intervenção de Novos Alagados, tomou como referência a existência de um pequeno barraco precário localizado numa palafita, edificada no final de uma das pontes, a que mais se distanciava da região do aterro e avançava a maré. Foi realizado, na época, um amplo diálogo com pescadores locais que habitavam nas palafitas, no intuito de se buscar formas de incrementar a produção e facilitar a fuga dos atravessadores que acabavam comprando o pescado por um preço inferior ao que seria praticado na revenda. Esse é o cenário que iria justificar a construção do equipamento.

Importantes cursos foram oferecidos por profissionais devidamente qualificados e reconhecidos no meio. Durante cinco meses, foram oferecidos cursos na área de captura, conservação e comercialização, totalizando 450 horas de formação, destinada a 30 pescadores. Posteriormente, foi realizado o curso de Formação em Cooperativismo, com carga horária de 60 horas, distribuídas durante 4 meses. Com recursos do PATS, foram realizadas reformas na estrutura física do prédio, compra de equipamentos, e contratadas consultorias para as seguintes atividades: acompanhamento da produção e comercialização de pescado, identificação de potenciais parceiros para financiar equipamentos de pesca e elaboração de projetos.



Figura 11 - Mercado do Peixe em Novos Alagados
Foto: CONDER

A chegada do *Ribeira Azul* reacendeu a idéia de formação de uma cooperativa de pescadores, porém o processo de discussão com os principais personagens pode ter sido o grande entrave para o êxito da proposta. Muitos dos indicados para participar do processo não eram pescadores profissionais e não praticavam a pesca de alto mar. Alguns exerciam diversas atividades para garantir ou ampliar a renda doméstica, sendo que a pesca não era sua atividade principal, mas sim esporádica. Outros eram proprietários de embarcações e funcionavam como “meeiros” junto a pescadores profissionais e sem capital para adquirir os “aviamentos” (equipamentos) necessários. Esses últimos estavam presentes no processo, mas em pequena quantidade.

O mercado foi construído, mas não utilizado pelos pescadores. O espaço foi ocupado temporariamente por uma escola comunitária, que necessitava de espaço físico, pois sua sede apresentava riscos de desabamento.

Todos os esforços empreendidos não foram suficientes para que a Cooperativa tivesse seus propósitos iniciais atingidos, ou melhor, conseguisse aproximar-se das metas propostas. Diversos desentendimentos ocorreram entre os sócios e desses com os integrantes da Colônia da região. O contexto em que foi fundada e a forma de organização interna contribuíram para seu enfraquecimento.

Após diversos conflitos por parte dos sócios que participaram da fase inicial, muitos se afastaram das atividades e, atualmente, a cooperativa segue sem que se tenham claras informações sobre suas atividades, já que dificilmente os cooperados são encontrados no local.

A partir dessa experiência, nota-se que implementar o novo pode não ser o melhor caminho, e sim potencializar o que já existe, trabalhando gradativamente em aspectos ligados à cultura local e na essência de sua origem.

Alguns especialistas fazem recomendações que podem ser úteis para ampliar a reflexão sobre a implantação de experiências como as que aqui estão sendo apresentadas, para que o planejamento possa ser coerente, ter suas metas atingidas e para que haja o maior aproveitamento possível dos recursos investidos, evitando-se perdas e, principalmente, desperdícios. Nessas linhas de estudos e avaliação, de projetos e programas, destaca-se, por exemplo, as considerações de Bonduki (2001):

No quadro de escassez de recursos que caracteriza todas as esferas do poder público no país e, em contrapartida, diante da enorme demanda existente por serviços e equipamentos sociais, o desenvolvimento de um processo contínuo de avaliação das políticas públicas é absolutamente indispensável. Trata-se de um dos principais instrumentos para o planejamento das ações do governo, para racionalização na utilização de recursos e a revisão das diretrizes e normativas que orientam os programas públicos, podendo garantir um processo permanente de aperfeiçoamento dos programas sociais (BONDUKI, 2001, p. 188).

Cohen (1990) faz uma observação em relação às críticas a que os projetos sociais estão sujeitos em função da adoção de “traçados” e “execução”. Para esse autor, apesar de serem justificáveis por suas finalidades, esses projetos deveriam trabalhar para alcançar bons resultados, fazendo uso de alternativas menos custosas.

Um elemento importante e essencial, em Programas da natureza do PRA, é a avaliação de impactos. Observando esse aspecto, Roche (2002) chama a atenção para as mudanças produzidas pelos programas na vida das pessoas e pondera que, apesar de elas não serem mantidas eternamente, geram diferenças. Segundo o autor, a definição de avaliação de impacto significa a “análise sistemática das

mudanças duradouras ou significativas – positivas ou negativas, planejadas ou não – nas vidas das pessoas e ocasionalmente por determinada ação ou série de ações” (ROCHE, 2002, p. 36-37).

É importante destacar que um grande entrave que o Programa apresentou foi a fragilidade na articulação com outras esferas da administração estadual e municipal, apesar de essa meta estar claramente estabelecida nos planos de atividades. O Programa não apresentou resultados expressivos no que diz respeito a essa questão. Algumas agências de cooperação, com notório conhecimento de causa, como é o caso da *Cáritas*, diz o seguinte a esse respeito:

Articulação deve estar referida à construção consciente dos vínculos, das ramificações entre os que articulam para construir conjuntamente estratégias e táticas de superação dos problemas, para mudar, transformar a relação de forças existentes. [...] As articulações são mediatizadas por mecanismos e estratégias diversificadas segundo cada instituição e guardam maior ou menor complexidade, dependendo da forma e do momento em que ocorrem. As alianças são feitas e concretizam-se de diferentes formas, segundo as possibilidades que se apresentam. Daí uma necessidade de análise dos projetos, contemplando as ações particulares e os contextos específicos nos quais os grupos desenvolvem tais articulações. (CÁRITAS BRASILEIRA, 1995. p. 143).

Essas breves reflexões sobre aproveitamento de recursos, avaliação e articulação ou alianças para ampliar as possibilidades de sucesso em Programas de intervenção são oportunas e podem favorecer o entendimento sobre o que, de fato, fez do programa uma iniciativa que inovou em vários aspectos, mas que também apresentou algumas lacunas que ajudam na formulação de novas intervenções em áreas de concentração de pobreza.

5. CONCLUSÕES

Observando a trajetória do PRA, evidenciam-se grandes avanços no contexto territorial e social de suas atividades: quase 3.500 palafitas foram erradicadas, melhorando a qualidade de vida de aproximadamente 12 mil pessoas. Houve um significativo número de ações implementadas no território, e o Programa contou com um alto grau de envolvimento dos moradores.

Durante a implementação das ações, foram identificados conflitos das mais diversas ordens, documentados em estudos realizados e divulgados na imprensa local. Quanto ao modelo de gestão, que envolve o arranjo institucional e a condução dos trabalhos, as críticas, construtivas ou não, foram intensas e oriundas das diversas instâncias institucionais e até mesmo do cidadão comum. Esse fato aponta para o estímulo de vigiar o poder público, por parte dos beneficiários, na implementação das ações de caráter social com grande envergadura. O processo de participação, no PRA, deve ser considerado enriquecedor, no sentido de que a sociedade compartilhou com o poder público as suas demandas e necessidades e, de forma convergente, puderam encontrar juntos a resolução dos problemas e a efetividade das ações.

No conjunto de ações sociais desenvolvidas pelo PATS, é evidente que houve um substancial empreendimento de esforços no sentido de responder às principais demandas identificadas nos estudos e pesquisas sobre as necessidades e principais fragilidades da área. O Programa destinou um significativo aporte de recursos financeiros para a implantação de ações sociais, adotando, como diz Cohen (1990), uma das formas de “solucionar uma situação onde aumentam as necessidades sociais e as demandas organizadas, ou seja, ampliando o volume de recursos destinados ao social.” (COHEN, 1990. p. 19).

Dada a própria natureza da intervenção e seu caráter “experimental”, vale observar que parte das atividades realizadas, que visavam a fortalecer as organizações locais, foi pontual, não apresentando continuidade. Algumas atividades que ficaram sob a responsabilidade dos gestores das organizações sociais, a

exemplo das creches, cujas estruturas foram construídas sob regime de mutirão ou consolidadas em espaços doados ou cedidos, podem ser consideradas bem sucedidas. Todas as creches construídas continuam em funcionamento, e as estruturas atuais apresentam, hoje, melhores condições de atendimento do que na época em que foram inauguradas. Além disso, novas parcerias foram realizadas com outros agentes financiadores.

Uma consideração relevante merece destaque, no sentido de que as vocações de produção e de organização da comunidade devem ser consideradas para fortalecer as iniciativas de desenvolvimento social no território. Ações planejadas e cuidadosamente implementadas, com o aval dos beneficiários, promovem a sustentabilidade do conjunto de ações previstas, dotando a intervenção de um caráter duradouro no contexto das políticas públicas. A busca de parcerias engajadas no contexto da ação e sem caráter transitório fortalece o reconhecimento da comunidade no exercício da sua cidadania.

A intervenção territorial de requalificação urbana e ambiental, com ações sociais consistentes, merece uma ampla e minuciosa análise que contemple os atores diretamente envolvidos na execução dos trabalhos (moradores, representantes comunitários, as esferas públicas e parceiros institucionais), objetivando evidenciar os pontos fracos da experiência, para que, coletivamente, se busquem soluções, evitando que eles possam novamente ser objeto de ameaças e que haja efetivo risco de insucesso nos novos projetos.

As atividades implementadas pelo *PRA*, em seu conjunto, adotaram uma estratégia de promover o desenvolvimento local, mesmo que tenha ocorrido alguma fragilidade na condução, com um conseqüente insucesso. Um dos fatores que ocasionaram alguns dos resultados insatisfatórios foi a forma de condução dos trabalhos, principalmente no que diz respeito à ausência de estudos mais detalhados sobre a implementação de arranjos gerenciais e organizativos fora das práticas consolidadas na localidade.

As estratégias de aproximação das organizações comunitárias constituíram um dos resultados positivos do Programa, principalmente no que diz respeito ao

diagnóstico sobre a situação desses atores sociais e ao reconhecimento de suas possibilidades de funcionar como potenciais vetores de sustentabilidade das ações implantadas. Houve ainda o fortalecimento de grande parte das organizações locais, as quais adquiriram ferramentas promissoras em relação à possibilidade de agregar novas parcerias para fomentar suas atividades e ampliar suas alternativas de sustentabilidade.

As lições aprendidas dentro dessa experiência devem ser compreendidas como um vetor de reflexão e de busca de adequação dos modelos implementados, para que sejam passíveis de utilização em trabalhos semelhantes, cuja meta seja promover o desenvolvimento local. No contexto dessa vivência, os aspectos considerados irrelevantes ou foram suprimidos, ou apresentados de forma superficial, por não se constituírem em objeto de análise. Outros considerados de relevância considerável foram tratados de forma detalhada, buscando-se a sua contribuição na formatação dos objetivos deste trabalho. Num balanço sobre a importância dos fatos, traduzidos como experiência assimilada, acredita-se que os conteúdos apresentados podem ter valia para os interessados em estudar e aprofundar seus conhecimentos sobre os temas abordados neste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Pedro. **A cidade da informalidade**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2003.
- ABROMOVAY, Ricardo. **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume, 2004.
- ALBAGLI, Sarita. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília: Relume Dumará, 2004.
- ARAÚJO, M.C. Soares D'. **Capital social**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- ASSOCIAÇÃO DE DIRIGENTES DE EMPRESAS DO MERCADO IMOBILIÁRIO. Programas de requalificação recontam a história de Alagados. **Revista da ADEMI-BA**, Salvador, ano 2, n. 7, jan. 2003.
- ASSOCIAÇÃO VOLUNTÁRIOS PARA O SERVIÇO INTERNACIONAL. **Novos Alagados: recuperação ambiental e promoção social**. [S.l.: s.n.], 1994.
- _____. **Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infraestrutura Urbana - PRODUR: cidade planejada, cidade do futuro**. Salvador, 2003.
- BACHERO, Marcelo; CREMONESE, Djalma (Orgs.). **Capital social: teoria e prática**. Ujuí(RS): Unijuí, 2006.
- BANCO MUNDIAL. **A questão urbana no Banco Mundial: cidades devem ser motor de desenvolvimento do Brasil**. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/HOMEPORUGUESE>>. Acesso em 02 dez. 2008.
- BIRKNER, Walter M. Knaesel. **Capital social em Santa Catarina: o caso dos fóruns de desenvolvimento regional**. Blumenau: Edifurb, 2006.
- BONDUKI, Nabil Georges. Uma metodologia para avaliar programas de habitação. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. 224p.
- BORGES, Jeane. Aterro encerra era das palafitas: a invasão do mar, que surgiu do êxodo rural nos anos 40, desaparecerá no prazo de quatro anos após a conclusão das obras. **A Tarde**, Salvador, jan. 2006. Caderno Especial.
- BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Prêmio Caixa melhores práticas em gestão local - 2005/2006**: Ribeira Azul: Uma história de transformações na Baía de Todos os Santos. [S.l.], 2006.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL **Programa Habitar Brasil/BID**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/gov/gov_social/estadual/programas_habitacao/habitar_brasil_bid>. Acesso em: 02 dez. 2008.

CARVALHO, Eduardo Teixeira. **Os Alagados da Bahia**: intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano. Salvador: UFBA, 2002.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais na América Latina: introdução. **Rev. bras. Ci. Soc.** São Paulo, ANPOCS, 1987. Disponível em <<http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs>>. Acesso em: 02 dez. 2008.

CÁRITAS BRASILEIRA. **Sobrevivência e cidadania**: avaliação qualitativa dos projetos alternativos comunitários da Cáritas Brasileira. Brasília: UNB, 1995.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 590p. (Pensamento crítico, 48)

CENTRO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS. **Bacia do cobre**: avaliação sócio-ambiental e processos históricos. [S.l.], 1998.

CITIES ALLIANCE. **Cities without slums**: Brazil: annual report, 2005; Judy Baker. [Washington, D.C.]: World Bank, [2006?]

_____. _____.: Ribeira Azul Programme Moving to scale in Salvador and Bahia: Brazil: annual report, 2004. [Washington, D.C.]: World Bank, [2005?]

COHEN, Ernesto; FRANCO, Ronaldo. **Avaliação de projetos sociais**. 3.ed. Petrópolis : Vozes, 1990.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. **Instituições comunitárias**: andando com as próprias pernas. Salvador, 2005.

_____. **Novos Alagados**: recuperação ambiental e promoção social. Salvador, 1994.

_____. **Plano de ação social e educação ambiental do Projeto Novos Alagados 2ª etapa**. Salvador, 1999a.

_____. **Plano de desenvolvimento social e ambiental do Programa Ribeira Azul**. Salvador, 2003.

_____. **Programa Ribeira Azul: Projeto Novos Alagados I e II Etapa**. Salvador, 2002.

_____. **Programa social de desenvolvimento do patrimônio comunitário (plano preliminar)**: Projeto Novos Alagados 2ª Etapa. Salvador, 1999b.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. **Projeto de participação comunitária e educação ambiental de Alagados I e V**. Salvador, 2000.

_____. _____.VI. Salvador, 2004.

_____. **Relatório dos resultados finais do projeto de apoio técnico e social do Programa Ribeira Azul – PATS**. Salvador, 2006.

CRUZ Carla; RIBEIRO, Uirá. **Metodologia científica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2003.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ESPINHEIRA, Carlos Geraldo D'Andréa; SOARES, Antonio Matheus de Carvalho. Conjuntos habitacionais em Salvador-Ba e a transitória inserção social. **RISCO**, São Paulo, v. 3, p. 57-65, fev. 2006.

FONSECA, Adilson. Salvador tem a maior densidade populacional do Brasil. **A Tarde**, Salvador, 01 set. 2008.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 2001.

GROOTAERT, C. et al. **Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS)**. Washington, D.C.: World Bank, 2003.

HAGUETTE, Maria Tereza Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

KLIKSBERG, Bernardo. **Repensando o estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos**. Tradução de Joaquim Ozório Pires da Silva. São Paulo: Cortez, 1998. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000149.pdf>>. Acesso em maio 2008.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MACHADO, Eduardo; CARDOSO, Fátima. Ambiente urbano, mobilidade social e problema ecológico in uma favela de Salvador Bahia. **Revista de Sociologia Urbana e Rural**, Milão, nº 61, p. 33 - 60, 2000.

MACHADO, Suza. Educação ambiental tem força em Novos Alagados. **A TARDE**, Salvador, 18 dez. 2000. Caderno10.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

NEUMANN, Lúcia T. Vasconcelos; NEUMANN, Rogério Arns. **Repensando investimento social: a importância do protagonismo comunitário**. São Paulo: Global; IDES, 2004.

PETRINI, João Carlos. **CEBs: um novo sujeito popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 147p. (Ecumenismo e humanismo, 33)

PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1999. 333p.

ROCHE, Cris. **Avaliação de impactos dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluindo, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Janio. Políticas públicas e ações populares: o caso dos Alagados – Salvador/BA. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 3, n. 1, p. 93-110, jan.-jun. 2005. Disponível em: <<http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo/article/view/242/198>> Acesso em ago. 2008.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. **Novos Alagados: histórias do povo e do lugar**. Bauru, SP : EDUSC, 2005. 413p.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. **Travessias: a adolescência em Novos Alagados**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERPA, A. Fatores sócio-culturais na avaliação de impactos ambientais: o caso da periferia de Salvador. **Cadernos do EXPOGEO**, Salvador, BA., v.9, p.23, 33, 1998. Disponível em: <[http://www.esplivre.ufba.br/artigos/Angelo_Serpa_Impactos Ambientais.pdf](http://www.esplivre.ufba.br/artigos/Angelo_Serpa_Impactos_Ambientais.pdf)> Acesso em ago. 2008.

SILVA, Joilson de Souza. **Favela: alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Bárbara-Chistine Nentwig. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Mestrado em Geografia, 2003. 180p.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Pobreza e desigualdades sociais**. Salvador, 2003.

THIOLLENT, Michael. **Metodologia da pesquisa-ação**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

ANEXO A - Lista das entidades pesquisadas e projetos em andamento

N.º	ENTIDADE	PROJETOS EM ANDAMENTO	ENDEREÇO DA SEDE DO PROJETO
1	AÇÃO SOCIAL DA PAROQUIA SÃO BRAS DE PLATAFORMA	COEQUILOMBO	RUA DO MOCOTO, Nº 28 - PLATAFORMA
		PROJETO FAMÍLIAS DE NOVOS ALAGADOS KILOMBO DO KIOIÔ	RUA ESTRADA DO CABRITO, 349E - PLATAFORMA
		CEDEP – CENTRO DE EDUCAÇÃO DESPORTIVA E PROFISSIONAL	RUA JAIME VIEIRA LIMA, S/N - BOIADEIRO
2	ARQUIDIOCESE DE SÃO SALVADOR DA BAHIA (SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO JORGE)	CRECHE COMUNITÁRIA FLORA GOMES	RUA ROSALVO BARBOSA, S/N - J. CRUZEIRO
		ESCOLA POPULAR DE ALAGADOS	RUA ROSALVO BARBOSA, S/N - J. CRUZEIRO
		CISAL	RUA ROSALVO BARBOSA, S/N - J. CRUZEIRO
3	ASSESSORIA AO MOVIMENTO POPULAR	ISPAC	RUA PORTO DA RIBEIRA, Nº 04 - RIBEIRA - ITAPAGIPE
4	ASSOCIAÇÃO CLUBE DE PAIS DE NOVOS ALAGADOS BENEFICENTE E CULTURAL DO PARQUE SÃO BARTOLOMEU	(SEM PROJETOS EM ANDAMENTO)	
5	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DE PROMOÇÃO HUMANA DOS LARES DE ALAGADOS	ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DE PROMOÇÃO HUMANA DOS LARES DE ALAGADOS	RUA RÉGIS PACHECO, S/N
		ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DE PROMOÇÃO HUMANA DOS LARES DE ALAGADOS	RUA RITA NUNO, Nº 211 – URUGUAI
6	ASSOCIAÇÃO ACSANBA	ASSOCIAÇÃO ACSANBA	RUA MASCARENHAS DE MORAIS, Nº 09 - JARDIM CRUZEIRO
7	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE 7 DE SETEMBRO	CRECHE PINGO DE GENTE	RUA DOS FERROVIÁRIOS, Nº 37 - SÃO JOÃO / PLATAFORMA
8	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE AGATA ESMERALDA	(APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES DA ÁREA ATRAVÉS DO PROJETO DE ADOÇÃO A DISTÂNCIA)	(NÃO TEM SEDE NA ÁREA)

N.º	ENTIDADE	PROJETOS EM ANDAMENTO	ENDEREÇO DA SEDE DO PROJETO
9	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CAMINHANDO COM JESUS	PROJETO CRECHE PE. PIERRE MATHON	RUA NOVA UNIÃO, 55E - JARDIM LOBATO
10	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EDUCAÇÃO ARTE E CIDADANIA	PROJETO VIDA	AV. PORTO DOS MASTROS, Nº 95 - RIBEIRA
		APRENDER PARA LUCRAR	AV. PORTO DOS MASTROS, Nº 95 - RIBEIRA
11	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE JONH KENNEDY	(SEM PROJETOS EM ANDAMENTO)	
12	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RECREATIVA E CULTURAL PAOLL	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RECREATIVA E CULTURAL PAOLL	RUA LUIZ RÉGIS PACHECO, 83 CONJ. JOÃO PAULO II, N 07 - URUGUAI
13	ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA FILHO DO SOL NASCENTE DE SALVADOR	FILHO DO SOL NASCENTE "MESTRE PEDRO PÉ DE FERRO"	RUA JOÃO PAULO II, Nº 32 - URUGUAI - FIM DE LINHA
14	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA INVASÃO DO LOBATO	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA INVASÃO DO LOBATO	RUA ANTÔNIO BOMFIM, 37E - LOBATO
15	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO SANTA LUZIA - LUIZA MAHIN	POSTO COMUNITÁRIO DE SAÚDE ASSOCIAÇÃO SANTA LUZIA	CONJ. SANTA LUZIA - Q14, Nº 01
		ESCOLA DE INFORMÁTICA E CIDADANIA PALMARES	CONJ. SANTA LUZIA - Q14, Nº 01
		ESCOLA LUIZA MAHINI	TRAV. BONS AMIGOS, Nº 35 - URUGUAI
		DANÇA É ARTE	CONJ. SANTA LUZIA - Q5, Nº18 - URUGUAI
16	ASSOCIAÇÃO DOS BARRAQUEIROS DO PARQUE SÃO BARTOLOMEU	(SEM PROJETOS EM ANDAMENTO)	
17	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA INVASÃO D. AVELAR	CRECHE ESCOLA	RUA SÃO ROQUE, Nº 354 - URUGUAI
		D. AVELAR ESCOLA PROFISSIONALIZANTE	RUA SÃO ROQUE, Nº 354 - URUGUAI
		D. AVELAR / REFORÇO ESCOLAR	RUA SÃO ROQUE, Nº 354 - URUGUAI
18	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA RUI BARBOSA	(SEM PROJETOS EM ANDAMENTO)	

N.º	ENTIDADE	PROJETOS EM ANDAMENTO	ENDEREÇO DA SEDE DO PROJETO
19	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO NÚCLEO HABITACIONAL JOANES LESTE ⁷	CURSOS PROFISSIONALIZANTES	CONJ. JOANES LESTE, QD. 23, S/N - LOBATO
		CRECHE DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO NÚCLEO HABITACIONAL JOANES LESTE	CONJ. JOANES LESTE, QD. 23, S/N - LOBATO
20	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES UNIDOS DOS ARAÇAS	ESCOLINHA DE FUTEBOL	RUA DOS ARAÇAS, Nº 05 - PLATAFORMA
21	ASSOCIAÇÃO LIVRE DE MORADORES DE MANGUEIRA	ASSOCIAÇÃO LIVRE DE MORADORES DE MANGUEIRA	RUA CAIO MARIO, Nº 144 - MANGUEIRA
		ASSOCIAÇÃO LIVRE DE MORADORES DE MANGUEIRA	RUA MAJOR MARIVALDO TAPIOCA, Nº 09 - MANGUEIRA DE MASSARANDUBA
		CEEP	TRAV. RUBEN AMORIN, Nº 109 - MANGUEIRA
		FUTEBOL E LAZER	RUA MAJOR MARIVALDO TAPIOCA, Nº 09 - MANGUEIRA
22	ASSOCIAÇÃO MASSABIELLE	PROJETO BERNADETE	RUA RÉGIS PACHECO, Nº 275 - URUGUAI
		PROJETO JOÃO DE DEUS	RUA RÉGIS PACHECO, Nº 275 - URUGUAI
		PROJETO SONHO DE MÃE	RUA RÉGIS PACHECO, Nº 275 - URUGUAI
23	ASSOCIAÇÃO MORADORES E AMIGOS DE ITAPAGIPE	(SEM PROJETOS EM ANDAMENTO)	
24	ASSOCIAÇÃO TENDA DE OLORUN	ASSOCIAÇÃO TENDA DE OLORUN	RUA LOPES DE TROVÃO, Nº 111B - MASSARANDUBA

⁷ Esta Associação declarou que doou uma parte de seu prédio para que a prefeitura de Salvador instalasse um posto de saúde. A administração deste posto é realizada pela prefeitura, sendo que as crianças da creche e da escola possuem prioridade de atendimento no posto.

N.º	ENTIDADE	PROJETOS EM ANDAMENTO	ENDEREÇO DA SEDE DO PROJETO
25	COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E MORADA HUMANA	CENTRO EDUCATIVO JOÃO PAULO II	RUA 1º DE NOVEMBRO, S/N - SÃO BARTOLOMEU / PLATAFORMA
		CRECHE JOÃO PAULO II	RUA 1º DE NOVEMBRO, S/N - NOVOS ALAGADOS / PLATAFORMA
		COOPREDI ⁸	RUA JAIME VIEIRA LIMA, S/N - BOIADEIRO
		CEDEP	RUA JAIME VIEIRA LIMA, S/N - BOIADEIRO
26	CENTRO COMUNITÁRIO DA IGREJA BATISTA DE ITAPAGIPE	CRECHE DA IGREJA BATISTA	RUA RAFAEL UCHOA, Nº 62 - MASSARANDUBA
27	CENTRO DE APOIO AO MENOR E AO ADOLESCENTE CARENTE	CENTRO DE APOIO AO MENOR E AO ADOLESCENTE CARENTE	RUA LUIS MARIA, Nº 03 - BAIXA FISCAL
		CENTRO DE APOIO AO MENOR E AO ADOLESCENTE CARENTE	RUA LUIS MARIA, Nº 03 - BAIXA FISCAL
28	CENTRO DE ARTE E MEIO AMBIENTE	BIBLIOTECA VIRTUAL	RUA DIRETA DO URUGUAI, S/N - FIM LINHA
		CAMAPET - COOP DE COLETA SELETIVA PROCES. PLÁSTICO E PROTEÇÃO AMBIENTAL	RUA DIRETA DO URUGUAI, S/N - FIM LINHA
29	CENTRO ESPÍRITA CRISTIANISMO REDEVIVO	PROJETO ASSISTENCIAL AOS IDOSOS	RUA SÃO PAULO, Nº 21 - SÃO JOÃO / PLATAFORMA
30	CLUBE BENEFICENTE DE CRIANÇAS E IDOSOS LIRIO BRANCO	CLUBE BENEFICENTE DE CRIANÇAS E IDOSOS LIRIO BRANCO	RUA RÉGIS PACHECO, Nº 231 - URUGUAI
		CLUBE BENEFICENTE DE CRIANÇAS E IDOSOS LIRIO BRANCO	RUA RÉGIS PACHECO, Nº 231 - URUGUAI

⁸ A COOPREDI, no período da pesquisa, declarou que ainda não era uma estrutura autônoma, já que afirmou ser um projeto do CEDEP/ CDM/ ASPASB/ OAF.

N.º	ENTIDADE	PROJETOS EM ANDAMENTO	ENDEREÇO DA SEDE DO PROJETO
31	CLUBE DE MÃES CARENTE DO BAIRRO DE JARDIM CRUZEIRO	CRECHE TIA INDIA	RUA DO AMPARO Q 16 - L 09, Nº 30 - JARDIM CRUZEIRO
		CLUBE DE MÃES CARENTE DO BAIRRO DE JARDIM CRUZEIRO	RUA DO AMPARO Q 16 - L 09, Nº 30 - JARDIM CRUZEIRO
32	CLUBE DE MÃES CARENTES DO ATERRO TIA CICI	CRECHE ESCOLA COMUNITÁRIA TIA CICI	RUA ANIBAL DA SILVA GARCIA, Nº 11 – RIBEIRA
		CLUBE DE MÃES CARENTES DO ATERRO TIA CICI	RUA ANIBAL DA SILVA GARCIA, Nº 11 – RIBEIRA
		CLUBE DE MÃES CARENTES DO ATERRO TIA CICI	RUA ANIBAL DA SILVA GARCIA, Nº 11 – RIBEIRA
33	CLUBE DE MÃES DE CRIANÇAS CARENTES FLOR DE PRIMAVERA	CRECHE FLOR DE PRIMAVERA	TRAV. 28 DE MAIO, Nº 51 - URUGUAI
34	CLUBE DE MÃES DOS NOVOS ALAGADOS AS HEROÍNAS DO LAR	CRECHE ERÊS	ENTRADA DO PQ SÃO BARTOLOMEU, S/N – PLATAFORMA
35	COLÔNIA DOS PESCADORES Z2 DE ITAPAGIPE	COLÔNIA DOS PESCADORES Z2 DE ITAPAGIPE	RUA SÁ OLIVEIRA, S/N - SÃO JOÃO DO CABRITO / PLATAFORMA
36	COMISSÃO ARTICULAÇÃO MOBILIZAÇÃO MORADORES DE PENÍNSULA DE ITAPAGIPE	(SEM PROJETOS EM ANDAMENTO)	
37	COMUNIDADE O VERBO DA VIDA	OBRA FAMILIA DE BETHANIA	RUA SÃO ROQUE 92A URUGUAI
38	COOPERATIVA DE HABITAÇÃO PRODUÇÃO E SERVIÇOS DOS MORADORES DE NOVOS ALAGADOS – COMONAL	(SEM PROJETOS EM ANDAMENTO)	
39	CRECHE E ORFANATO CRIANÇA FELIZ	PROJETO CRECHE COMUNITÁRIA	AV. AFRÂNIO PEIXOTO, Nº 310 – PLATAFORMA
40	CRECHE E ORFANATO MINHA VÓ FLOR	CRECHE E ORFANATO MINHA VÓ FLOR	RUA MARQUES DE SANTO AMARO, N º 01 - MADRAGOA RIBEIRA
41	CRECHE ESCOLA COMUNITÁRIA CANTINHO DA CRIANÇA FELIZ	CRECHE ESCOLA COMUNITÁRIA CANTINHO DA CRIANÇA FELIZ	RUA BELAMITA, Nº 156 - URUGUAI

N.º	ENTIDADE	PROJETOS EM ANDAMENTO	ENDEREÇO DA SEDE DO PROJETO
42	CRECHE ESCOLA COMUNITÁRIA FRUTOS DE MÃE	TIA MIRA	RUA LOPES TROVÃO, Nº 107 – MASSARANDUBA
43	CRECHE ESCOLA COMUNITÁRIA PINGO DO SABER	CRECHE ESCOLA COMUNITÁRIA PINGO DO SABER	RUA ISABEL GENTIL, Nº 18 - SÃO BARTOLOMEU
44	ESPORTE CLUBE DE DOMINÓ DUQ ART	GRUPO CAPOEIRA TOQUE DE OURO	RUA MARECHAL TEIXEIRA LOPES, Nº 43
45	GRUCON GRUPO DE UNIÃO DE CONSCIÊNCIA NEGRA	GRUCON GRUPO DE UNIÃO DE CONSCIÊNCIA NEGRA	RUA SEBASTIÃO LEME, Nº 32 - 2º ANDAR - BAIXA DO PETRÓLEO
46	GRUPO CULTURAL BAGUNÇAÇO	GRUPO CULTURAL BAGUNÇAÇO	RUA ROSALVO BARBOSA ROMEU, S/N - PAROQUIA SÃO JORGE
		GRUPO CULTURAL BAGUNÇAÇO	RUA ROSALVO BARBOSA ROMEU, S/N - PAROQUIA SÃO JORGE
47	GRUPO CULTURAL CABRICULTURA	INCENTIVO A FORMAÇÃO MUSICAL DE JOVENS	ESTRADA DO CABRITO, S/N - SÃO BARTOLOMEU / PLATAFORMA
		JORNAL PESADELO	ESTRADA DO CABRITO, S/N - SÃO BARTOLOMEU / PLATAFORMA
		CURSO DE REDAÇÃO	ESTRADA DO CABRITO, S/N - SÃO BARTOLOMEU / PLATAFORMA
		PROJETO BIBLIOTECA CABRICULTURA	ESTRADA DO CABRITO, S/N - SÃO BARTOLOMEU / PLATAFORMA
48	GRUPO CULTURAL OUTRA METADE	GRUPO CULTURAL OUTRA METADE	8ª TRAVESSA SÃO LÁZARO, Nº 22E - BOIADEIRO/ PLATAFORMA
49	GRUPO DE APOIO E PREVENÇÃO À AIDS	GAPA / PROJETO INFORMATIVO E PREVENTIVO DE DST'S E AIDS / AIDS E PERIFERIA	
50	GRUPO DE MÃES E AMIGOS DO URUGUAI	GRUPO DE MÃES E AMIGOS DO URUGUAI	RUA SILVINO PEREIRA, Nº 18 - URUGUAI
51	GRUPO ESPÍRITA JESUS DE NAZARÉ	GEJEN / PROJETO DE ASSISTÊNCIA ÀS FAMÍLIAS CARENTES	RUA DA PAZ, Nº 100 - NOVOS ALAGADOS / PLATAFORMA

N.º	ENTIDADE	PROJETOS EM ANDAMENTO	ENDEREÇO DA SEDE DO PROJETO
52	GRUPO TEATRAL FACE OCULTA	GRUPO TEATRAL FACE OCULTA	RUA JAIME VIEIRA LIMA, S/N - BOIADEIRO
53	LIGA DESPORTIVA DO BOIADEIRO	(SEM PROJETOS EM ANDAMENTO)	
54	ORGANIZACAO DE AUXILIO FRATERN0	COOPREDI	RUA JAIME VIEIRA LIMA, S/N - BOIADEIRO
		CEDEP	RUA JAIME VIEIRA LIMA, S/N - BOIADEIRO
55	PANGEA CENTRO DE ESTUDOS SÓCIO AMBIENTAIS	COOPERCONFEC	RUA PARQUE SÃO BARTOLOMEU, 92A
		ESPAÇO EDUCATIVO CIDADÃO DO PARQUE	ESTRADA DE SÃO BARTOLOMEU, Nº 168 - PLATAFORMA
56	SOCIEDADE 28 DE AGOSTO	SOCIEDADE 28 DE AGOSTO	RUA DIRETA DO URUGUAI 279
57	SOCIEDADE BENEFICENTE DEMOCRATA DOS ALAGADOS DE ITAPAGIPE	(SEM PROJETOS EM ANDAMENTO)	
58	SOCIEDADE BENEFICENTE E DESPORTIVA SANTA CRUZ	CRECHE SANTA CRUZ	RUA CLÓVIS ALMEIDA MAIA, S/N - RIBEIRA
		JULIART	RUA CLÓVIS ALMEIDA MAIA, S/N - RIBEIRA
		SANTA CRUZ JUDÔ CLUBE	RUA CLÓVIS ALMEIDA MAIA, S/N - RIBEIRA
59	SOCIEDADE BENEFICENTE E RECREATIVA 20 DE JULHO	SOCIEDADE BENEFICENTE E RECREATIVA 20 DE JULHO	RUA JOSÉ BONIFÁCIO, Nº 35 - CAMINHO DE AREIA
60	SOCIEDADE BENEFICENTE RECREATIVA 2 DE JULHO	(SEM PROJETOS EM ANDAMENTO)	
61	SOCIEDADE BENEFICENTE RECREATIVA CULTURAL JOÃO PAULO II	(SEM PROJETOS EM ANDAMENTO)	
62	SOCIEDADE BENEFICENTE E CULTURA LOTEAMENTO PLANALTO REAL	O GRITO DO PARQUE SÃO BARTOLOMEU	RUA ANA PAULA, Nº 71E - PLANALTO REAL
		CAPOEIRA ANGOLA	RUA ANA PAULA, Nº 71E - PLANALTO REAL
63	SOCIEDADE DAS DONAS DE CASA DO JARDIM CRUZEIRO	(SEM PROJETOS EM ANDAMENTO)	
64	SOCIEDADE DEFESA E PROGRESSO DA MASSARANDUBA	SOCIEDADE DEFESA E PROGRESSO DA MASSARANDUBA	RUA DIRETA DA MASSARANDUBA

N.º	ENTIDADE	PROJETOS EM ANDAMENTO	ENDEREÇO DA SEDE DO PROJETO
65	SOCIEDADE DOS ARTESÃOS DE ALAGADOS DE SALVADOR	SOCIEDADE DOS ARTESÃOS DE ALAGADO DE SALVADOR	RUA RESENDE COSTA - FIM DA LINHA URUGUAI
		SOCIEDADE DOS ARTESÃOS DE ALAGADO DE SALVADOR	RUA RESENDE COSTA - FIM DA LINHA URUGUAI
		SOCIEDADE DOS ARTESÃOS DE ALAGADO DE SALVADOR	RUA RESENDE COSTA - FIM DA LINHA URUGUAI
66	SOCIEDADE IRMÃOS SOLIDÁRIOS	SOCIEDADE IRMÃOS SOLIDÁRIOS	RUA PQ. SÃO BARTOLOMEU, Nº 92A
67	SOCIEDADE PESTALOZZI DA BAHIA	SOCIEDADE PESTALOZZI DA BAHIA	AV. MEN DE SÁ, Nº 74 - RIBEIRA
68	(O PROJETO NÃO É REPRESENTADO POR NENHUMA ENTIDADE JURÍDICA)	CENTRO DE RECUPERAÇÃO CRISTO A VERDADE QUE LIBERTA	RUA PAPO URBANO "PALAFITAS" PONTO DE PREGAÇÃO A VERDADE QUE LIBERTA